

The background is a dark green field filled with various tropical plant silhouettes. In the top left, there are white line drawings of large, feathery leaves. In the top right, there are white line drawings of round fruits hanging from a vine. In the bottom left, there is a white line drawing of a person standing on a log in a river, holding a large fishing net. The text is centered in a white rectangular box in the middle of the page.

FUNDO AMAZONIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Desde sua criação, o BNDES tem como propósito transformar a vida dos brasileiros, promovendo o desenvolvimento sustentável em todo o território nacional, para todos os seus habitantes. Para isso, o Banco está sempre adaptando sua atuação e seus instrumentos, de forma a atender aos anseios da sociedade, sem abdicar de sua busca pela excelência técnica e do espírito público que norteia seu compromisso com o país.

Olhando para a Amazônia, entendemos que essa é uma região brasileira onde o desafio de promover o desenvolvimento sustentável é dos mais complexos, por conta das especificidades de seus aspectos econômicos, sociais e ambientais, que precisam ser considerados de forma integrada.

A gestão do Fundo Amazônia pelo BNDES reflete o empenho do governo brasileiro, em parceria com a sociedade e a comunidade internacional, em construir um modelo de desenvolvimento na Amazônia que seja economicamente viável, socialmente justo, culturalmente aceito e ambientalmente sustentável. Na Amazônia, destacam-se muitas riquezas, como sua enorme biodiversidade, contudo, a região ainda apresenta baixos índices socioeconômicos e um patamar de desmatamento ilegal não desejável. Embora o Fundo Amazônia não atue diretamente em todas as questões, o BNDES está atento a esse quadro.

Em 2019, o Fundo Amazônia concluiu uma avaliação de sua efetividade, de padrão internacional, abrangendo seus dez primeiros anos de atuação. Especialistas independentes, utilizando-se de métodos quantitativos e qualitativos, concluíram que há evidências claras de que o fundo tem contribuído para reduzir o desmatamento na Amazônia.

A reformulação das prioridades e estratégias do país pelo Governo Federal, característica da alternância de poder em um estado democrático, acarretaram mudanças na governança do Fundo Amazônia. Nesse contexto, os governos do Brasil e dos países doadores iniciaram, em 2019, negociações para a harmonização das respectivas visões com o objeto de estabelecer um novo ciclo de atuação do fundo.

Neste momento em que apresentamos à sociedade o *Relatório Anual do Fundo Amazônia – 2019*, o BNDES reforça seu intuito de promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia e destaca seu compromisso de continuar trabalhando com afinco para que essa região tão magnífica – em riquezas, suas pessoas e sua natureza – continue sendo motivo de orgulho para os brasileiros de todas as gerações.

Gustavo Henrique Moreira Montezano

PRESIDENTE DO BNDES

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
Apresentação	8
Objetivos do Fundo Amazônia	8
Evolução recente, desafios e perspectivas.....	10
Dados sobre o desmatamento na Amazônia Legal	12
GOVERNANÇA, CAPTAÇÃO E COMUNICAÇÃO	14
Governança do Fundo Amazônia.....	15
Captação de recursos	16
Comunicação	23
DESEMPENHO OPERACIONAL.....	26
Perfil da carteira de projetos.....	27
Aspectos contábeis e financeiros	30
Auditorias.....	32
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS	33
Contextualização	34
Quadro Lógico do Fundo Amazônia	36
Monitoramento de indicadores regionais.....	40
Quadro de resultados dos projetos	54
Salvaguardas do Fundo Amazônia	62
Contribuição do Fundo Amazônia para os objetivos de desenvolvimento sustentável.....	64
Promoção da equidade de gênero em projetos de produção sustentável	66
Avaliação de efetividade	68
Gestão de riscos do Fundo Amazônia	74

PROJETOS CONCLUÍDOS	82
Projetos concluídos até 2018	128
PROJETOS EM EXECUÇÃO	133
ANEXOS	147
ANEXO 1 – Relatório de auditoria e demonstrações financeiras do Fundo Amazônia.....	148
ANEXO 2 – Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes	165
ANEXO 3 – Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos e focos de atuação para o biênio 2017-2018	170
ANEXO 4 – Cancelamentos, alterações de valores e suplementações.....	184
ANEXO 5 – Modelo de quadro de resultados para projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.....	187
ÍNDICE DE PROJETOS	197

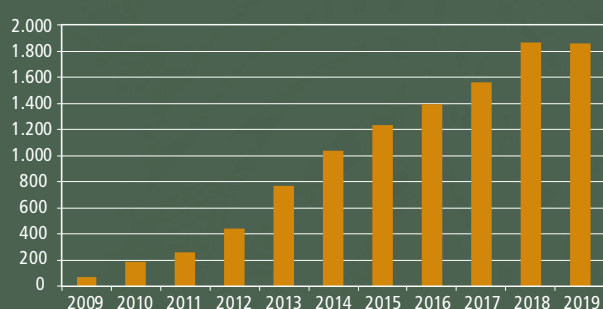


SUMÁRIO EXECUTIVO

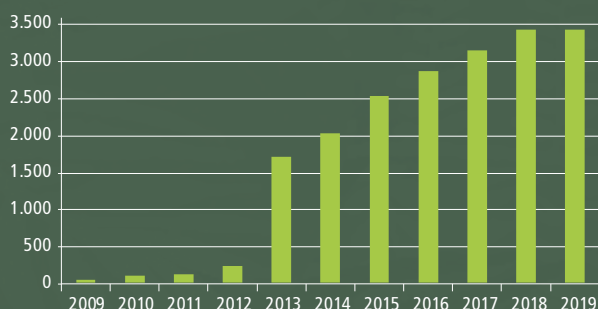
FUNDO AMAZÔNIA: apoia com recursos não reembolsáveis ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal.

Até 20% de seus recursos podem ser utilizados no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

EVOLUÇÃO DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA
(R\$ MILHÕES, ACUMULADO)



EVOLUÇÃO DAS DOAÇÕES RECEBIDAS
(R\$ MILHÕES, ACUMULADO)



COM AS AÇÕES APOIADAS, FORAM ALCANÇADOS OS SEGUINTE RESULTADOS:



1 milhão

de imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR)



1.236

missões de fiscalização ambiental efetuadas



338

instituições apoiadas diretamente e por meio de parceiros



193 mil

pessoas beneficiadas com atividades produtivas sustentáveis



190

unidades de conservação apoiadas



65%

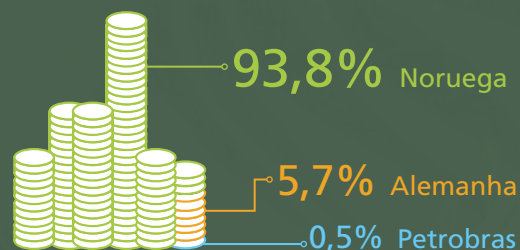
da área das terras indígenas da Amazônia apoiadas



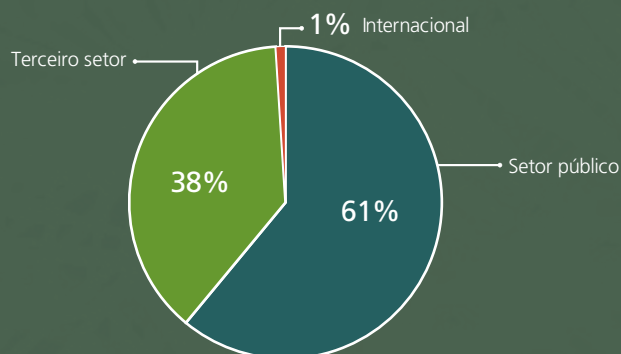
594

publicações científicas ou informativas produzidas

ORIGEM DAS DOAÇÕES



NATUREZA DAS INSTITUIÇÕES APOIADAS (% DO VALOR)



11 anos de atuação

Criado em 1º de agosto de 2008 (Decreto 6.527), o fundo começou a operar em 2009.

Em 2019, chegou ao total de:



103

PROJETOS APOIADOS



R\$ 1,2 bi

EM VALOR DESEMBOLSADO



R\$ 1,9 bi

EM VALOR TOTAL DE APOIO



R\$ 3,4 bi

EM DOAÇÕES RECEBIDAS

NÚMERO DE PROJETOS APOIADOS POR LOCALIZAÇÃO



FUNDO AMAZÔNIA

GESTÃO E GOVERNANÇA

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES)

A gestão do fundo é realizada pelo BNDES, responsável por contratar e monitorar os projetos apoiados, bem como por divulgar as atividades e os resultados.

A estrutura de GOVERNANÇA era composta,* até o dia 28 de junho de 2019, por dois comitês:

COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA (COFA)

Integrado por representantes do Governo Federal, dos governos estaduais e da sociedade civil. O COFA determinava as diretrizes e acompanhava os resultados obtidos pelo fundo.

COMITÊ TÉCNICO DO FUNDO AMAZÔNIA (CTFA)

Composto por especialistas independentes, o CTFA atestava as reduções de emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

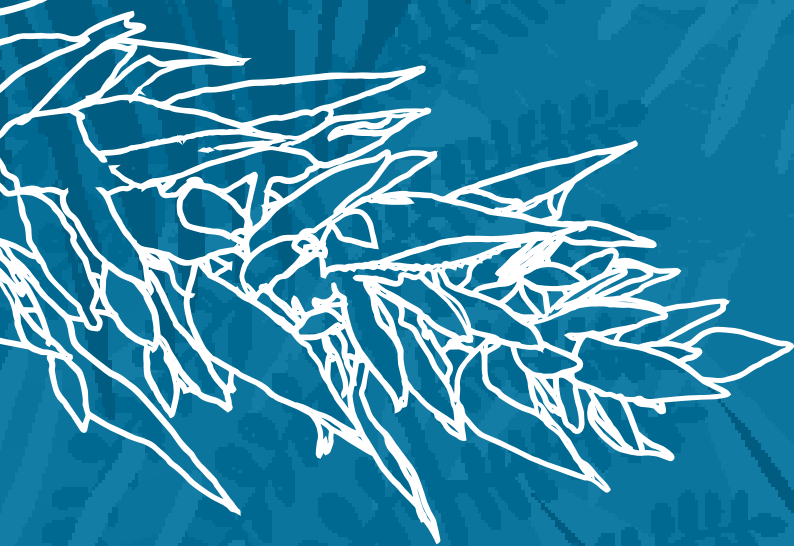
Concluída a AVALIAÇÃO DE MEIO TERMO DA EFETIVIDADE DO FUNDO AMAZÔNIA por equipe de consultores independentes com a coordenação técnica da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa avaliação compreendeu o período de 2009 a 2018, correspondente aos dez primeiros anos de atuação do Fundo Amazônia.

TRANSPARÊNCIA

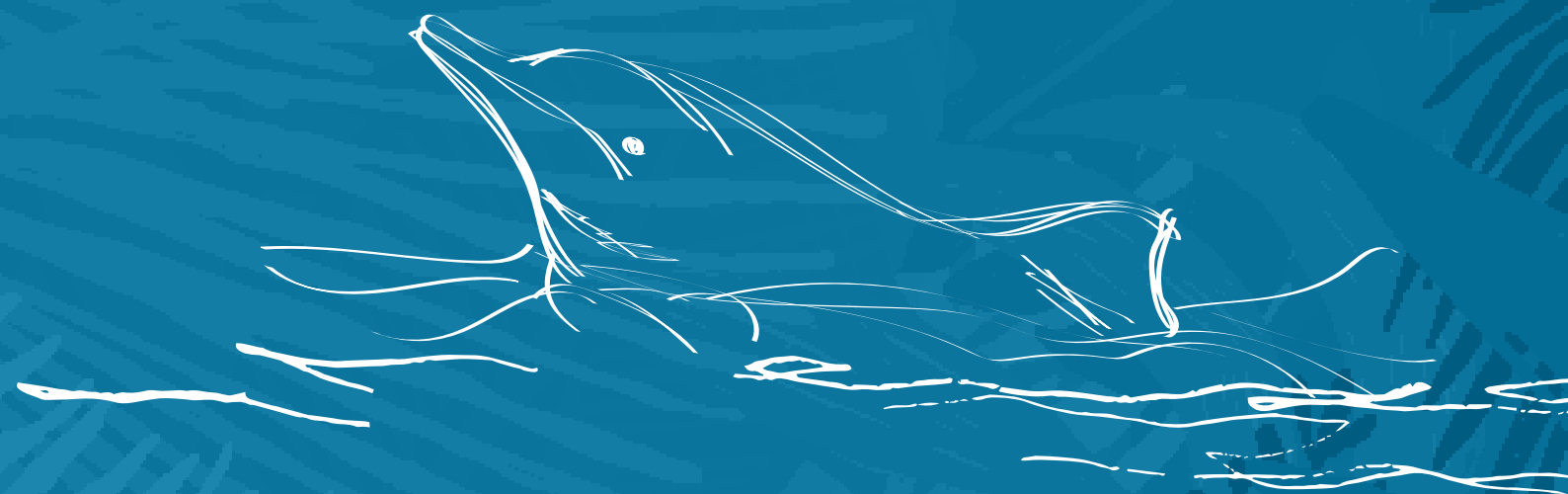
Publicação de informações atualizadas sobre os projetos apoiados, doações recebidas, governança do fundo, bem como avaliações de monitoramento e efetividade do Fundo Amazônia.

WWW.FUNDOAMAZONIA.GOV.BR

* Veja explicação detalhada na seção "Governança do Fundo Amazônia" do capítulo "Governança, Captação e Comunicação" deste relatório.



INTRODUÇÃO



Apresentação

O Fundo Amazônia é uma iniciativa pioneira de financiamento de ações de Redução de Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal (REDD+).¹ Foi proposto pelo Brasil em 2007, na 13ª Conferência das Partes da UNFCCC, e teve sua criação autorizada ao BNDES, em 2008, por meio do Decreto Presidencial 6.527.

Ao longo dos últimos 11 anos, o fundo recebeu doações voluntárias para aplicação não reembolsável em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e na conservação e no uso sustentável da Amazônia Legal. Além disso, até 20% dos recursos do fundo podem ser destinados ao desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento no restante do Brasil e em outros países com florestas tropicais.

Em virtude da promulgação do Decreto 9.759, em 11 de abril de 2019, que estabeleceu regras para colegiados da administração pública federal, os dois comitês que compunham a governança do Fundo Amazônia – o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) – foram extintos desde o dia 28 de junho.

O Fundo Amazônia já recebeu aproximadamente R\$ 3,4 bilhões em doações, sendo 93,8% provenientes do governo da Noruega, 5,7% do governo da Alemanha, por meio do KfW Entwicklungsbank, e 0,5% da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Em relação ao apoio a projetos, o Fundo Amazônia termina o ano de 2019 com uma carteira de 103 projetos apoiados, dos quais 27 estão concluídos. Os recursos financeiros alocados aos projetos apoiados somam cerca de R\$ 1,9 bilhão. Desse valor, 63% já foram desembolsados.

Objetivos do Fundo Amazônia

Para alcançar seus objetivos, o Fundo Amazônia apoia projetos em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal nas seguintes áreas temáticas especificadas no Decreto 6.527/2008:

- I. gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- II. controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- III. manejo florestal sustentável;
- IV. atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;

¹ REDD+ é um instrumento desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) para recompensar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados relacionados a atividades de: (i) redução das emissões provenientes de desmatamento; (ii) redução das emissões provenientes de degradação florestal; (iii) conservação dos estoques de carbono florestal; (iv) manejo sustentável de florestas; e (v) aumento dos estoques de carbono florestal.

- V. zoneamento ecológico-econômico (ZEE), ordenamento territorial e regularização fundiária;
- VI. conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- VII. recuperação de áreas desmatadas.

O decreto prevê ainda a utilização de até 20% dos recursos do fundo no apoio ao desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em florestas tropicais de outros países.

As iniciativas elegíveis ao apoio do Fundo Amazônia devem estar em consonância com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), a ENREDD+, os planos estaduais de prevenção e combate ao desmatamento, as diretrizes e os critérios estabelecidos pelo COFA, bem como as Políticas Operacionais (PO) do BNDES.

O Fundo Amazônia no BNDES

O BNDES, empresa pública federal fundada em 1952, atua no financiamento de diversos segmentos da economia brasileira, como infraestrutura, indústria, micro e pequenas empresas, e outros, com uma atuação que incentiva a inovação, o desenvolvimento territorial e as boas práticas socioambientais. Além disso, tem como um de seus objetivos estratégicos contribuir para a modernização do Estado brasileiro com a melhoria da qualidade e eficiência na prestação dos serviços de educação, saúde e segurança.

A missão do BNDES é viabilizar soluções que adicionem investimentos para o desenvolvimento sustentável da nação brasileira. Ao longo de sua história, o Banco apresenta um legado expressivo de resultados para o desenvolvimento do Brasil.

O exercício de suas diversas atividades requer a capacitação permanente de seus empregados, admitidos por meio de concurso público em âmbito nacional. As decisões do BNDES são fundamentadas por parâmetros técnicos e submetidas à auditoria e ao controle de órgãos externos.

Para o BNDES, responsabilidade social e ambiental é valorizar e integrar as dimensões social e ambiental em sua estratégia, políticas, práticas e procedimentos, em todas as suas atividades, incluindo seu relacionamento com as partes interessadas: empregados, clientes e usuários de seus produtos e serviços, comunidades impactadas por sua atuação, fornecedores e outros parceiros. Essa definição bem como as diretrizes e os princípios para uma atuação social e ambientalmente responsável do Banco estão dispostos na Política Corporativa de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), cuja versão mais recente foi aprovada em 2019 por seu Conselho de Administração.

O BNDES dispõe de um amplo portfólio de instrumentos financeiros para a promoção do desenvolvimento sustentável, oferecendo condições mais atrativas de apoio a setores com externalidade ambiental positiva, a exemplo de energia renovável, saneamento, mobilidade urbana e restauração florestal. Em 2019, o valor do apoio do Banco

destinado à economia verde foi da ordem de R\$ 8,9 bilhões, tendo representado cerca de 16% dos desembolsos totais.

Além disso, diante dos riscos e das oportunidades relacionados à agenda socioambiental, o BNDES dispõe de planos de ação trienais voltados para promover avanços progressivos em sua atuação, em linha com a PRSA. Tais planos são aprovados pelo Conselho de Administração e submetidos ao Banco Central do Brasil, e têm sua execução monitorada pelo Comitê de Sustentabilidade Socioambiental e Desenvolvimento Territorial (CSS) do BNDES e acompanhada pela sociedade, por meio de relatórios publicados ao término do período de execução de cada plano apresentando realizações e dificuldades na implementação das ações previstas.

O plano para o triênio 2018-2020 visa fortalecer a atuação do BNDES na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e da contribuição nacionalmente determinada (NDC) brasileira para alcance das metas do Acordo de Paris, aprimorar o sistema de gestão de riscos socioambientais do Banco e ampliar a transparência e o diálogo com a sociedade sobre sua atuação em sustentabilidade.

Em 2019, o BNDES credenciou-se no Green Climate Fund Fund (GCF), corroborando seu compromisso de se manter como protagonista nessa agenda de finanças verdes no Brasil, exercendo também um papel relevante, no cenário internacional, no combate e na adaptação aos impactos decorrentes das alterações do clima.

Evolução recente, desafios e perspectivas

O ano de 2019 marcou o início de um novo ciclo político, com a eleição de novos governos federal e estaduais. Foram implementadas reformas e reestruturadas estratégias e políticas, entre elas, a política ambiental. Desse modo, novas prioridades foram apontadas com o propósito de adequar os instrumentos disponíveis ao novo momento do país. O Fundo Amazônia – como instrumento da política climática nacional e do PPCDam – também foi alcançado por essa agenda.

Em virtude da promulgação do Decreto 9.759, em 11 de abril de 2019, que estabeleceu regras para colegiados da administração pública federal, os dois comitês que compunham a governança do Fundo Amazônia, a saber: o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA), foram extintos a partir do dia 28 de junho.

Em decorrência dessas alterações na governança do fundo, iniciaram-se negociações entre o governo brasileiro e os governos dos países doadores visando o estabelecimento de um entendimento comum de uma nova governança que contemplasse os pontos de vista de todas as partes envolvidas. As análises e aprovações de novos projetos foram suspensas e, até o fim do ano, essas negociações ainda não haviam sido encerradas.

A captação de doações ao Fundo Amazônia também sofreu alterações, com a publicação do Decreto 10.144/2019, de 28 de novembro de 2019, que revogou o artigo 2º do Decreto 6.527/2008, que autorizava “o BNDES a proceder às captações de doações e emitir diploma reconhecendo a contribuição dos doadores ao Fundo Amazônia”. Dessa forma, ao fim de 2019 não se encontrava mais disciplinada a possibilidade de o BNDES captar novas doações ao Fundo Amazônia.

Nesse ano, o Fundo Amazônia não aprovou apoio a novos projetos, mantendo a marca de 103 projetos apoiados no valor total de R\$ 1,86 bilhão. Em relação aos projetos aprovados em anos anteriores, esses seguiram seu fluxo de implementação com desembolsos na ordem de R\$ 109 milhões em 2019, contabilizando um desembolso total de R\$ 1,17 bilhão em prol do desenvolvimento sustentável e do combate ao desmatamento ilegal.

Seis projetos apoiados pelo fundo foram concluídos nesse ano, alcançando a marca de 27 projetos concluídos. O processo de conclusão de um projeto vai além do encerramento das atividades em campo, pois envolve a prestação de contas final de todos os recursos desembolsados, o recebimento dos relatórios finais, que incluem aspectos como lições aprendidas e desafios enfrentados ao longo da implementação do projeto e a realização de uma avaliação de resultados por parte do BNDES, que é disponibilizada no *website* e nos relatórios de atividades do Fundo Amazônia (no capítulo “Projetos concluídos”). Desse modo, a gestão do Fundo Amazônia se pauta pelo aprimoramento contínuo em boas práticas no acompanhamento de projetos, efetividade e transparência.

No tema “monitoramento e avaliação de resultados”, o ano foi bastante produtivo com a publicação da “Avaliação de Meio Termo da Efetividade do Fundo Amazônia” que abrangeu o período de 2008 a 2018. Realizada por uma equipe de consultores independentes, com a coordenação técnica da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), agência da ONU, essa avaliação foi composta por um estudo principal, que abrangeu os quatro eixos de atuação do Fundo Amazônia: (i) Produção Sustentável; (ii) Monitoramento e Controle; (iii) Ordenamento Territorial; e (iv) Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos, e dois estudos temáticos complementares, sobre distribuição de benefícios e sobre o apoio do fundo à implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

No capítulo “Monitoramento e Avaliação de Resultados” do presente relatório, encontra-se um resumo dos principais resultados e das recomendações da equipe de avaliação. A equipe, por exemplo, conclui: “Embora existam evidências claras de que o Fundo Amazônia tem contribuído para reduzir o desmatamento na Amazônia, é um grande desafio estimar quantitativamente essa contribuição”.² E, ainda, apesar de o fundo não ter alterado a tendência da taxa de desmatamento dos últimos anos, sem o Fundo Amazônia o desmatamento teria sido maior.

No caso específico do apoio do Fundo Amazônia ao CAR, ficou demonstrado que o desmatamento é percentualmente menor nas áreas cadastradas do que nas não cadastradas, e que os projetos de CAR apoiados pelo fundo contribuíram para evitar o desmatamento de 8.571 km² nos biomas Amazônia e Cerrado, no período de 2014

² Ver página 21 do *Relatório de Avaliação de Meio Termo da Efetividade do Fundo Amazônia*: <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/Relatorio-Avaliacao-Meio-Termo-Fundo-Amazonia.pdf>

a 2018. A título de comparação, esse valor de desmatamento evitado é superior ao desmatamento ocorrido na Amazônia Legal em 2018.

Outra atividade importante no ano foi a realização das avaliações de efetividade *ex post* de seis projetos concluídos, a saber: Bolsa Floresta, da Fundação Amazonas Sustentável (FAS); e Biodiversidade, Compostos Bioativos da Amazônia, Florestas de Mangue, Ilhas de Belém e Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, todos da Universidade Federal do Pará (UFPA). Essas avaliações de efetividade foram realizadas por consultores independentes e representam o estado da arte em monitoramento e avaliação, tendo sido conduzidas no âmbito da cooperação técnica com a agência alemã GIZ. Tanto a avaliação de meio termo do fundo como as avaliações dos projetos estão disponíveis no *website* do Fundo Amazônia.

Com o intuito de ampliar a transparência e robustez nos processos gerenciais do Fundo Amazônia foi feito, em 2019, um piloto de aplicação da tecnologia *blockchain*³ com a utilização do sistema TruBudget no acompanhamento das transferências de recursos financeiros entre o BNDES e as instituições executoras dos projetos. Fruto de uma parceria com o banco alemão KfW, o TruBudget permite que as transações entre diferentes instituições sejam registradas em uma plataforma compartilhada, com a garantia de que as informações sejam validadas pelas partes envolvidas na transação.

O Fundo Amazônia entra em sua segunda década de existência, com muitos desafios superados e com uma trajetória positiva percorrida desde 2008, sendo reconhecido nacional e internacionalmente como um dos principais fundos climáticos do mundo. Esse é um marco relevante para o Brasil, o país que possui a maior parte da imensa Hileia Amazônica, uma das florestas mais ricas em biodiversidade do planeta.

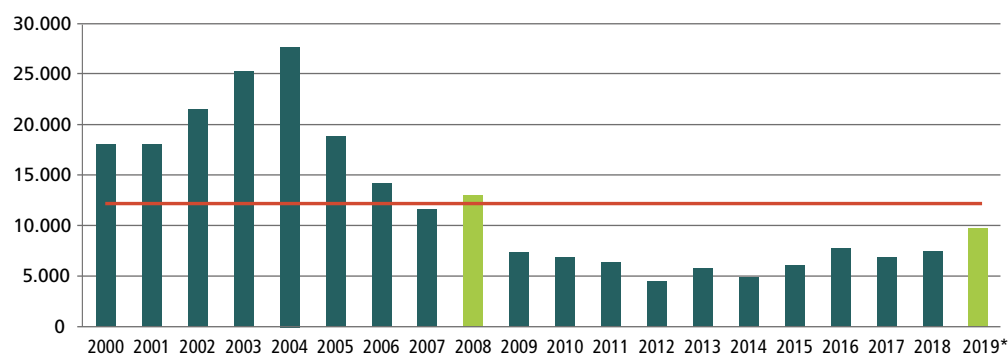
Dados sobre o desmatamento na Amazônia Legal

Desde 2012, quando esteve em seu nível mínimo, a taxa de desmatamento anual tem oscilado até que, em 2019, atingiu 9.762 km² de florestas na Amazônia Legal (dado preliminar),⁴ valor 30% superior ao registrado no ano anterior. Considerando o período de existência do Fundo Amazônia, desde 2008, esta é a segunda taxa mais alta registrada, sendo menor apenas que a taxa de 2008 que foi de 12.911 km². Se considerarmos um período mais amplo, os últimos vinte anos, a taxa de 2019 ainda é 25% menor que a média do período (Gráfico 1).

³ A *blockchain* (também conhecida como “o protocolo da confiança”) é uma tecnologia de registro distribuído que utiliza criptografia e descentralização como medidas de segurança e confiabilidade. Cada computador conectado a essa rede tem a tarefa de validar e distribuir os registros, de forma que cada um deles tem uma cópia de todas as informações da rede, o que na prática inviabiliza fraudes e alterações não autorizadas.

⁴ As taxas anuais são estimadas a partir dos incrementos de desmatamento identificados em cada imagem de satélite que cobre a Amazônia Legal. A primeira apresentação dos dados é realizada para dezembro de cada ano, na forma de estimativa. Os dados consolidados são apresentados no primeiro semestre do ano seguinte (disponíveis em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>).

GRÁFICO 1 | DESMATAMENTO ANUAL NA AMAZÔNIA LEGAL, POR CORTE RASO (KM²)



* Dados preliminares.

Na Tabela 1, são mostradas as taxas de desmatamento de 2019 nos estados que compõem a Amazônia Legal, comparadas às taxas de desmatamento do ano anterior.

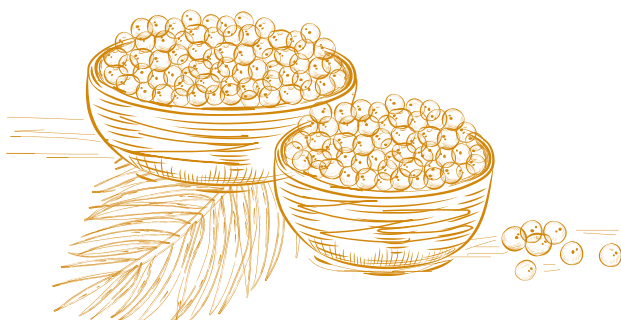
TABELA 1 | DESMATAMENTO POR ESTADO

Estados	Desmatamento 2018 (km²)	Desmatamento 2019* (km²)	Variação desmatamento 2019/2018 (%)
Acre	444	688	55
Amazonas	1.045	1.421	36
Amapá	24	8	(67)
Maranhão	253	215	(15)
Mato Grosso	1.490	1.685	13
Pará	2.744	3.862	41
Rondônia	1.316	1.245	(5)
Roraima	195	617	216
Tocantins	25	21	(16)
Amazônia Legal	7.536	9.762	30

Fonte: Prodes/Inpe.

* Dados preliminares

Houve um aumento de 2.226 km² (29,54%) na área desmatada na Amazônia Legal em 2019 (dado ainda preliminar) em relação ao ano anterior. Observou-se um aumento no desmatamento em quase todos os estados da Amazônia Legal, à exceção de Amapá, Maranhão, Rondônia e Tocantins.





GOVERNANÇA, CAPTAÇÃO E COMUNICAÇÃO



Governança do Fundo Amazônia

Até o dia 28 de junho de 2019, o Fundo Amazônia contou com uma estrutura de governança composta por dois comitês, dos quais faziam parte representantes do Governo Federal, dos governos dos estados da Amazônia Legal, da sociedade civil e da comunidade científica, conforme ilustra a Figura 1. Em decorrência do Decreto 9.759/2019, que extinguiu todos os colegiados da administração pública federal (comitês, comissões etc.) criados anteriormente a 1º de janeiro de 2019, ocorreu a dissolução dos comitês técnico e orientador do Fundo Amazônia.

Ao longo de 2019, o governo brasileiro e os representantes dos governos dos países doadores iniciaram negociações para reestabelecer a estrutura de governança do fundo, negociações não finalizadas até a elaboração deste relatório.

FIGURA 1 | GOVERNANÇA DO FUNDO AMAZÔNIA ATÉ 28 DE JUNHO DE 2019



Comitê Técnico do Fundo Amazônia

Instituído pela Portaria MMA 345, de 22 de outubro de 2008, o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) teve por atribuição atestar as emissões de carbono oriundas de desmatamento calculadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Para tanto, avaliava a metodologia de cálculo da área desmatada e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

O CTFA reunia-se ordinariamente uma vez por ano e era formado por especialistas de notório saber técnico-científico, designados pelo MMA depois de consulta ao Fórum

Brasileiro de Mudanças Climáticas. Desde a criação do Fundo Amazônia, o CTFA atestou os valores de redução das emissões, expostos na Tabela 2. Esse comitê não se reuniu em 2019.

TABELA 2 | REUNIÕES ANUAIS DO COMITÊ TÉCNICO DO FUNDO AMAZÔNIA

Reunião	Data	Ano da redução	Valor estimado de redução das emissões (milhões de toneladas de CO ₂)
1ª	10.11.2008	2006	200,0
		2007	303,0
2ª	1.12.2009	2008	245,7
3ª	13.12.2010	2009	445,9
4ª	20.10.2011	2010	462,9
5ª	14.11.2012	2011	490,2
6ª	26.11.2013	2012	580,2
7ª	10.9.2014	2013	516,1
8ª	5.11.2015	2014	558,8
9ª	8.11.2016	2015	500,8
10ª	4.10.2017	2016	12,0
11ª	9.10.2018	2017	58,0

Fonte: BNDES.

Comitê Orientador do Fundo Amazônia

O Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) tinha por atribuição estabelecer as diretrizes e os critérios de aplicação dos recursos do Fundo Amazônia, bem como aprovar o *Relatório de Atividades do Fundo Amazônia* e as informações sobre a aplicação dos recursos.

O COFA era formado por três bancadas de representantes, sendo a primeira composta por oito representantes do Governo Federal; a segunda composta por nove representantes dos estados da Amazônia Legal; e a terceira composta por seis representantes da sociedade civil. Durante o ano de 2019, esse comitê não se reuniu.

Captação de recursos

Regras para a captação de recursos

A captação de recursos para o Fundo Amazônia é condicionada à redução das emissões de carbono oriundas do desmatamento, isto é, o Brasil precisa comprovar a redução do desmatamento na Amazônia para viabilizar a captação de novos recursos.

Para cálculo do limite de captação anual do Fundo Amazônia, adota-se um método simples e conservador, de modo a assegurar que os valores de redução das emissões não sejam sobre-estimados. De forma resumida, o cálculo para obter os valores de redução das emissões de carbono oriundas de desmatamento parte da diferença entre a taxa

de desmatamento média histórica e a área desmatada efetivamente aferida no ano em avaliação, multiplicando-se esse resultado pela quantidade de carbono presente na biomassa, em toneladas de carbono por hectare. Assim, o cálculo é dado pela seguinte equação:

$$ED = (TDM - TD) * tC/ha$$

ED = redução nas emissões de carbono oriundas de desmatamento, em toneladas de carbono (tC)
 TDM = taxa de desmatamento média (em hectares)
 TD = taxa de desmatamento anual do período (em hectares)
 tC/ha = toneladas de carbono por hectare de floresta

A taxa de desmatamento na Amazônia Legal é aferida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão público vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Compete ao MMA definir a metodologia de cálculo do limite de captação anual do Fundo Amazônia e cabia aos especialistas do CTFA, até sua extinção, atestar a redução efetiva de emissões de carbono oriundas de desmatamento em determinado período, avaliando a metodologia de cálculo da área de desmatamento e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

Com base nos dados de redução das emissões, o BNDES estava autorizado a captar doações e emitir diplomas de reconhecimento à contribuição dos doadores ao fundo. Entretanto, a publicação do Decreto 10.144/2019, de 28 de novembro de 2019, revogou o artigo 2º do Decreto 6.527/2008, que autorizava “o BNDES a proceder às captações de doações e emitir diploma reconhecendo a contribuição dos doadores ao Fundo Amazônia”. Dessa forma, não se encontra mais disciplinada a possibilidade de o BNDES captar novas doações para o Fundo Amazônia, com a devida emissão de diplomas.

Doações formalizadas

Com base nos limites anuais de captação atestados pelo CTFA, o Fundo Amazônia já recebeu doações de governos estrangeiros e empresas. Até o fim de 2019, foram formalizados compromissos de doações ao Fundo Amazônia expressos em três moedas: coroa norueguesa (kr\$ ou NOK) para as doações da Noruega; euro (€ ou EUR) para as doações da Alemanha/KfW; e real (R\$ ou BRL) para as doações da Petrobras, conforme detalhado mais adiante. Desse total, já foram depositados na conta do Fundo Amazônia R\$ 3.396.694.793,53 (US\$ 1.288.235.378,26).⁵

O governo da Noruega foi o primeiro e é, até o momento, o maior doador de recursos ao Fundo Amazônia, tendo efetivamente aportado o montante de kr\$ 8.269.496.000,00, equivalentes a US\$ 1.212.378.452,36, ou R\$ 3.186.719.318,40.

Adicionalmente, a partir de 2010, o Fundo Amazônia recebeu o apoio do governo da Alemanha, por meio do KfW Entwicklungsbank. Até o fim de 2019, o governo da

⁵ As conversões dos valores das doações para US\$ e/ou R\$ presentes neste capítulo foram feitas com base na taxa de câmbio das respectivas datas do efetivo recebimento dos recursos pelo BNDES, conforme expresso nos diplomas de doações.

Alemanha aportou o total de € 54.920.000,00, equivalentes a R\$ 192.690.396,00 ou US\$ 68.143.672,60.

Em 2011, o Fundo Amazônia passou a contar com seu terceiro doador, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), primeira empresa brasileira a contribuir para o fundo. A Petrobras aportou, até o fim de 2019, R\$ 17.285.079,13, o equivalente a US\$ 7.713.253,30.

Conforme estabelecido no Decreto 6.527/2008, o BNDES tem a obrigação de manter segregados, em seus registros contábeis, os recursos oriundos das doações, dos quais 3% são destinados à cobertura de custos operacionais e demais despesas relacionadas ao Fundo Amazônia, incluindo a contratação das auditorias.

Governo da Noruega

O BNDES celebrou um contrato de doação (*donation agreement*), em 25 de março de 2009, com o Ministério das Relações Exteriores da Noruega, no qual foi prevista uma doação ao Fundo Amazônia no valor de até kr\$ 700.000.000,00.

Conforme previsto no contrato, os valores das doações que poderiam ser solicitados nos anos subsequentes seriam especificados em aditivos propostos pelo doador. Foram celebrados cinco aditivos ao *donation agreement*, por meio dos quais o governo da Noruega se comprometeu a realizar doações adicionais de até kr\$ 2.850.000.000,00.

De 2009 a junho de 2013, o Fundo Amazônia recebeu seis doações do governo da Noruega, no valor total de US\$ 130.253.901,05 (R\$ 243.952.352,40).

Contrato de aditamento e consolidação

Em 17 de setembro de 2013, o BNDES e o governo da Noruega assinaram um novo contrato (*amended and restated donation agreement*), visando consolidar os acordos anteriores de doação da Noruega para o Fundo Amazônia e ampliar a vigência dessa cooperação. No instrumento, foi prevista a possibilidade de transferência integral dos recursos até então doados pela Noruega, o que foi viabilizado pela isenção da incidência dos tributos brasileiros PIS/Pasep e Cofins sobre as doações ao Fundo Amazônia, instituída pela Lei 12.810, de 15 de maio de 2013, que alterou a Lei 11.828, de 20 de novembro de 2008. Assim, os recursos contratados até então, mas ainda não desembolsados para o Fundo Amazônia, no total de US\$ 464.669.325,96 (R\$ 1.024.642.336,54), foram transferidos em 4 de outubro de 2013.

De 2013 a 2019, foram celebrados seis aditivos ao contrato de doação consolidado, com um montante de doação equivalente, em coroas norueguesas, a US\$ 617.455.225,35 (R\$ 1.918.124.629,46).

O montante total doado ao Fundo Amazônia pelo governo da Noruega foi de R\$ 3.186.719.318,40 (US\$ 1.212.378.452,36).

Governo da Alemanha

No âmbito da cooperação financeira oficial entre os governos da Alemanha e do Brasil, foi celebrado, em 7 de dezembro de 2010, entre o KfW Entwicklungsbank e o BNDES, contrato de contribuição financeira ao Fundo Amazônia, no valor de € 21 milhões (R\$ 60.697.500,00 ou US\$ 28.323.207,40).

Em 14 de novembro de 2017, foi celebrado novo contrato entre o KfW Entwicklungsbank e o BNDES, com valor total de € 33.920.000,00 (R\$ 131.992.896,00 ou US\$ 39.820.465,20), integralmente recebido em 12 de dezembro de 2017.

O montante doado ao Fundo Amazônia pelo governo da Alemanha foi de R\$ 192.690.396,00 (US\$ 68.143.672,60).

Petróleo Brasileiro S.A.

O BNDES celebrou com a Petrobras, até 2019, 29 contratos de doações ao Fundo Amazônia, no montante total de R\$ 17.285.079,13 (US\$ 7.713.253,30). A doação da companhia atende à exigência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de que a Petrobras implemente projetos de neutralização de carbono em relação à emissão de gases de efeito estufa (GEE) provocada por suas atividades. As emissões são decorrentes da queima extraordinária de gás, originárias da produção e do escoamento de petróleo e gás natural realizados pela empresa.

Os recursos doados são destinados exclusivamente a projetos a serem financiados no âmbito do Fundo Amazônia, segundo suas normas, condições, diretrizes e critérios. Cabe ao BNDES a responsabilidade pela análise, aprovação e contratação de projetos e também pelo acompanhamento, monitoramento e pela prestação de contas.

Por determinação da Diretoria do BNDES (Decisão de Diretoria 832/2012-BNDES), as doações ao Fundo Amazônia captadas com fontes públicas controladas pela União Federal devem ser segregadas contabilmente de modo a garantir que os recursos não sejam destinados a projetos executados pela União.

Diplomas: reconhecimento da contribuição dos doadores

Ao captar doações para o Fundo Amazônia, o BNDES emite diplomas informando o montante da contribuição financeira e sua correspondência em toneladas de carbono. Esses diplomas são nominiais, intransferíveis e não geram direitos ou créditos de qualquer natureza. Dessa forma, no diploma ficam identificados o doador e a parcela de sua contribuição para o esforço de redução das emissões de gás carbônico. A Tabela 3 mostra os dados sobre os recursos já captados. Conforme relatado, com a publicação do Decreto 10.144/2019, de 28 de novembro de 2019 e a revogação do artigo 2º do Decreto 6.527/2008, foi suspensa a emissão de diplomas pelo BNDES.

TABELA 3 | RECURSOS CAPTADOS

Doador	Parcela	Data de ingresso dos recursos	Valor original da doação	Valor em R\$ (BRL)*	Valor em US\$ (USD)*	Toneladas de dióxido de carbono (tCO ₂)	Toneladas de carbono (tCO)	Ano da redução
Noruega	1ª	9.10.2009	NOK 123.437.000,00	36.448.350,22	20.960.578,70	4.192.115,7	1.142.265,9	2006
Noruega	2ª	9.8.2010	NOK 169.262.000,00	49.600.536,48	28.283.364,59	5.656.672,9	1.541.327,8	2006
Noruega	3ª	23.3.2012	NOK 261.273.000,00	82.144.231,20	45.149.077,28	9.029.815,0	2.462.677,0	2006
Noruega	4ª	2.10.2012	NOK 101.774.000,00	36.109.415,20	17.817.731,77	3.563.546,0	971.876,0	2006
Noruega	5ª	26.6.2013	NOK 44.254.000,00	16.139.433,80	7.344.452,24	1.468.890,0	400.606,0	2006
Noruega	6ª	26.6.2013	NOK 64.465.000,00	23.510.385,50	10.698.696,47	2.139.739,0	583.565,0	2009
Noruega	7ª	4.10.2013	NOK 2.785.535.000,00	1.024.642.336,54	464.669.325,96	26.207.821,0	7.147.588,0	2009
						33.363.022,0	9.099.006,0	2010
						33.363.022,0	9.099.006,0	2011
Noruega	8ª	23.12.2013	NOK 1.000.000.000,00	385.350.245,49	163.666.121,11	32.733.224,0	8.927.243,0	2012
Noruega	9ª	15.12.2014	NOK 780.000.000,00	288.991.278,87	108.839.740,46	21.767.948,1	5.936.713,1	2013
Noruega	10ª	12.3.2015	NOK 120.000.000,00	46.416.780,45	14.893.881,10	2.978.776,2	812.393,5	2013
Noruega	11ª	4.12.2015	NOK 1.019.496.000,00	455.568.000,00	120.000.000,00	24.000.000,0	6.545.454,6	2014
Noruega	12ª	16.12.2016	NOK 850.000.000,00	330.161.565,42	97.953.351,16	19.590.670,2	5.342.910,1	2015
Noruega	13ª	14.12.2017	NOK 350.000.000,00	139.272.702,53	41.791.004,78	8.358.201,0	2.279.509,3	2016
Noruega	14ª	17.12.2018	NOK 600.000.000,00	272.364.056,70	70.311.126,74	14.062.225,3	3.835.152,4	2017
KfW Alemanha	1ª	29.12.2010	EUR 3.000.000,00	6.644.100,00	3.952.500,00	790.500,0	215.395,0	2009
KfW Alemanha	2ª	8.1.2013	EUR 6.000.000,00	15.954.600,00	7.864.832,89	1.572.967,0	428.991,0	2009
KfW Alemanha	3ª	6.1.2014	EUR 8.000.000,00	26.180.800,00	11.120.181,53	825.407,0	225.111,0	2009
						1.398.630,0	381.444,0	2010
KfW Alemanha	4ª	22.7.2014	EUR 4.000.000,00	11.918.000,00	5.385.692,98	1.077.139,0	293.765,0	2010
KfW Alemanha	5ª	12.12.2017	EUR 33.920.000,00	131.992.896,00	39.820.465,20	7.964.093,0	2.172.025,4	2015
Petrobras	1ª	14.10.2011	BRL 1.765.983,70	1.765.983,70	1.016.335,00	203.267,0	55.436,0	2006
Petrobras	2ª	14.10.2011	BRL 4.114.671,55	4.114.671,55	2.368.020,00	473.604,0	129.164,0	2006
Petrobras	3ª	17.10.2011	BRL 1.435.257,60	1.435.257,60	826.000,00	165.200,0	45.054,0	2006
Petrobras	4ª	23.1.2012	BRL 156.626,00	156.626,00	88.750,00	17.750,0	4.841,0	2006

(Continua)

(Continuação)

Doador	Parcela	Data de ingresso dos recursos	Valor original da doação	Valor em R\$ (BRL)*	Valor em US\$ (USD)*	Toneladas de dióxido de carbono (tCO ₂)	Toneladas de carbono (tCO)	Ano da redução
Petrobras	5ª	26.4.2012	BRL 282.584,58	282.584,58	150.255,00	30.051,0	8.196,0	2006
Petrobras	6ª	13.7.2012	BRL 174.320,80	174.320,80	85.155,00	17.031,0	4.645,0	2006
Petrobras	7ª	20.2.2013	BRL 327.834,78	327.834,78	167.288,25	33.457,7	9.124,8	2006
Petrobras	8ª	25.3.2013	BRL 357.002,13	357.002,13	177.383,55	35.477,0	9.675,0	2006
Petrobras	9ª	25.9.2013	BRL 331.912,11	331.912,11	150.656,85	30.131,0	8.218,0	2006
Petrobras	10ª	23.1.2014	BRL 222.324,37	222.324,37	94.201,25	18.840,3	5.138,3	2006
Petrobras	11ª	25.2.2014	BRL 73.323,19	73.323,19	31.378,95	6.275,8	1.711,6	2006
Petrobras	12ª	6.5.2014	BRL 89.806,99	89.806,99	40.232,50	8.046,5	2.194,5	2006
Petrobras	13ª	8.5.2014	BRL 177.561,21	177.561,21	80.319,00	16.063,8	4.381,0	2006
Petrobras	14ª	2.10.2014	BRL 206.057,53	206.057,53	83.138,00	16.627,6	4.534,8	2006
Petrobras	15ª	10.10.2014	BRL 239.613,95	239.613,95	99.412,50	19.882,5	5.422,5	2006
Petrobras	16ª	26.12.2014	BRL 458.054,97	458.054,97	172.675,00	34.535,0	9.418,6	2006
Petrobras	17ª	19.1.2015	BRL 20.941,30	20.941,30	7.995,00	1.599,0	436,1	2006
Petrobras	18ª	13.3.2015	BRL 471.492,55	471.492,55	151.260,00	30.252,0	8.250,6	2006
Petrobras	19ª	27.3.2015	BRL 1.119.131,39	1.119.131,39	350.660,00	70.132,0	19.126,9	2006
Petrobras	20ª	3.7.2015	BRL 270.114,06	270.114,06	86.600,00	17.320,0	4.723,6	2006
Petrobras	21ª	30.7.2015	BRL 660.392,86	660.392,86	197.610,00	39.522,0	10.778,7	2006
Petrobras	22ª	30.7.2015	BRL 288.021,65	288.021,65	86.185,00	17.237,0	4.701,0	2006
Petrobras	23ª	10.5.2016	BRL 429.923,03	429.923,03	121.491,80	24.298,4	6.626,8	2006
Petrobras	24ª	10.5.2016	BRL 549.030,01	549.030,01	155.150,20	31.030,0	8.462,7	2006
Petrobras	25ª	6.4.2017	BRL 86.528,57	86.528,57	27.691,80	5.538,4	1.510,5	2006
Petrobras	26ª	6.4.2017	BRL 397.886,33	397.886,33	127.335,85	25.467,2	6.945,6	2006
Petrobras	27ª	31.7.2017	BRL 1.339.203,32	1.339.203,32	423.035,45	84.607,1	23.074,7	2006
Petrobras	28ª	16.5.2018	BRL 84.498,16	84.498,16	23.658,35	4.731,7	1.290,5	2006
Petrobras	29ª	16.5.2018	BRL 1.154.980,44	1.154.980,44	323.379,00	64.675,8	17.638,8	2006
Total				3.396.694.793,53	1.288.235.378,26			

Fonte: BNDES.

* Valores históricos, tais como estão registrados nos diplomas emitidos pelo Fundo Amazônia.

Articulação institucional e cooperação técnica

Como gestor do Fundo Amazônia, o BNDES mantém diálogo com seus diversos públicos de interesse, a fim de dar transparência a suas atividades, obter subsídios técnicos para sua atuação e estabelecer parcerias.

Entre essas ações, cabe ressaltar o acordo de cooperação técnica entre o BNDES e a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ – Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit), que, desde 2015, passou a contar com cofinanciamento do governo da Noruega, além dos recursos do próprio governo da Alemanha. A cooperação técnica realizou uma série de atividades em 2019, entre as quais se destacam:

- Continuidade do apoio técnico às ações colaborativas, realizadas em projetos com baixo índice de execução das ações previstas, incluindo atividades voltadas à gestão, ao monitoramento e ao mapeamento de fluxos relevantes à execução de projetos no âmbito do fundo.
- Conclusão das avaliações de efetividade de cinco projetos da componente de Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos, a saber: Ilhas de Belém, Biodiversidade, Compostos Bioativos da Amazônia, Florestas de Mangue e Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia. Esses projetos foram executados pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp).
- Apoio à conclusão da Avaliação de Meio Termo da Efetividade do Fundo Amazônia, coordenada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Essa avaliação baseou-se nas demais avaliações de desempenho ambiental que a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realiza regularmente em seus países-membros, tendo por objetivo analisar em que medida os objetivos do Fundo Amazônia estão sendo alcançados por meio dos resultados obtidos no período de 2008 a 2018. Buscou-se evidenciar ações e estratégias e observar quais devem ser fortalecidas e estendidas, além de identificar gargalos e desafios que devem ser enfrentados, gerando recomendações para subsidiar as próximas atividades do Fundo Amazônia.
- Apoio à elaboração dos estudos temáticos sobre distribuição de benefícios do Fundo Amazônia e sobre projetos de Cadastro Ambiental Rural (CAR) apoiados pelo Fundo Amazônia, no âmbito da mencionada Avaliação de Meio Termo. A elaboração do estudo de CAR contou também com a realização de um intercâmbio entre os projetos apoiados nessa temática.

- Conclusão do estudo sobre equidade de gênero em projetos de atividades produtivas sustentáveis (APS) apoiados pelo fundo, intitulado “Igualdade entre Homens e Mulheres em Projetos de Atividades Produtivas Sustentáveis Apoiados pelo Fundo Amazônia/BNDES”.
- Apoio à participação do fundo na 25ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 25/UNFCCC) em Madri (Espanha), no evento Amazon Madrid, realizado com os doadores do fundo;
- Elaboração de mapas georreferenciados sobre os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia;
- Apoio sistemático à equipe do Fundo Amazônia no tema de monitoramento e avaliação de resultados.

Comunicação

Dentre os instrumentos de transparência e diálogo, merecem destaque:

Website www.fundoamazonia.gov.br

Desde 2010, o BNDES mantém na internet um *website* atualizado sobre o Fundo Amazônia, com versão em inglês. Em 2018, o *website* foi totalmente renovado para oferecer um *layout* mais moderno, bonito e amigável, com um mapa interativo de atuação do Fundo, espaço para divulgação de publicações e audiovisual produzido pelos projetos e um sistema multicritério de busca de projetos. Em 2019, o *website* do Fundo Amazônia recebeu 127.471 acessos, um aumento de 136% em relação ao ano anterior. Cerca de 76% dos usuários que acessaram o *site* são originários do Brasil, principalmente das capitais dos estados da região amazônica e das cidades do Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo. Os acessos internacionais são provenientes de muitos países, com destaque para Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido, Alemanha, Canadá, Índia, Portugal e França.

Conteúdo do *website*

O Fundo Amazônia disponibiliza diversas informações em seu *website* na internet, tais como orientações sobre como apresentar projetos, o trâmite para sua aprovação e a documentação exigida em cada etapa do projeto. Também são disponibilizadas informações atualizadas sobre a governança do fundo, as doações recebidas e o monitoramento e a avaliação de resultados. O atendimento ao público é feito por intermédio da seção Fale Conosco (*e-mail*), por telefone ou por meio da leitura das “perguntas mais frequentes”.

É feita a divulgação da carteira de projetos apoiados, sobre os quais constam, entre outras, as seguintes informações: nome do projeto e seu responsável, abrangência territorial, beneficiários, objetivos, valor total do projeto, valor do apoio do Fundo Amazônia, prazo de execução, data da aprovação e data da contratação. Também são divulgados dados sobre os desembolsos e as atividades realizadas por cada projeto e de como o projeto contribui para os quatro eixos de atuação do Fundo Amazônia organizados a partir de seu quadro lógico. Em 2019, avançando nas ações de transparência, passaram a ser disponibilizados no *website* do fundo os contratos e aditivos de todos os projetos da carteira do fundo.

Relatórios anuais

A fim de conferir transparência a suas atividades, o Fundo Amazônia publica em seu *website* na internet seus relatórios anuais. Além de serem instrumentos de prestação de contas, os relatórios registram e divulgam para a sociedade as ações e os resultados do Fundo Amazônia.

Eventos em 2019

A equipe do BNDES organiza e participa de diversos eventos com o intuito de divulgar as ações do Fundo Amazônia, qualificar sua atuação e prestar contas aos doadores e à sociedade. Em 2019, destaca-se o seguinte evento:

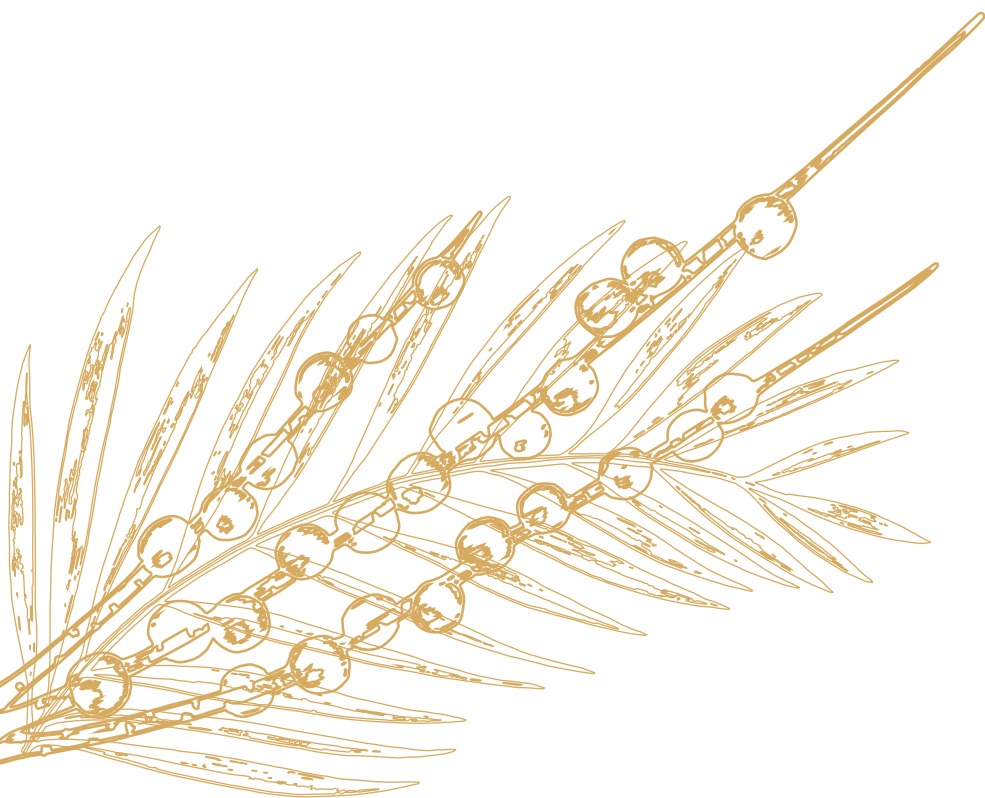
25ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 25/UNFCCC) – 2 a 13 de dezembro – Madri, Espanha

Durante a COP 25 em Madrid, o Fundo Amazônia participou de três eventos. No evento Amazon-Madrid, organizado pelo Fórum de Governadores da Amazônia, o diretor do BNDES, Petrônio Cançado, destacou os 11 anos de atuação do Fundo Amazônia e a publicação da avaliação de efetividade do Fundo. Já no *side event* “Territórios e Comunidades na Amazônia Brasileira: Rumo ao Desenvolvimento Inclusivo” promovido pela Imaflora, o chefe do departamento de Meio Ambiente e de Gestão do Fundo Amazônia, Nabil Kadri, destacou o apoio do Fundo Amazônia ao Origens Brasil, que visa o fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis e o desenvolvimento de uma bioeconomia na região Amazônica. Por fim, no *side event* “Desmatamento e Código Florestal: Como Apoiar as Estratégias Subnacionais”, organizado pelo Instituto Centro de Vida (ICV), a gerente do Fundo Amazônia, Angela Skaf, relatou o importante apoio do Fundo Amazônia ao CAR.

Serviço Fale Conosco

A fim de atribuir mais transparência e segurança ao fluxo de informações, o BNDES criou a caixa postal <fundoamazonia-faleconosco@bndes.gov.br> para responder às perguntas do público encaminhadas por intermédio do *site*. Todas as mensagens recebidas são registradas e respondidas. Não estão computadas as consultas dirigidas diretamente ao quadro técnico do BNDES e aquelas encaminhadas por meio dos canais oficiais do Banco.

Durante o ano de 2019, foram recebidas e respondidas cerca de trezentas consultas provenientes dos estados da Amazônia Legal, de outros estados brasileiros e também do exterior. Os principais assuntos foram solicitações de esclarecimentos sobre governança e áreas de atuação do fundo, como apresentar projetos e quem pode ser doador do Fundo Amazônia.



DESEMPENHO OPERACIONAL



Perfil da carteira de projetos

Em dezembro de 2019, o Fundo Amazônia tinha em sua carteira 103 projetos apoiados, no valor total de R\$ 1.859.577.029,65. O número de projetos apoiados até essa data e o total de recursos desembolsado, por ano, são apresentados na Tabela 4.

TABELA 4 | PROJETOS APROVADOS, CANCELADOS E DESEMBOLSOS – 2009 A 2019

Ano do apoio (R\$)	Número de projetos aprovados	Valor total	Total desembolsado a projetos (R\$)
2009	5	70.339.010,00	-
2010	8	119.891.704,43	11.105.966,90
2011	10	70.499.580,47	59.740.091,61
2012	14	179.803.548,39	71.205.781,90
2013	14	332.003.810,00	80.903.376,47
2014	21	268.578.173,00	167.954.502,78
2015	11	195.510.972,31	127.509.195,78
2016	8	196.603.174,19	134.145.446,07
2017	12	234.886.684,03	223.760.804,23
2018	11	378.517.794,00	187.372.391,40*
2019	-	-	108.875.373,05*
Projetos cancelados **	(11)	(147.921.929,16)	NA
Saldo reduzido ***		(39.135.492,01)	NA
Total	103	1.859.577.029,65	1.172.572.930,19

Fonte: BNDES.

* Estes valores divergem daqueles apresentados nas demonstrações financeiras auditadas (anexas) em R\$ 158 mil. Tal valor se refere ao recebimento de devolução de remuneração da conta do projeto do beneficiário ao BNDES, registrado nos sistemas do BNDES indevidamente como devolução de principal em 2018. Cumpre ressaltar que tal discrepância gerou diferença apenas "entre linhas", tendo sido devidamente levantada pelos auditores independentes, que a consideraram irrelevante para efeito de sua opinião. A correção nos sistemas do BNDES foi realizada em 2019.

** Ver no Anexo 4 deste relatório a lista dos projetos cancelados.

*** Ver no Anexo 4 a lista dos projetos com suplementação e cujos valores foram alterados.

Os desembolsos para os projetos apoiados ocorrem parceladamente no decorrer de sua implementação e seguem os prazos, que variam normalmente de um a seis anos, estabelecidos nos respectivos cronogramas físico-financeiros.

A Tabela 4 mostra que o total desembolsado a projetos, até 31 de dezembro de 2019, soma R\$ 1.172.572.930,19.⁶ Aproximadamente 9,3% desse montante (R\$ 108.875.373,05) foram desembolsados em 2019. Dos recursos desembolsados em 2019, 47,7% foram destinados a projetos com o terceiro setor e 52,3% a projetos do setor público (49,3% a projetos com a União e 3% a projetos com governos estaduais).

⁶ A lista dos projetos que já receberam recursos é mostrada na nota explicativa 5 das demonstrações financeiras do Fundo Amazônia, no Anexo 1.

Além de apresentar projetos que contemplam ações variadas e em diferentes estágios de execução, a carteira do fundo também é caracterizada pelas diferentes naturezas jurídicas dos responsáveis pelos projetos, conforme ilustram os gráficos 2 e 3.

GRÁFICO 2 | NÚMERO DE PROJETOS APOIADOS, POR NATUREZA JURÍDICA DO RESPONSÁVEL

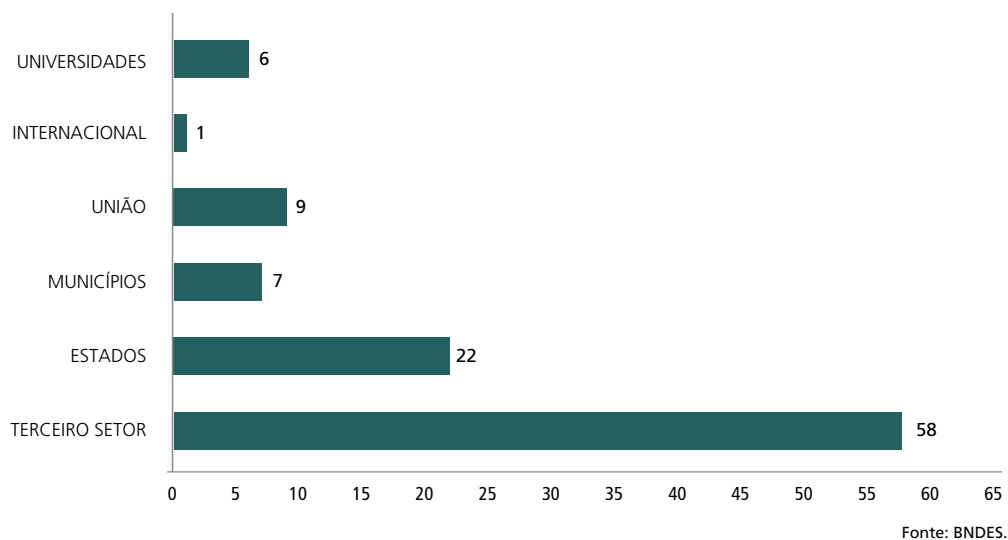
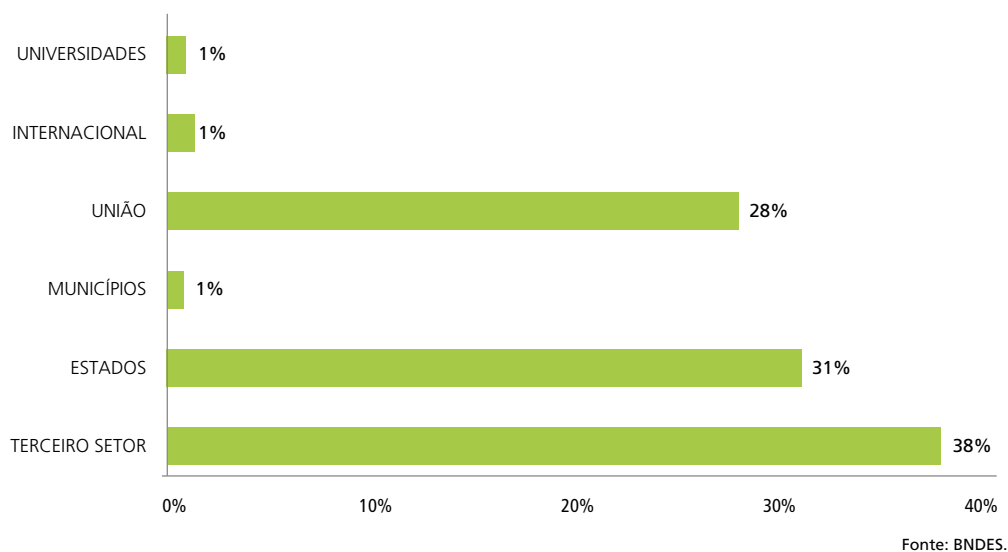


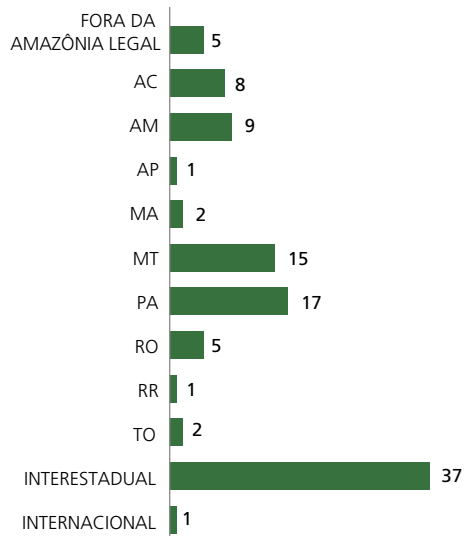
GRÁFICO 3 | VALOR PERCENTUAL DO TOTAL DO APOIO, POR NATUREZA JURÍDICA DO RESPONSÁVEL



Os gráficos 4 e 5 retratam a abrangência territorial dos projetos apoiados e o valor percentual do apoio por estado. Conforme ilustrado, todos os estados da Amazônia Legal têm projetos com apoio do Fundo Amazônia. Observa-se ainda que os quatro estados com maior participação no valor total do apoio financeiro (Acre, Amazonas, Mato Grosso e Pará) têm, em conjunto, mais de 77% do total da área da Amazônia Legal⁷ e respondem por 69% do valor de apoio do fundo.

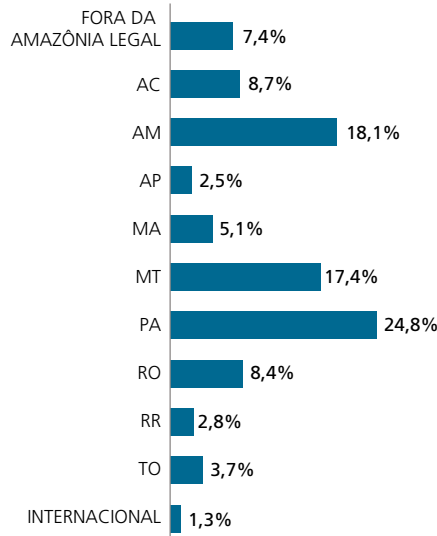
⁷ Informação disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

GRÁFICO 4 | NÚMERO DE PROJETOS APOIADOS, POR ESTADO



Fonte: BNDES.

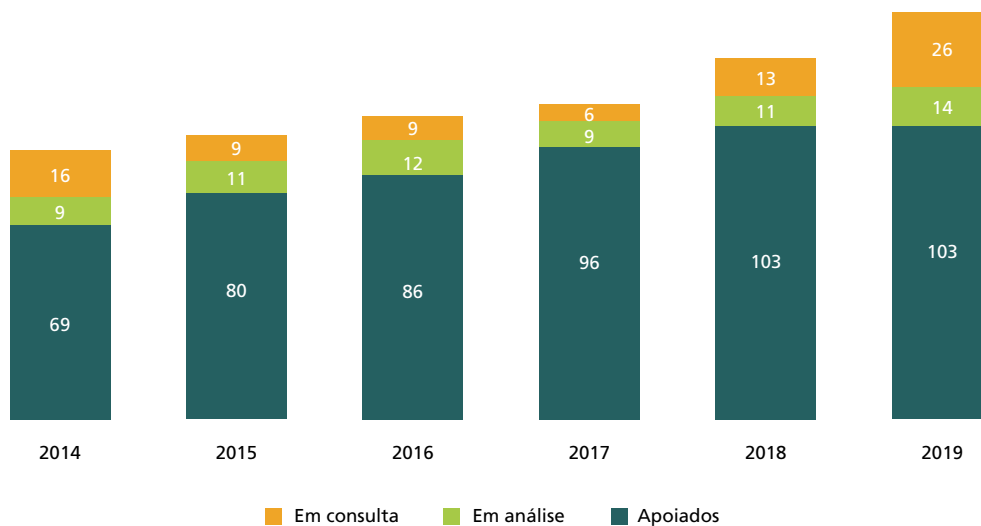
GRÁFICO 5 | VALOR PERCENTUAL DO TOTAL DO APOIO, POR ESTADO



Fonte: BNDES.

A evolução anual da carteira do Fundo Amazônia (projetos em consulta, em análise e apoiados) está representada nos gráficos 6 e 7.

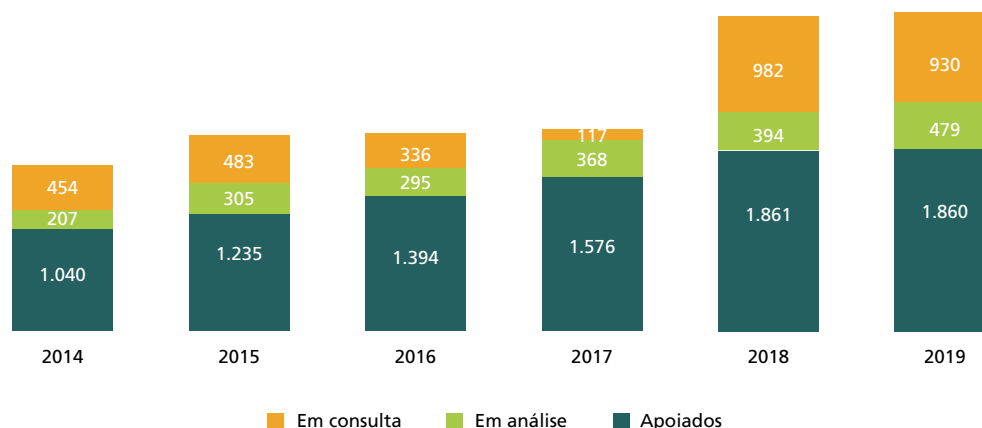
GRÁFICO 6 | EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROJETOS, POR SITUAÇÃO OPERACIONAL NO BNDES



Fonte: BNDES.

Nota: Este gráfico mostra o número acumulado de projetos apoiados líquido de cancelamentos. Para esse cálculo, cada projeto cancelado foi descontado do número acumulado de projetos no ano de seu cancelamento (não no ano de sua aprovação). Ver no Anexo 4 deste relatório a lista dos projetos: cancelados; com suplementação e cujos valores foram alterados.

GRÁFICO 7 | EVOLUÇÃO DO VALOR TOTAL DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA (R\$ MILHÕES), POR SITUAÇÃO OPERACIONAL NO BNDES



Fonte: BNDES.

Nota: Este gráfico mostra o valor acumulado de projetos líquido de cancelamentos e alterações nos valores. As reduções de valores de projetos e os valores de projetos cancelados em um determinado ano são descontados nesse mesmo ano. Ver no Anexo 4 deste relatório a lista dos projetos: cancelados; com suplementação e cujos valores foram alterados.

Conforme ilustrado nos gráficos 6 e 7, em 2019 o número acumulado de projetos apoiados continuou o mesmo em relação ao acumulado até 2018 (103 projetos), ao passo que o volume total da colaboração financeira a projetos teve uma pequena redução em função de ajustes nos valores do apoio a alguns dos projetos (de R\$ 1.860.881.542,00 para R\$ 1.859.577.029,65).⁸ Conforme explicado na Introdução, em 2019 não foram aprovados novos projetos pelo Fundo Amazônia e, até o momento da elaboração deste relatório, encontra-se em processo de negociação entre o governo brasileiro e os governos dos países doadores a governança do Fundo Amazônia.

O total de recursos para aplicação em projetos (97% do total de doações recebidas + rendimentos gerados ao longo dos anos) é de R\$ 4.754 milhões, tendo sido alocado a projetos em execução ou concluídos o montante de R\$ 1.860 milhões, dos quais R\$ 1.173 milhões já desembolsados.

Aspectos contábeis e financeiros

As transações contábeis e financeiras relativas ao Fundo Amazônia são registradas e reportadas conforme a legislação vigente e os princípios e normas promulgados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), órgão independente que, entre suas atribuições privativas, normatiza os procedimentos contábeis e de auditoria independente que devem ser adotados no Brasil. Por meio de seus colegiados e grupos de trabalho, o CFC busca a convergência das práticas adotadas no país aos padrões definidos nas normas internacionais.

⁸ Diferenças percebidas entre os valores atuais e os referentes a posições da carteira em períodos anteriores devem-se ao cancelamento ou a alterações de valores de projetos (ver Anexo 4).

As tabelas a seguir resumem as informações constantes nas demonstrações financeiras auditadas e em suas notas explicativas referentes ao ano de 2019. As demonstrações completas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, são mostradas no Anexo 1.

TABELA 5 | BALANÇO PATRIMONIAL DO FUNDO AMAZÔNIA EM 31.12.2019 (R\$ MIL)

ATIVO		PASSIVO	
Circulante		Circulante	
Aplicações financeiras	3.581.776	Recursos de projetos	3.581.776
Despesas antecipadas	89.490	Recursos de custeio	89.490
		Patrimônio líquido	
		Superávit acumulado	-
Total do ativo	3.671.266	Total do passivo	3.671.266

Fonte: BNDES.

Do total do ativo circulante, R\$ 3.581.776 mil correspondem ao montante disponível, em 31 de dezembro de 2019, para desembolsos a projetos já apoiados ou a novos projetos. Esse montante está investido nos fundos Gaia e Gaia II, geridos pelo Banco do Brasil. Tais fundos têm perfil conservador (aplicações em renda fixa – títulos públicos brasileiros) e foram contratados para manter a atualização monetária e remunerar os saldos disponíveis para apoio financeiro a projetos (ver “Receita financeira” na Tabela 6).

Os valores doados são registrados como ativos financeiros do Fundo Amazônia e têm contraprestação vinculada ao apoio a projetos. A contrapartida é registrada, portanto, no passivo, na rubrica recursos de projetos. Dessa forma, as doações recebidas não implicam aumento patrimonial para o fundo.

TABELA 6 | DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$ MIL)

RECEITAS	317.453
Receita de doações para investimentos	109.034
Receita de doações para custeio	605
Receita financeira	207.814
(-) DESPESAS	(317.453)
Despesas com doações para investimento	(109.034)
Despesas administrativas	(605)
Despesas com remuneração de recursos de projetos	(207.814)
Superávit/déficit do período	0

Fonte: BNDES.

Enquanto o balanço patrimonial mostra saldos acumulados, a demonstração de resultados considera apenas o que ocorreu em um ano específico. O total de R\$ 109.034 mil apresentado nas rubricas “Receita de doações para investimentos” e “Despesas com doações para investimento” refere-se aos valores efetivamente desembolsados em 2019 a projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

O montante de R\$ 605 mil informado na Tabela 6 refere-se à apropriação realizada pelo BNDES, no exercício de 2019, dos custos e das despesas relacionados ao Fundo Amazônia.

Os rendimentos dos fundos Gaia e Gaia II, no valor de R\$ 207.814 mil, são considerados receita e despesa porque correspondem à remuneração dos recursos disponíveis para desembolsos a projetos, apresentados no balanço patrimonial como saldo das rubricas “Aplicações financeiras” e “Recursos de projetos”.

De acordo com o entendimento da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal, as doações ao Fundo Amazônia não devem integrar, na data de seu ingresso, a base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Para fins de apuração desses tributos, sempre que houver um desembolso a um projeto apoiado, uma receita e uma despesa devem ser reconhecidas, na mesma data e no exato valor desembolsado. Assim, a base de cálculo para o IR e a CSLL relativa às doações ao fundo é sempre igual a zero, não havendo qualquer recolhimento desses tributos aos cofres públicos.

Auditorias

Anualmente, o Fundo Amazônia passa pelos seguintes processos de auditoria:

- auditoria financeira (*financial audit*), para avaliar a veracidade dos saldos registrados em suas demonstrações financeiras, bem como a adequação da alocação desses saldos nas demonstrações financeiras do BNDES; e
- auditoria de cumprimento (*compliance audit*), para avaliar se os projetos apoiados, tendo em vista seus objetivos, produtos, serviços e ações previstas, estão de acordo com as determinações do Decreto 6.527/2008, as diretrizes e os critérios do COFA, o PPCDAm e a Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+).

Os procedimentos de auditoria financeira relativos ao ano de 2019 foram realizados pela empresa KPMG Auditores Independentes. O referido auditor concluiu pela adequação das demonstrações financeiras apresentadas pelo BNDES. A auditoria de cumprimento foi executada pela BDO RCS Auditores Independentes, que também concluiu pela conformidade dos projetos apoiados pelo fundo em 2019.

O parecer dos auditores independentes e o relatório da auditoria de cumprimento são expostos nos anexos 1 e 2, respectivamente.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS



Para o Fundo Amazônia e para o Brasil, o ano de 2019 foi um ano de grandes mudanças, com a posse de um novo Presidente da República, novos governadores de estados e a renovação de grande parte do Congresso Nacional. Nesse novo cenário, o fundo teve órgãos de sua governança extintos (COFA e CTFA), e os governos do Brasil, Noruega e Alemanha iniciaram negociações para a redefinição de sua governança.

Em 2019, foi concluída uma avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia, compreendendo o período de 2008 a 2018. Além dessa ampla avaliação, foram realizadas avaliações independentes da efetividade de um projeto de produção sustentável e de cinco projetos de desenvolvimento científico e tecnológico apoiados pelo Fundo Amazônia (avaliações *ex post*).

Neste capítulo, começaremos com uma breve contextualização dos principais vetores do desmatamento, a lógica de intervenção (teoria da mudança) do Fundo Amazônia e seu quadro lógico. Em seguida, será apresentada a análise de alguns indicadores regionais que permitem monitorar a evolução de vários temas na Amazônia, tais como desmatamento anual, produção da extração vegetal e capacidade dos órgãos ambientais da Amazônia para implementar a legislação ambiental.

Serão apresentados os resultados dos indicadores de eficácia e de efetividade dos projetos apoiados; as salvaguardas adotadas pelo Fundo Amazônia no apoio a projetos; a contribuição do Fundo Amazônia para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), a política de promoção da equidade de gênero em projetos de produção sustentável, além de um destaque para alguns dos achados e recomendações da avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia, que abrangeu o período de 2008 a 2018.

O capítulo é concluído com uma análise dos riscos (fatores externos) que podem afetar negativamente a execução dos projetos, a manutenção dos resultados alcançados e o funcionamento do Fundo Amazônia, acrescida este ano de uma avaliação dos impactos esperados caso alguns desses riscos se materializem.

Por fim, esclarecemos que nem sempre se encontram disponíveis informações de todos os indicadores para o ano de 2019, utilizando-se, nesses casos, os últimos dados disponíveis.

Contextualização

O Fundo Amazônia apoia ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e promoção do uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia Legal. Suas principais referências são a Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+)⁹ e o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

⁹ Estratégia Nacional para Redução das Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - ENREDD+.

O PPCDAm fundamenta-se no diagnóstico periódico sobre a extensão, a dinâmica e os vetores do desmatamento. O Quadro Lógico do Fundo Amazônia – ferramenta de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de resultados e impactos – foi elaborado levando em conta principalmente os diagnósticos desse plano, no qual são apontadas como as principais causas do desmatamento na Amazônia:

- a impunidade de ilícitos ambientais em razão da baixa capacidade dos órgãos governamentais para fiscalizar e punir tais atos em um território de dimensões superlativas;
- a existência de terras públicas não destinadas e baixa segurança jurídica quanto aos títulos de propriedade imobiliária na região, o que enseja ocupação extralegal de terras públicas, conflitos pela posse de terras e desestímulo a investimentos privados;
- a baixa atratividade econômica para manter a floresta em pé decorrente da falta de infraestrutura adequada e de incentivos econômicos para promover as cadeias produtivas sustentáveis; e
- a expansão da agropecuária, impulsionada pela crescente demanda por *commodities* no mercado globalizado.

Foi também identificada uma grande necessidade de investimentos em inovação e produção científica voltados ao monitoramento e controle do desmatamento, ao ordenamento territorial e ao uso sustentável da biodiversidade na Amazônia Legal.

Na construção do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, consideraram-se também as sete áreas temáticas definidas no Decreto 6.527/2008, que regulamenta o funcionamento do fundo na Amazônia Legal, a saber:

1. gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
2. controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
3. manejo florestal sustentável;
4. atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
5. zoneamento ecológico-econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
6. conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
7. recuperação de áreas desmatadas.

O decreto que autorizou a criação do Fundo Amazônia dispôs que poderão ser utilizados até 20% de seus recursos no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

Quadro Lógico do Fundo Amazônia

O Quadro Lógico do Fundo Amazônia foi divulgado pela primeira vez como um documento completo em 2010. Em 2017, passou por uma revisão, em decorrência das mudanças na dinâmica do desmatamento e na ênfase das políticas públicas, especialmente o PPCDAm, que teve sua quarta fase divulgada no fim de 2016.¹⁰

O quadro lógico é uma metodologia utilizada para assegurar que as ações financiadas contribuam para o objetivo geral de um programa (ou projeto), podendo ser definido como uma matriz na qual se inserem, de modo operacional e organizado, as decisões estratégicas sobre a aplicação dos recursos em um programa, explicitando aonde se pretende chegar (efeitos ou objetivos) e o que se pretende realizar (como).

A Figura 2 ilustra a sequência lógica de causa e efeito que leva dos impactos diretos e indiretos de diversos projetos ao objetivo geral de um programa, como é o caso do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

FIGURA 2 | SEQUÊNCIA LÓGICA DO FUNDO AMAZÔNIA



Na definição do objetivo geral do Fundo Amazônia, convergiu-se para uma proposição resumida e focada na Amazônia Legal, sem prejuízo de o fundo estar autorizado a atuar apoiando o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outras regiões do Brasil e em outros países tropicais. Dessa forma, foi definida como objetivo geral do Fundo Amazônia a “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

No estabelecimento dos efeitos indiretos a serem atingidos pelo Fundo Amazônia, adotou-se como ponto de partida as sete áreas temáticas definidas no Decreto 6.527/2008 (elencadas na subseção anterior deste capítulo). Esse decreto estabeleceu ainda que, nos projetos realizados na Amazônia Legal, deverão ser observadas as diretrizes do PPCDAm e da Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+).

¹⁰ A partir de 2016, com a promulgação do Decreto 8.773, de 11 de maio de 2016, o Fundo Amazônia também teve sua área de atuação territorial ampliada (para a totalidade das ações que apoia) de bioma Amazônia para Amazônia Legal. A Amazônia Legal abrange uma área territorial com dimensões definidas na legislação, compreendendo a integralidade do bioma Amazônia e áreas entre esse bioma e outros biomas brasileiros, perfazendo uma área total de cerca de 5 milhões de km².

Tendo em vista a amplitude das áreas de atuação do Fundo Amazônia, seu quadro lógico foi estruturado em quatro componentes. Cabe mencionar que foi dado destaque à questão da ciência, tecnologia e inovação na elaboração do quadro lógico, haja vista se tratar de questão estratégica e transversal a todas as componentes do Fundo Amazônia, bem como foi incorporada a utilização de instrumentos econômicos a partir da quarta fase do PPCDAm (2016 a 2020).¹¹

Informações mais detalhadas sobre o Quadro Lógico do Fundo Amazônia podem ser consultadas na internet¹² no documento intitulado *Quadro Lógico do Fundo Amazônia – 2017*. Nesse documento, são conceituados os indicadores selecionados para medir seus resultados, os principais riscos (pressupostos) que podem afetar seu sucesso, como se dará o acompanhamento dos projetos apoiados e o monitoramento do Fundo Amazônia.

Na Figura 3, pode ser visualizada a lógica de intervenção do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. A numeração ao lado dos efeitos diretos e indiretos nessa figura permite a identificação, nos relatos dos projetos concluídos em 2019 (ver seção específica), para quais efeitos do quadro lógico esses projetos contribuíram ou contribuirão.



¹¹ O PPCDAm está atualmente estruturado em quatro eixos, que são: (i) “fomento às atividades produtivas sustentáveis”; (ii) “monitoramento e controle”; (iii) “ordenamento fundiário e territorial”; e (iv) “instrumentos normativos e econômicos”.

¹² Ver <http://www.fundoamazonia.gov.br>, na seção que trata de monitoramento e avaliação.

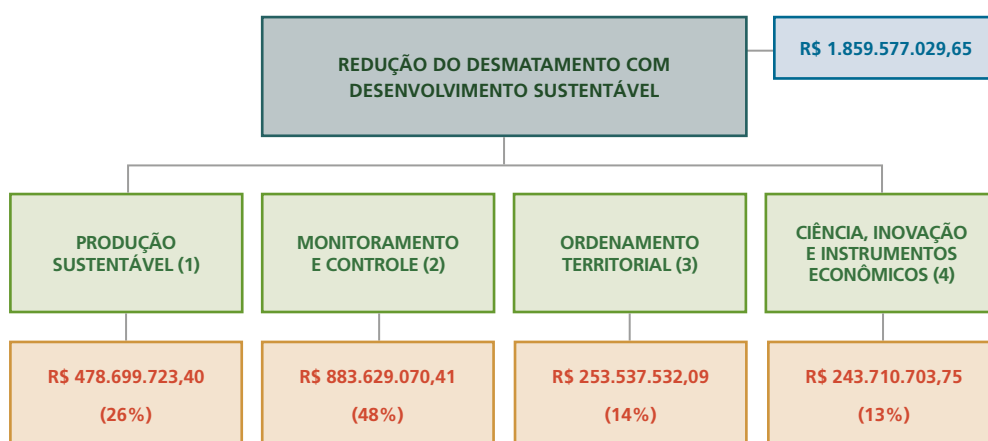
FIGURA 3 | QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA



Distribuição dos recursos por componente do quadro lógico

O Fundo Amazônia contabilizou apoio a 103 projetos até 2019. As ações e os recursos desses projetos são distribuídos pelas quatro componentes do quadro lógico da seguinte forma:

FIGURA 4 | DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PELAS COMPONENTES DE APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA



Parte dos projetos apoiados tem ações no Brasil fora da Amazônia Legal e em outros países com florestas tropicais, no montante de R\$ 167 milhões. Esse valor está distribuído pelas componentes do Quadro Lógico do Fundo Amazônia da seguinte forma: dentro da componente “monitoramento e controle” R\$ 129 milhões referem-se a ações em outros países para o desenvolvimento da capacidade de monitoramento do desmatamento nos países-membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a ações no Brasil fora da Amazônia Legal destinados à implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ao monitoramento do desmatamento em outros biomas. Por sua vez, R\$ 38 milhões da componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos” destinam-se a ações em outros países e no Brasil fora da Amazônia Legal, objetivando a produção e a difusão de conhecimentos e tecnologias voltados para o monitoramento da Amazônia Regional nos países-membros da OTCA e o monitoramento do desmatamento em outros biomas brasileiros.



Monitoramento de indicadores regionais

O Fundo Amazônia identificou em seu quadro lógico alguns indicadores regionais que se relacionam com as políticas públicas para as quais visa contribuir por meio dos projetos que apoia.

O monitoramento dessas políticas públicas ajuda a compreender o progresso alcançado na promoção da redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia. Para esse monitoramento, são analisados, em uma perspectiva comparativa, os indicadores do Fundo Amazônia no nível de seu objetivo geral e efeitos indiretos. O marco zero (linha de base) de cada indicador é o ano de 2009, já que nele foram aprovadas as primeiras operações do Fundo Amazônia sem que, todavia, tenham ocorrido liberações de recursos para esses projetos.

O atual ano de avaliação é 2019. Sempre que possível, é realizado um comparativo com esse ano. Nos casos em que essa informação não existe, são utilizados os últimos dados disponíveis.

É importante mencionar que a contribuição do Fundo Amazônia para o comportamento do conjunto desses indicadores, apesar de já ser identificável e relevante, conforme atesta a avaliação dos projetos concluídos com o apoio do fundo, não é exclusiva, somando-se a iniciativas e ações de uma pluralidade de agentes públicos e privados que atuam nesse vasto território que é a Amazônia.

Objetivo geral: redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal

Indicador: (1) Desmatamento anual na Amazônia Legal

Um dos indicadores selecionados para medir a evolução do objetivo geral foi “Desmatamento anual na Amazônia Legal”, conforme medido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Diversos trabalhos de modelagem climática analisam os impactos do desmatamento das florestas tropicais sobre o clima, apontando que a redução dessas florestas altera o fluxo aéreo da umidade e causa aumento da temperatura do planeta.

Dados preliminares do Inpe indicam que o desmatamento na Amazônia Legal em 2019 foi de 9.762 km². Essa área desmatada representa cerca de um terço do desmatamento verificado em 2004. Todavia, quando se compara a taxa de desmatamento de 2019 à de 2009 (linha de base), verifica-se que nesse período houve um aumento de 31% da taxa de desmatamento. Outra comparação possível é a da média do desmatamento anual

ocorrido no período de 2010 a 2019 com a linha de base do Fundo Amazônia (2009), em que se constata que houve uma queda de 10% da área desmatada nesse período.

TABELA 7 | EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL – 2004-2019 E 2009-2019

Desmatamento Amazônia Legal				
2004	2009	2019*	Variação (%) 2019/2004	Variação (%) 2019/2009
27.772	7.464	9.762	(65)	31

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe.

*Dado preliminar.

TABELA 8 | EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL – 2009/MÉDIA 2010-2019

Desmatamento 2009 (A)	Média 2010-2019 (B)	Variação (%) (B)/(A)
7.464	6.724	(10)

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe.

Registre-se que a Política Nacional sobre Mudança do Clima prevê redução de 80%, até 2020, da média da taxa anual de desmatamento observada entre 1996 e 2005. Ou seja, a meta a ser alcançada em 2020 pelo Brasil é de no máximo 3.925 km² de desmatamento anual na Amazônia Legal. Para atingir essa meta, o desmatamento na Amazônia terá que ser reduzido em aproximadamente 60% em um ano em relação à taxa verificada em 2019.

Apesar de a média do desmatamento anual no período de 2010 a 2019 ser 10% menor do que a taxa de desmatamento de 2009, verifica-se um aumento preocupante dessa taxa nos últimos anos, o que constitui um desafio para o alcance do objetivo geral do Fundo Amazônia, no que tange à redução do “desmatamento anual na Amazônia Legal”.

Indicador: (2) Participação do PIB dos estados da Amazônia Legal no PIB nacional

O segundo indicador selecionado para medir a evolução do objetivo geral do Fundo Amazônia é a participação do produto interno bruto (PIB) dos estados da Amazônia Legal no PIB brasileiro. Isto é, soma-se o PIB dos nove estados da Amazônia Legal e compara-se esse subtotal ao total do PIB brasileiro.

O PIB é um indicador básico do comportamento da economia que demonstra o valor adicionado de bens e serviços de uma determinada região. Porém, não é um indicador ideal para a medição de desenvolvimento sustentável, pois não inclui, por exemplo, informações como passivos ambientais gerados.

Diversas iniciativas de âmbito internacional vêm procurando incorporar nas estatísticas das contas nacionais o cálculo de outras variáveis de bem-estar e de sustentabilidade, objetivando valorar, por exemplo, a perda de biodiversidade ou os custos associados

à mudança climática. No Brasil, a Lei 13.493, de 17 de outubro de 2017, atribuiu ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a responsabilidade pela divulgação do produto interno verde (PIV), em cujo cálculo será considerado, além dos critérios e dados tradicionalmente utilizados, o patrimônio ecológico nacional. Até que uma metodologia seja definida e as medições estejam plenamente adotadas e validadas em nível global, é recomendável que o indicador convencional do PIB seja analisado conjuntamente com o indicador de redução do desmatamento.

A informação mais atual disponibilizada sobre a evolução do PIB de cada estado consta no Sistema de Contas Regionais do IBGE relativo ao ano de 2017. Na Tabela 9, observa-se que a participação do PIB da Amazônia Legal no PIB brasileiro vem crescendo gradualmente nos últimos oito anos, atingindo em 2017 uma participação cerca de 0,8% superior àquela verificada em 2009.

Os estados da região também demonstraram resiliência ao lograr manter a participação no PIB durante os anos de 2015 e 2016, quando o Brasil experimentou um período recessivo (retração do PIB de 3,5% e 3,3%, respectivamente). A partir de 2017, teve início um período de recuperação econômica ainda gradual, tendo sido apurado crescimento de 1,1%, mesma taxa verificada em 2018. Ao longo de 2019, a economia manteve a trajetória de recuperação, notadamente liderada pelo consumo das famílias e o investimento.

TABELA 9 | PIB ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL (AL)/PIB BRASIL (%)

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
8,04%	7,98%	8,28%	8,29%	8,43%	8,41%	8,45%	8,71%	8,87%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE.

Efeito indireto: (1) Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica na Amazônia Legal (componente “produção sustentável”)

Indicador: Produção da extração vegetal e da silvicultura

Indicador: Produção legal de madeira em toras na Amazônia

O Fundo Amazônia tem como prioridade a estruturação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Essa priorização tem se materializado por meio de seu apoio financeiro a diversos projetos cujos objetivos são a ampliação e o aprimoramento da coleta e do beneficiamento dos produtos extrativistas por comunidades tradicionais e povos indígenas.

As ações apoiadas contemplam atividades como a construção de barracões para o armazenamento da produção; a aquisição de caminhões, caminhonetes, tratores e lanchas para coleta e distribuição dos produtos; a implantação ou ampliação e modernização de unidades de beneficiamento desses produtos; e a capacitação técnica e gerencial dos indígenas, extrativistas e agricultores familiares envolvidos nos projetos.

Para o monitoramento dessa componente, foi selecionado o indicador de produção da extração vegetal e da silvicultura verificada nos estados da Amazônia Legal, cujos dados se baseiam em publicação anual do IBGE,¹³ bem como foi desenvolvido um indicador que mede a produção legal de madeira em toras na Amazônia.

Os dados da produção da extração vegetal são obtidos pelo IBGE mediante consulta a entidades públicas e privadas, produtores, técnicos e órgãos ligados direta ou indiretamente aos setores da produção, comercialização, industrialização e fiscalização de produtos vegetais nativos.

A extração vegetal compreende o processo de exploração dos recursos vegetais nativos mediante a coleta de produtos. A Amazônia é uma importante fonte de produção de açaí, castanha-do-brasil, borracha nativa, amêndoas e outros produtos oleaginosos e fibras diversas, os quais têm representatividade econômica e são comercializados dentro e fora da região. A evolução da produção e da receita desses produtos é acompanhada pelo Fundo Amazônia por sua relevância econômica no contexto regional.

No conjunto dos oleaginosos, está sendo acompanhada a produção extrativista de amêndoas-de-cumaru, pequi e copaíba, entre outros produtos. Também se monitora a evolução da cadeia produtiva do babaçu, cuja oleaginosa (amêndoa) é utilizada, sobretudo, na indústria alimentícia. Como o babaçu tem grande participação na economia extrativista regional, optou-se por acompanhá-lo em separado das demais oleaginosas. No conjunto das fibras, estão sendo monitoradas, entre outros produtos, a piaçava e o buriti.

Na Tabela 10, é mostrada a evolução da produção física (em toneladas) da extração vegetal desses produtos nos anos de 2009 e 2018.

TABELA 10 | PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

Produtos	2009 (t)	2018 (t)	Variação (%)
Açaí	115.767	221.646	91%
Castanha-do-brasil	37.468	34.169	(9%)
Borracha (látex coagulado e líquido)	3.459	838	(76%)
Oleaginosos*	1.240	983	(21%)
Babaçu	103.359	47.544	(54%)
Fibras**	2.848	2.078	(27%)
Total histórico	264.141	307.258	16%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE.

*Incluem copaiba (óleo), cumaru, pequi e outros produtos.

** Incluem buriti, piaçava e outros produtos.

¹³ Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (Pevs), do IBGE, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html?=&t=resultados>

Na Tabela 11, observa-se a evolução desses mesmos produtos pela ótica de receita gerada.

TABELA 11 | PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL (R\$ MIL)

Produtos	2009	2009*	2018	Variação (%)
Açaí	160.312	270.993	592.040	118%
Castanha-do-brasil	52.261	88.343	130.910	48%
Borracha (látex coagulado e líquido)	7.597	12.842	3.614	(72%)
Oleaginosos**	6.570	11.106	10.609	(4%)
Babaçu	114.847	194.139	84.393	(57%)
Fibras***	4.495	7.598	4.538	(40%)
Total histórico	346.082	585.021	826.104	41%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE.

* Valores atualizados para reais de 2018 pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2010 a 2018.

** Incluem copaíba (óleo), cumaru, pequi e outros produtos.

*** Incluem buriti, piaçava e outros produtos.

Observa-se que a produção do açaí, fruto cada vez mais utilizado na confecção de alimentos e bebidas, foi ampliada em 91% na Amazônia Legal no período 2009-2018, sendo que a receita, em valores atualizados, se ampliou em 118% nesse mesmo período, alcançando R\$ 592 milhões.

A castanha-do-brasil, também conhecida como castanha-do-pará, é outro importante produto do extrativismo regional, sendo colhida do fruto ("ourigo") da castanheira, que é uma das árvores mais altas da floresta amazônica. O volume de produção no período 2009-2018 teve uma redução de 9%. A receita anual, todavia, cresceu 48% nesse mesmo período, alcançando o montante de R\$ 130 milhões em 2018.

O volume e a receita da produção de oleaginosos, babaçu, fibras e borracha (látex coagulado e o líquido) reduziram-se no período 2009 a 2018. Todavia, quando considerados todos os produtos monitorados, ocorreu um crescimento de 16% no volume produzido e de 41% da receita gerada.

Indicador: Produção legal de madeira em toras na Amazônia

A produção de madeira tem como fonte de matéria-prima legal somente as florestas exploradas sob regime sustentável, por meio de planos de manejo florestal sustentável (PMFS) ou de desmatamentos autorizados. O monitoramento desse indicador tornou-se possível graças à sistematização e disponibilização pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em seu *website*, de informações sobre o transporte de produtos florestais registrados por meio do sistema do Documento de Origem Florestal (DOF).¹⁴

¹⁴ Vale mencionar que o controle de exploração de madeira nativa no Brasil, apesar de bastante avançado, não é à prova de fraudes na emissão de permissões de exploração. Dessa forma, parte da madeira em toras contabilizada como extraída de forma legal, com base em informações registradas por meio do sistema DOF, pode ser na verdade madeira ilegal resultante de fraudes ao sistema.

TABELA 12 | PRODUÇÃO LEGAL DE MADEIRA EM TORAS NA AMAZÔNIA (VOLUME)

Estado	2009 (m³)	2017 (m³)	Variação % 2017/2009
Acre	277.489	144.241	(48)
Amazonas	355.113	706.543	99
Amapá	64.189	227.743	255
Maranhão	10.359	4.052	(61)
Mato Grosso	2.043	41.610	1.936
Pará	9.041	235.186	2.501
Rondônia	0	1.611.337	100
Roraima	89.502	333.927	273
Tocantins	21.366	3.625	(83)
Total	829.102	3.308.266	299

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Ibama.

TABELA 13 | PRODUÇÃO LEGAL DE MADEIRA EM TORAS NA AMAZÔNIA (R\$ MIL)

Estado	2009	2009*	2017	Variação % 2017/2009*
Acre	10.095	16.448	6.319	(62)
Amazonas	19.633	31.988	90.557	183
Amapá	3.944	6.425	17.383	171
Maranhão	905	1.475	417	(72)
Mato Grosso	1.317	2.146	3.910	82
Pará	3.314	5.399	40.421	649
Rondônia	0	0	101.074	100
Roraima	4.153	6.766	21.612	219
Tocantins	7.314	11.916	15	(100)
Total	50.675	82.564	281.709	241

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Ibama.

* Valores atualizados para reais de 2017 pela variação IPCA de 2010 a 2017.

Com base na análise dos dados de produção legal de madeira em toras, verifica-se que, no período de 2009 a 2017, o volume de produção de madeira praticamente quadruplicou (299%). Já a receita anual saiu de R\$ 82 milhões em 2009 para alcançar R\$ 281 milhões em 2017 (241%).

Um outro dado positivo é que, do total da madeira em toras extraída em 2017 (3,3 milhões de m³), mais de 70% foram obtidos por meio de manejo florestal sustentável (2,4 milhões m³). O manejo florestal sustentável é a administração da floresta para obtenção de benefícios, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo. Ou seja, não permite o corte raso da floresta na Amazônia.

O Fundo Amazônia tem contribuído diretamente para esses resultados por duas vertentes: (i) o apoio direto a projetos que praticam o manejo florestal sustentável ou instrumentalizam essa atividade por meio da pesquisa científica ou formação de técnicos; e (ii) a repressão às atividades madeireiras ilegais, que representam uma concorrência desleal para o manejo florestal sustentável, já que este tem mais custos, por operar de modo legal, e menor retorno, por não extrair a madeira de forma predatória.

A análise do comportamento da cesta de produtos da floresta amazônica, com base em dados da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (Pevs), do IBGE, evidencia que, nos anos considerados (2009 e 2018), ocorreu um crescimento de 41% da receita gerada por esses produtos. Por sua vez, em período próximo (2009 a 2017),¹⁵ foi verificado um crescimento de 241% na receita gerada pela madeira em toras. Pode-se concluir, portanto, que a evolução desses indicadores sinaliza que o efeito indireto “atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica na Amazônia Legal” está sendo alcançado.

Efeito indireto: (2) Ações governamentais asseguram a adequação de atividades antrópicas à legislação ambiental (componente “monitoramento e controle”)

Indicador: Número de postos avançados (unidades regionais) dos órgãos estaduais de meio ambiente

Indicador: Número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local

Indicador: Número de autorizações ou licenças ambientais concedidas anualmente pelos órgãos estaduais de meio ambiente

Para o monitoramento dessa componente, foram criados indicadores que visam medir a capacidade dos órgãos ambientais da Amazônia Legal para implementar a legislação ambiental vigente.

Dois dos indicadores medem, respectivamente, os níveis de desconcentração e de descentralização identificados na gestão ambiental, a saber: “número de postos avançados (unidades regionais) dos órgãos estaduais de meio ambiente” e “número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local”.

A desconcentração da gestão ambiental por meio da implantação de postos avançados ou unidades regionais dos órgãos estaduais de meio ambiente aproxima esses órgãos dos habitantes e agentes econômicos das regiões mais afastadas, o que promove uma gestão ambiental mais eficiente.

Por sua vez, cabe aos municípios a competência para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que causem ou possam causar impacto ambiental

¹⁵ No momento de elaboração do presente relatório, não se encontravam disponíveis informações sobre a produção legal de madeira em toras na Amazônia para o ano de 2018.

de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos conselhos estaduais de meio ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.¹⁶ O indicador que mede o número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local visa verificar o grau de participação dos municípios na implementação da legislação ambiental em seus territórios.

Um terceiro indicador monitora o “número de autorizações ou licenças ambientais concedidas anualmente pelos órgãos estaduais de meio ambiente”. O licenciamento é um instrumento importante da Política Nacional de Meio Ambiente, e o aumento da concessão de licenças e demais atos autorizativos sinaliza o grau de controle dos órgãos de meio ambiente sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais.

Considerando a ausência de divulgação pública de informações que permitam acompanhar esses indicadores, são apresentados na Tabela 14 dados obtidos diretamente com os órgãos estaduais de meio ambiente (Oemas) da Amazônia Legal.

TABELA 14 | INDICADORES REGIONAIS DA COMPONENTE “MONITORAMENTO E CONTROLE”

Estado	Nº de postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente (cumulativo)*		Nº de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local (cumulativo)**		Nº de autorizações ou licenças ambientais concedidas pelos Oemas (anual)***	
	2009	2019	2009	2019	2009	2019
Pará	4	6	10	124	3.259	1.485
Acre	5	5	1	1	2.239	500
Amazonas	0	4	2	1	2.723	4.652
Roraima	1	1	13	12	183	1.276
Tocantins	20	14	0	4	3.360	4.076
Mato Grosso	11	9	5	48	5.430	5.468
Rondônia	14	14	1	21	2.480	2.731
Maranhão	1	2	0	57	0	2.384
Total	56	55	32	268	19.674	22.572
Variação % 2019/2009	-2%		738%		15%	

Fonte: Fonte: Elaboração própria, com base em dados fornecidos pelos órgãos estaduais de meio ambiente.

* Número consolidado (cumulativo) – conjunto de todos os postos avançados do órgão estadual de meio ambiente.

** Número consolidado (cumulativo) – conjunto de todos os municípios no estado aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local.

*** Número de licenças: prévia, de instalação, de operação, de propriedade rural; atos de renovação, retificação, declaratórios, de anuência prévia e autorizações: ambiental, para desmatamento, para utilização de matéria-prima, para exploração de manejo florestal, de trânsito e comercialização de pescado e para transporte de cargas perigosas expedidas no ano.

Uma análise conjunta dos indicadores monitorados revela a evolução em duas das três dimensões acompanhadas, destacando-se um significativo crescimento (738%) no número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local.

¹⁶ Lei Complementar 140, de 8 de dezembro de 2011.

O número de atos autorizativos expedidos anualmente pelos órgãos de meio ambiente também experimentou um aumento de 15% no período acompanhado (2009-2019). Vale mencionar que esse indicador, apesar de ter registrado um crescimento favorável quando comparado com sua linha de base, foi menor em 2019 do que o registrado em 2018. Essa redução provavelmente está relacionada ao processo virtuoso de descentralização da gestão ambiental, com a maior participação dos municípios na implementação da legislação ambiental em seus territórios.

Por sua vez, o número de postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente praticamente se manteve constante, não evoluindo no período acompanhado.

O Fundo Amazônia vem contribuindo para o aprimoramento da gestão ambiental por meio do apoio a projetos que visam fortalecer institucionalmente os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente; aprimorar o processo de licenciamento ambiental; capacitar o corpo de servidores públicos; fortalecer as unidades regionais dos órgãos ambientais; e descentralizar e fortalecer a gestão ambiental municipal.

Efeito indireto: (3) Área da Amazônia Legal está ordenada territorialmente (componente “ordenamento territorial”)

Indicador: Área de terras indígenas (TI) e unidades de conservação (UC) federais na Amazônia Legal com instrumento de gestão territorial

Indicador: Desmatamento em áreas protegidas na Amazônia Legal

Para o monitoramento dessa componente, foram criados dois indicadores. O primeiro mede a extensão das áreas protegidas federais com instrumento de gestão territorial elaborado e o segundo acompanha a taxa de desmatamento em áreas protegidas (UCs federais, estaduais e TIs na Amazônia Legal).

Vale mencionar que o Brasil, por meio da Lei 9.985/2000, estabeleceu um Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc). As UCs integrantes do Snuc dividem-se em dois grupos, com características específicas, as unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável.

O objetivo básico das UCs de proteção integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; já o objetivo básico das UCs de uso sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

O indicador “área de terras indígenas e unidades de conservação da natureza federais na Amazônia Legal com instrumento de gestão territorial” acompanha a evolução da elaboração de instrumentos de gestão territorial em TIs e UCs federais que tenham, respectivamente, planos de gestão territorial e ambiental (PGTA) e planos de manejo. O uso desses instrumentos em áreas protegidas tem contribuído de forma importante para a redução dos desmatamentos nesses domínios territoriais.

O plano de manejo de uma UC é um documento no qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma UC, se estabelecem seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Por sua vez, os PGTAs de TIs são ferramentas de implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), podendo ser definidos como instrumentos que visam a valorização do patrimônio material e imaterial indígena, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações indígenas. Esses planos devem expressar o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação dos povos na negociação e no estabelecimento de acordos internos que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial, bem como ser um subsídio que oriente a execução de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas.¹⁷

TABELA 15 | ÁREA DE UCS FEDERAIS E TIS NA AMAZÔNIA LEGAL COM INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL (PLANOS DE MANEJO OU PGTAS)

Áreas protegidas	Números de UCS federais e TIs com instrumento de gestão territorial		Variação 2019/2009 (%)	Área (km²) de UCS federais e TIs com instrumento de gestão territorial		Variação 2019/2009 (%)
	2009	2019		2009	2019	
UCs federais	28	84	200	160.742	431.284	168
TIs	33	98	197	75.741	564.912	646
Total	61	182	198	236.483	996.196	321

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Funai.

Com base na análise dos dados da Tabela 15 sobre áreas protegidas com instrumento de gestão territorial no período entre 2009 e 2019, verifica-se que ocorreu considerável crescimento tanto do número quanto da extensão territorial das áreas protegidas com esses instrumentos na Amazônia.

No período considerado o número de UCS federais e TIs que dispõe de instrumento de gestão territorial triplicou, passando de 61 para 182. Por sua vez, a extensão territorial dessas áreas com instrumentos de gestão territorial mais que quadruplicou, alcançando 996 mil km², área superior à soma dos territórios da Noruega e Alemanha.

O Fundo Amazônia tem apoiado diversos projetos de fortalecimento e consolidação das áreas protegidas da Amazônia. Destaque-se o apoio a oito projetos que visam a elaboração e a implementação de PGTAs, selecionados no âmbito da chamada pública de Apoio à Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, promovida pelo Fundo Amazônia.

¹⁷ Definição de PGTA com base no documento *Orientações para elaboração de planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas*, da Fundação Nacional do Índio (Funai), de 2013.

Esses projetos promovem, entre outras ações, a gestão ambiental e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis dos povos indígenas; a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato; a execução de iniciativas de monitoramento e controle do território, bem como o fortalecimento da organização comunitária local, da cultura e do modo de vida dessas populações. Além desses projetos dedicados exclusivamente à temática indígena, há outros projetos apoiados que também contemplam alguma ação que beneficia essas populações.

Registre-se que, no apoio a todos os projetos que tenham como beneficiários diretos povos indígenas, o Fundo Amazônia verifica se seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e serão respeitados durante a implementação dos projetos, bem como se as comunidades a serem beneficiadas deram prévio consentimento às ações a serem implementadas.

São 101 TIs beneficiadas com algum tipo de ação apoiada pelo Fundo Amazônia, que englobam aproximadamente 65% da área de todas as TIs da Amazônia brasileira.

Na Tabela 16, pode ser consultada a variação do desmatamento em áreas protegidas na Amazônia Legal (UCs federais, estaduais e territórios indígenas).

TABELA 16 | DESMATAMENTO EM ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA LEGAL

Áreas protegidas	Número de áreas protegidas	Área desmatada em 2009 (km²)	Área desmatada em 2018 (km²)	Variação (%)
UCs federais	174	287	231	(20)
UCs estaduais	179	320	694	117
TIs	379	247	277	12
Total	732	854	1.201	41

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe/Prodes.

* Dados preliminares.

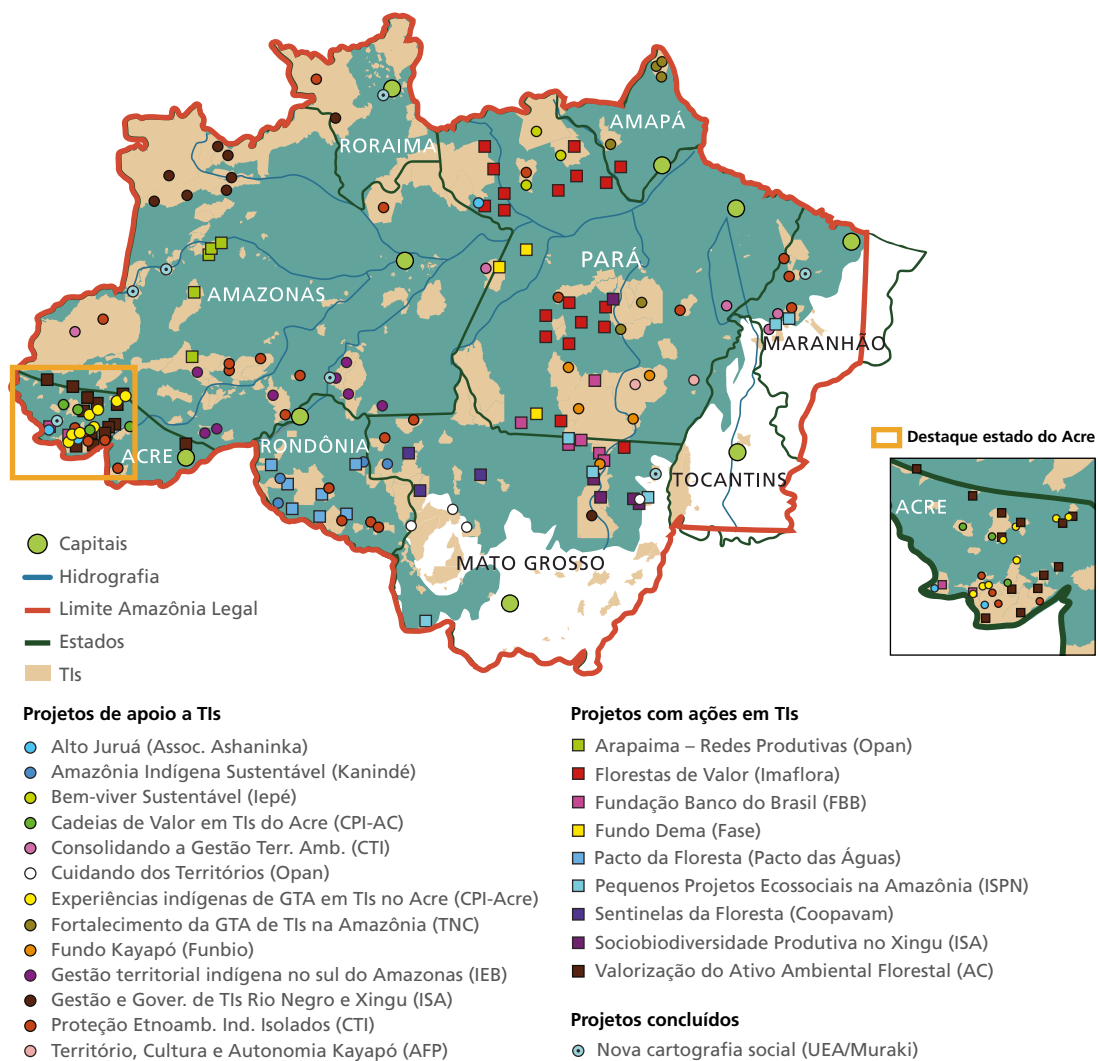
Na Tabela 16, verifica-se que ocorreu um crescimento de 41% da área desmatada no conjunto dessas categorias fundiárias, considerado o período de 2009 a 2018. Registre-se que esse crescimento representa uma piora quando comparado com o período de 2009 a 2017, em que já havia sido verificado um aumento do desmatamento em áreas protegidas. A única categoria de áreas protegidas que apresentou um resultado positivo foi a de UCs federais, em que o desmatamento foi reduzido em 20% quando comparado com a linha de base do Fundo Amazônia (2009).

Vale mencionar que a área desmatada em áreas protegidas federais e estaduais em 2018, aí incluídas as TIs, representou cerca de 16% do desmatamento medido na Amazônia Legal nesse mesmo ano. E, ainda, que essas áreas protegidas respondem por área superior a 40% do território da Amazônia Legal, o que evidencia a

importância dessas categorias territoriais e o relevante papel dos povos tradicionais, incluindo indígenas, na prevenção do desmatamento e conservação florestal.

Não obstante, esse aumento da área desmatada nas áreas protegidas evidencia a urgência em apoiar novas ações de consolidação da gestão desses territórios, bem como fortalecer os entes públicos responsáveis por seu monitoramento. O Fundo Amazônia já contribui para isso com projetos apoiados nos eixos de ordenamento territorial e monitoramento e controle do desmatamento.

FIGURA 5 | PROJETOS APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA EM TIs



Efeito indireto: (4) Instrumentos econômicos e atividades de ciência, tecnologia e inovação contribuem para a recuperação, a conservação e o uso sustentável na Amazônia Legal (componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos”)

Indicador: Número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Para o monitoramento da componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos”, foram selecionados dois indicadores: (i) “número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)”, que permite uma primeira avaliação do grau de fortalecimento do sistema regional de inovação; e (ii) “valor de subvenção pago a extrativistas para a promoção das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade nos estados da Amazônia Legal (PGPM-Bio)”, para monitorar a evolução da política de incentivos econômicos na região amazônica. Considerando que até 2019 o Fundo Amazônia não apoiou projetos de pagamento de subvenções a produtos da sociobiodiversidade ou projetos análogos, o segundo indicador não foi incluído no presente relatório.

TABELA 17 | PEDIDOS DE PATENTES DEPOSITADOS NO INPI POR RESIDENTES NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

Brasil	2009	2018	Variação (%)
	7.709	6.790	(11,9)
Estados da Amazônia	2009	2018	Variação (%)
Acre	3	10	233,3
Amazonas	63	24	(61,9)
Amapá	3	12	300,0
Maranhão	24	61	154,1
Mato Grosso	29	40	37,9
Pará	25	46	84,0
Rondônia	13	76	484,6
Roraima	1	8	700,0
Tocantins	8	11	37,5
Total	169	288	70,4

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do INPI.

Comparando o número de pedidos de patentes depositados no INPI por residentes nos estados da Amazônia no ano de 2009 e em 2018, houve um crescimento de 70%. Já para o Brasil, em geral, considerando os mesmos anos, foi verificada uma diminuição de 12%.

Apesar do considerável crescimento do número de pedidos de patentes no período analisado, é baixo o número de pedidos de patentes depositados na região em termos absolutos (4% do total dos pedidos no Brasil). Isso demonstra a necessidade de fortalecer

esse tema relevante para o conhecimento e a exploração sustentável das riquezas da região, para o aprimoramento do monitoramento do desmatamento e também para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de formas e métodos que contribuam para o ordenamento territorial da região.

As razões que levam a esse cenário são complexas e têm raízes históricas. Vão desde diferenças nos níveis de investimento em educação superior e pesquisa até fatores como o nível de desenvolvimento do setor industrial em cada um desses estados ou regiões.

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia ligados a ciência e tecnologia visam enfrentar esse desafio por meio de ações como construção, reforma ou estruturação de centros de estudos avançados para pesquisa em biotecnologia; levantamento e processamento de dados biológicos e socioeconômicos georreferenciados; e desenvolvimento de modelos para estimativa de biomassa e sequestro de carbono em ecossistemas.

Síntese do monitoramento dos indicadores regionais relacionados à ação do Fundo Amazônia

- Piora do indicador que mede a taxa de desmatamento da Amazônia Legal, com aumento de 31% da área desmatada em 2019 em relação à taxa de 2009. Por sua vez, quando se compara a média do desmatamento anual ocorrido no período de 2010 a 2019 com o desmatamento em 2009 (linha de base do Fundo Amazônia), constata-se uma redução de 10% da área desmatada, que em termos consolidados é um sinal positivo.
- Crescimento gradual da participação do PIB da Amazônia no PIB brasileiro, atingindo em 2017 uma participação de quase 0,8% do PIB superior àquela verificada em 2009, o que é um sinal positivo.
- Aumento de 16% no volume produzido e de 42% da receita gerada pela cesta de produtos do extrativismo monitorados conforme dados da Pevs (2009-2018) do IBGE e aumento de 299% no volume e 241% da receita gerada pela produção legal de madeira em toras (2009-2017).
- Ampliação da descentralização da gestão ambiental para os municípios em 738% e do número de atos autorizativos expedidos pelos órgãos de meio ambiente em 15%, sendo que o número de postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente se manteve praticamente constante, não evoluindo no período acompanhado (2009-2019).

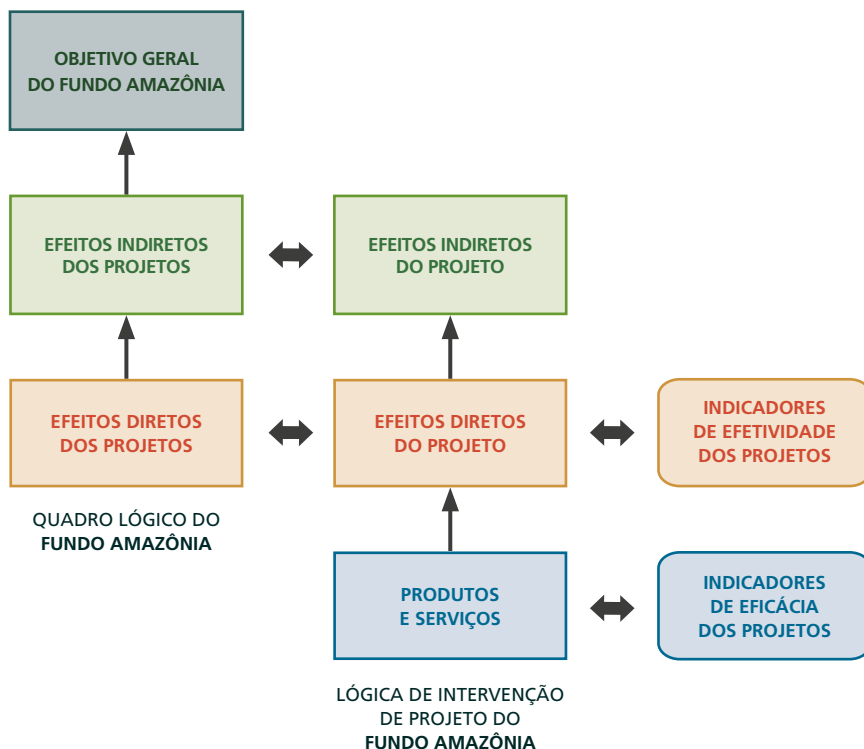
- Aumento superior a quatro vezes (321%) da área de UCs federais e TIs com instrumento de gestão territorial (2009-2019) e piora do indicador que monitora o desmatamento em áreas protegidas, que aponta incremento de 41% do desmatamento em áreas protegidas federais e estaduais, incluídas as terras indígenas (2009-2018).
- Crescimento de 70% no número de pedidos de patentes depositadas no INPI por residentes nos estados da Amazônia Legal (2009-2018).

Quadro de resultados dos projetos

Para cada projeto, é construído um quadro de resultados específico, em diálogo com os beneficiários e de forma integrada com os objetivos definidos no Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A Figura 6 ilustra de que forma os efeitos diretos e indiretos ao nível dos projetos devem contribuir para o desenvolvimento das quatro componentes e, dessa forma, para o alcance do objetivo geral do Fundo Amazônia.

FIGURA 6 | INSERÇÃO DE PROJETOS NO QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA



Acompanhamento e monitoramento de resultados dos projetos do Fundo Amazônia

No acompanhamento dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, além do monitoramento dos indicadores do quadro de resultados de cada projeto, são executados diversos procedimentos, descritos a seguir, visando prevenir ou solucionar situações que coloquem em risco sua implantação.

O período de acompanhamento de cada projeto vai desde a assinatura do contrato até a conclusão das obrigações nele assumidas. Para subsidiar o acompanhamento, o responsável pela execução do projeto apoiado pelo Fundo Amazônia encaminha relatórios de desempenho contendo: (i) resumo das principais atividades realizadas no período; (ii) informações financeiras referentes aos valores utilizados no período; e (iii) documentação referente ao cumprimento de obrigações contratuais.

O acompanhamento pelo BNDES compreende, também, a verificação da execução física e financeira do projeto, o que inclui visita ao local do projeto, quando necessário. Cada liberação de recursos está condicionada também à verificação do cumprimento das normas e cláusulas contratuais pertinentes.

Na conclusão do projeto, o beneficiário apresenta um relatório de avaliação de seus resultados. O principal objetivo desse relatório é consolidar informações sobre a execução do projeto apoiado e seus resultados e impactos. O documento deve conter, ainda, informações sobre a evolução do projeto, o monitoramento dos indicadores de seu quadro de resultados, a sustentabilidade futura dos resultados, problemas que surgiram em sua implantação, bem como conhecimentos gerados e lições aprendidas.

Resultados dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia são acompanhados individualmente. As atividades realizadas pelos projetos em fase de execução são relatadas na página do Fundo Amazônia na internet,¹⁸ onde, para cada projeto apoiado, é reservada uma seção específica em que são informados, entre outros: nome da organização responsável pela execução do projeto; abrangência territorial do projeto e seus beneficiários; valor do projeto e valor da colaboração financeira do Fundo Amazônia; prazo de execução previsto; valores já desembolsados e datas dos desembolsos; contexto em que o projeto se insere e informações sintéticas sobre ele; sua lógica de intervenção e resumo das atividades já realizadas.

Para monitorar os resultados dos projetos apoiados, foi desenvolvida uma gama de indicadores comuns aos projetos que permitem sua consolidação e proporcionam uma visão agregada dos produtos e serviços entregues e dos impactos resultantes de suas

¹⁸ Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/carteira-de-projetos/>.

ações. Cabe mencionar que, em alguns casos, os resultados são de natureza qualitativa, o que exige que sejam analisados de forma individual.

Além do acompanhamento dos projetos durante sua execução, o Fundo Amazônia divulga uma avaliação dos resultados e impactos de cada projeto concluído. No capítulo “Projetos concluídos” do presente relatório, são divulgadas informações sobre os seis projetos concluídos nesse ano, inclusive com uma avaliação de seus resultados e impactos. Dessa forma, de uma carteira de 103 projetos apoiados, 27 foram concluídos e tiveram sua avaliação divulgada nos relatórios anuais do Fundo Amazônia. Sempre que viável, é feita uma análise dos impactos dos projetos concluídos na taxa de desmatamento de sua área de influência.

Em 2018, o Fundo Amazônia substituiu a elaboração de quadros lógicos individuais dos projetos apoiados por uma nova ferramenta desenvolvida pelo BNDES denominada quadro de resultados (QR). Essa mudança visou alinhar a atuação do Fundo Amazônia com os procedimentos seguidos pelas demais unidades operacionais do BNDES e possibilitará a digitalização desse macroprocesso, com ganhos de eficiência e qualidade.

O QR dos projetos individuais apresenta: (i) os objetivos, em termos de efeitos diretos esperados do projeto; (ii) o valor do financiamento associado a cada objetivo; e (iii) os indicadores de eficácia e de efetividade a serem monitorados. O QR tomado como referência para a elaboração dos QRs individuais pode ser conferido no Anexo 5 deste relatório.

São apresentadas, a seguir, tabelas com a consolidação dos resultados e impactos mensurados com base em indicadores selecionados nos QRs dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia. Nessas tabelas, foi adotado um código de cores para facilitar a identificação dos indicadores conforme sua natureza (de eficácia ou de efetividade).

Componente “fomento às atividades produtivas sustentáveis”

No fim de 2019, o apoio às atividades produtivas sustentáveis representava 26% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, ou seja, R\$ 479 milhões. Um dos objetivos do PPCDAm é promover uma economia florestal de base sustentável, mediante a valorização dos produtos (madeireiros e não madeireiros) e serviços ambientais da floresta, de modo a criar uma alternativa econômica que viabilize a conservação da vegetação nativa.

O conjunto de projetos apoiados nesse eixo abrange, por exemplo, atividades extrativistas, de beneficiamento (industrialização) de produtos extrativistas e da agricultura familiar, de segurança alimentar (produção de alimentos para consumo próprio), de artesanato e de turismo de base comunitária. Entre os produtos apoiados, podem ser citados: borracha, sementes, artesanato, farinha de mandioca, cacau, turismo, madeira, mel, resina, sabonetes, óleos, babaçu e açai.

TABELA 18 | INDICADORES DA COMPONENTE “FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS (1)” – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de produção sustentável (Componente 1)	Até 2017 (acumulado)	Até 2018 (acumulado)	Até 2019 (acumulado)	Variação 2019/2018 (%)
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (total)	21.147	24.236	34.763	43
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (mulheres)	791	878	4.384	399
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (indígenas)	1.020	2.544	3.966	56
Organizações comunitárias fortalecidas	391	434	491	13
Projetos de pequeno porte (até R\$ 150 mil) apoiados por entidades aglutinadoras*	2.627	2.659	2.815	6
Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras	58	70**	73	4
Imóveis rurais com projetos de produção sustentável	5.437	4.330	4.531	5
Imóveis rurais (famílias) beneficiados com assistência técnica	7.370	7.801	9.576	23
Unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo implantadas	142	357	379	6
Indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas (total)	142.457	162.195	193.596	19
Indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas (mulheres)	20.187	34.146	45.888	34
Área de floresta diretamente manejada em decorrência dos projetos apoiados (hectares)	18.159.869	22.026.165	73.690.063	235
Área recuperada utilizada para fins econômicos (hectares)	11.484	12.274	13.576	11
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (total)	7.661	9.679	14.783	53
Receita obtida com a comercialização de produtos <i>in natura</i> (R\$ mil)	89.161	98.369	122.832	25
Receita obtida com a comercialização de produtos beneficiados (R\$ mil)	33.649	44.084	92.029	109

Fonte: BNDES.

* O conceito de projeto nesse caso compreende, por exemplo, a simples aquisição de um equipamento para uma atividade produtiva que tenha sido planejada comunitariamente.

** Valores ajustados em decorrência de revisão/divergência de critério de classificação ou correção de erro material.

Código de cores / legenda	Indicador de eficácia	Indicador de efetividade
---------------------------	-----------------------	--------------------------

TABELA 19 | INDICADORES DA RECEITA OBTIDA COM A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS PELOS PROJETOS APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA

Receita com atividade econômica de uso sustentável					
Produtos <i>in natura</i>			Produtos beneficiados		
Linha de base	Último ano	Incremento	Linha de base	Último ano	Incremento
R\$ 23,8 milhões	R\$ 65,6 milhões	R\$ 122,8 milhões	R\$ 28,7 milhões	R\$ 59,2 milhões	R\$ 92,0 milhões

Fonte: BNDES.

No capítulo “Projetos concluídos” deste relatório são apresentados os resultados de três projetos concluídos em 2019 que apoiaram a produção sustentável. O projeto Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre, executado pela Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre), visou fortalecer a produção sustentável, a cultura e o modo de vida em terras indígenas no estado do Acre, por meio da organização e promoção de cadeias de valor de produtos agroflorestais abrangendo a implantação e o enriquecimento de sistemas agroflorestais (SAF), a implantação da meliponicultura (criação de abelhas silvestres sem ferrão), a implantação de criação e manejo de quelônios e peixes, a implantação de casas de farinha, de uma moenda de cana-de-açúcar e o aprimoramento do artesanato indígena.

O projeto Sentinelas da Floresta, implementado pela Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam), apoiou a cadeia da castanha-do-brasil, desde a coleta até o seu beneficiamento e comercialização, aumentando a renda das comunidades extrativistas que vivem no noroeste do estado de Mato Grosso. Seus resultados, quanto a geração de ocupação e renda, são diferenciados, tendo abrangido a implementação de atividades extrativistas em terras indígenas e em um assentamento da reforma agrária, além da ampliação da capacidade de beneficiamento de castanha-do-brasil por unidades industriais comunitárias, a certificação, a criação de marca própria e a comercialização dessa produção.

O projeto Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu, também relatado no capítulo “Projetos concluídos”, foi executado pelo Instituto Socioambiental (ISA), tendo apoiado a estruturação e o fortalecimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade na Bacia do Xingu, abrangendo sementes e mudas florestais, borracha, castanha-do-brasil, pequi e frutas com populações indígenas, extrativistas e agricultores familiares.

No âmbito desse projeto foi consolidada a Rede de Sementes do Xingu, nos estados do Mato Grosso e do Pará, e implementado um piloto de certificação de origem, com a estruturação do selo “Origens Brasil”, que aumentou as possibilidades de negociação das comunidades da região. Foram fortalecidas parcerias com diversas empresas para a comercialização de óleo de copaíba, látex, castanha-do-brasil, mesocarpo do babaçu e artesanato, abrangendo empresas de perfumaria, produtos naturais, borracha, alimentos e artesanato.

Componente “monitoramento e controle”

No fim de 2019, o apoio às ações de monitoramento e controle representava 48% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, ou seja, R\$ 883 milhões. Desse montante, cerca de 90% foram destinados a projetos implementados por entidades da administração pública brasileira (governos federal, estaduais e municipais). O eixo “monitoramento e controle” tem sido reconhecido em avaliações independentes do PPCDAm como o que mais evoluiu e, consequentemente, como aquele com maior participação na redução do desmatamento na Amazônia desde 2004.

Entre as ações apoiadas pelo Fundo Amazônia, destacam-se as seguintes:

- (i) ampliação e fortalecimento do CAR como instrumento de gestão ambiental rural e de monitoramento do desmatamento dos estabelecimentos rurais; (ii) ampliação e aprimoramento do monitoramento ambiental por satélites realizado pelo Inpe e implantação de um sistema de detecção de desmatamento na Amazônia com uso de imagens de radar orbital a cargo do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), do Ministério da Defesa; (iii) controle do desmatamento na Amazônia Legal mediante ações de fiscalização a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); e
- (iv) prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas, mediante estruturação operacional dos corpos de bombeiros militares da região e ações de mobilização e treinamento de produtores rurais em técnicas de prevenção e combate ao fogo, incluindo a formação de brigadas civis.

TABELA 20 | INDICADORES DA COMPONENTE “MONITORAMENTO E CONTROLE (2)” – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de monitoramento e controle (Componente 2)	Até 2017 (acumulado)	Até 2018 (acumulado)	Até 2019 (acumulado)	Variação 2019/2018 (%)
Órgãos ambientais fortalecidos (federais, estaduais e municipais)	281	304	305	0
Servidores capacitados (total)	5.428	6.091	6.295	3
Montante desembolsado para projetos de combate a incêndios florestais e queimadas ilegais (R\$ mil)	62.972	74.349	74.349	0
Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento (nº de indivíduos)	344	344	5.767*	1.576
Missões de fiscalização ambiental efetuadas	466	687	1.236	80
Incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos pelos corpos de bombeiros militares	14.643	23.630	24.684	4
Servidores capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (total)	3.538	5.329	5.419	2
Imóveis rurais inscritos no CAR (protocolo)	530.430	746.905	1.036.949	39
Área de imóveis rurais inscritos no CAR - protocolo (ha)	86.805.573	90.343.357	131.140.260	45

(Continua)

(Continuação)

Indicadores de monitoramento e controle (Componente 2)	Até 2017 (acumulado)	Até 2018 (acumulado)	Até 2019 (acumulado)	Variação 2019/2018 (%)
Área com cobertura vegetal recuperada para conservação ou regularização ambiental (regeneração em andamento)	13.276	13.420	13.622	2
Autos de infração lavrados por infrações contra a flora	5.060	9.158	12.279	34

Fonte: BNDES.

* Indicador com sua definição ampliada em 2019 para abranger a capacitação em gestão ambiental.

Código de cores / legenda	Indicador de eficácia	Indicador de efetividade
---------------------------	-----------------------	--------------------------

No capítulo “Projetos concluídos” deste relatório são apresentados os resultados do projeto Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia, um dos dois projetos de fiscalização implementados pelo Ibama. Esse projeto influenciou a redução da taxa de desmatamento na Amazônia, ao disponibilizar recursos que foram utilizados para o pagamento do aluguel de caminhonetes e helicópteros usados nas ações em campo, viabilizando, dessa forma, a realização de 691 missões de fiscalização ambiental, que resultaram em 6.516 autos de infração e na lavratura de multas totalizando R\$ 3,1 bilhões.

Em 2019, foi concluído o projeto Proteção Florestal Tocantins, executado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (ver capítulo “Projetos concluídos”). Esse projeto apoiou ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Tocantins, com ênfase em sua região centro-norte, por meio de capacitação, da estruturação de mecanismos de gestão integrada e da aquisição de materiais e equipamentos para a instrumentalização do Batalhão de Proteção Ambiental, localizado no município de Araguaína. Como resultado do apoio do Fundo Amazônia, os bombeiros militares do estado do Tocantins ampliaram em 86% as ações de combate a incêndios florestais no período monitorado (2012 a 2018), o que deixa claro o aumento da capacidade de resposta da corporação a partir das intervenções do projeto.

Componente “ordenamento territorial”

No fim de 2019, o apoio às ações de ordenamento fundiário e territorial representava 14% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, ou seja, R\$ 253 milhões. A ocupação da floresta é inerente ao processo de desenvolvimento da região, mas essa ocupação precisa ser ordenada. Entre os instrumentos disponíveis, destaca-se o apoio do Fundo Amazônia à consolidação da gestão de UCs e à implementação da PNGATI.

TABELA 21 | INDICADORES DA COMPONENTE “ORDENAMENTO TERRITORIAL (3)” – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de ordenamento territorial (Componente 3)	Até 2017 (acumulado)	Até 2018 (acumulado)	Até 2019 (acumulado)	Variação 2019/2018 (%)
Unidades de conservação apoiadas	129	190	190	0
Terras indígenas apoiadas	96	101	101	0
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas (total)	2.059	3.177	3.583	13
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas (indígenas)	799	1.311	1.887	44
Indivíduos de etnia indígena diretamente beneficiados pelo apoio do Fundo Amazônia	30.734	49.318	59.092	20
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	656	1.376	1.842	34
Área de unidades de conservação criadas (km²)	7.083	7.083	7.083	0
Extensão de áreas protegidas com infraestrutura, gestão ambiental e/ou controle de seu território fortalecido (km²)	226.910*	241.262*	408.668	69

Fonte: BNDES.

* Valores ajustados em decorrência de revisão/divergência de critério de classificação ou correção de erro material.

Código de cores / legenda	Indicador de eficácia	Indicador de efetividade
---------------------------	-----------------------	--------------------------

As UCs federais e estaduais e as TIs correspondem, em seu conjunto, a mais de 40% da área total da Amazônia Legal. São categorias territoriais protegidas pela legislação, o que por si só inibe a ação dos desmatadores e grileiros de terras. Todos os três projetos de produção sustentável concluídos em 2019 tiveram entre seus beneficiários povos indígenas (ver capítulo “Projetos concluídos”).

Componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos”

No fim de 2019, o apoio às ações de desenvolvimento científico e tecnológico e a instrumentos econômicos para valorizar a floresta em pé representava 13% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, ou seja, R\$ 244 milhões. O apoio a esse eixo tem um caráter estratégico e transversal, beneficiando as demais componentes.

TABELA 22 | INDICADORES DA COMPONENTE “CIÊNCIA, INOVAÇÃO E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS (4)” – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de ciência, inovação e instrumentos econômicos (Componente 4)	Até 2017 (acumulado)	Até 2018 (acumulado)	Até 2019 (acumulado)	Variação 2019/2018 (%)
Valor total desembolsado para pesquisa científica e tecnológica (R\$ milhões)	73,8	134,0	137,6	3
Pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica durante a execução dos projetos	319	368	385	5
Famílias beneficiadas com pagamento por serviços ambientais	1.902	1.902	1.902	0
Publicações científicas, pedagógicas ou informativas produzidas	390	465	594	28
Patentes solicitadas ou depositadas	0	2	2	0

Fonte: BNDES.

Código de cores / legenda	Indicador de eficácia	Indicador de efetividade
---------------------------	-----------------------	--------------------------

Os principais projetos em execução são: Inventário Florestal Nacional – Amazônia, sob a responsabilidade do Serviço Florestal Brasileiro (SFB); Projeto Integrado da Amazônia, implementado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia, do Inpe.

Salvaguardas do Fundo Amazônia

A Decisão 1/CP 16 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) definiu as salvaguardas para REDD+. As salvaguardas formam um conjunto de sete diretrizes que visam potencializar os impactos socioambientais positivos e reduzir os impactos negativos relacionados às atividades de REDD+. Também são conhecidas como salvaguardas de Cancún, pois a cidade mexicana sediou a 16ª Conferência das Partes (COP 16) em 2010.

As salvaguardas devem garantir que as iniciativas de REDD+ abordem de maneira adequada questões sensíveis, como os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, a participação social, a preservação de ecossistemas naturais, a permanência dos resultados de REDD+ alcançados e o risco de deslocamento da pressão por desmatamento e degradação florestal para outras áreas. As iniciativas de REDD+ devem promover e apoiar:

- ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes;

- estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional;
- respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, leis nacionais e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;
- participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular, povos indígenas e comunidades locais;
- ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 da Decisão 1/CP 16 não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e a conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, assim como para contribuir para outros benefícios sociais e ambientais;
- ações para evitar os riscos de reversões de resultados de REDD+; e
- ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.¹⁹

O Fundo Amazônia precede a aprovação das salvaguardas de Cancún, mas, desde sua criação, foi estabelecido pelo COFA um conjunto de diretrizes e critérios que, associados às políticas operacionais do BNDES, seu gestor, funcionam desde então como suas salvaguardas. O Fundo Amazônia está preparado para ajustar seus processos para a verificação da observância das salvaguardas de Cancún quando tiver sido concluída a sistematização dessas salvaguardas pela Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+).²⁰

O Brasil iniciou em 2015 o desenvolvimento de seu Sistema Nacional de Informações sobre Salvaguardas de REDD+ (SISREDD+), sendo o Ministério do Meio Ambiente responsável por sua coordenação. Quando o SISREDD+ estiver em operação, suas informações serão disponibilizadas para toda a sociedade.

Enquanto não se estabelece o sistema computacional, as informações descritivas sobre a implementação das salvaguardas de Cancún pelo Brasil seguem no *site* REDD+ Brasil,²¹ que organiza ainda informações sobre a construção do tema no país, particularmente, os sumários de informações sobre salvaguardas submetidos à UNFCCC.

¹⁹ Texto anterior sobre salvaguardas extraído da página do Ministério do Meio Ambiente: <http://redd.mma.gov.br/pt/salvaguardas>.

²⁰ A Comissão Nacional para REDD+, instituída pelo Decreto 10.144, de 28 de novembro de 2019, é o órgão de execução e assessoramento aos estados, Distrito Federal e ao Ministério do Meio Ambiente, destinado a formular diretrizes e emitir resoluções sobre a implementação da Estratégia Nacional para REDD+ e a consideração e o respeito às salvaguardas de REDD+, entre outras matérias.

²¹ <http://redd.mma.gov.br/pt/>

O Brasil submeteu à UNFCCC em 2015 o 1º Sumário de Salvaguardas,²² e em 2018 o 2º Sumário de Salvaguardas,²³ com informações sobre como as salvaguardas de Cancún foram abordadas e respeitadas pelo Brasil durante a implementação de ações de redução de emissão provenientes do desmatamento no bioma Amazônia (a partir de 2006). Esses dois sumários também abordam como o Fundo Amazônia vem apoiando e contribuindo para a observância dessas salvaguardas.

Contribuição do Fundo Amazônia para os objetivos de desenvolvimento sustentável

Os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) formam um conjunto de 17 objetivos globais estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) que abrangem questões de crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente. Esses ODS foram acordados na ONU por 193 países, depois da ampla participação da sociedade civil global, tendo entrado em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Entre os 17 ODS, pode ser identificado um subconjunto de dez para os quais o Fundo Amazônia contribui em maior ou menor grau:



ODS 1 - ERRADICAR A POBREZA EM TODAS AS SUAS FORMAS

Foi definido como um dos critérios orientadores para as ações apoiadas pelo Fundo Amazônia a priorização de projetos envolvendo benefícios diretos a comunidades tradicionais, assentamentos da reforma agrária e agricultores familiares. No conjunto das ações apoiadas pelo Fundo Amazônia até 2019, cerca de um quarto dos recursos foi destinado ao fomento de atividades produtivas sustentáveis, o que tornou o fundo um importante agente na erradicação da pobreza.



ODS 2 - ACABAR COM A FOME E PROMOVER A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Fundo Amazônia apoia não só a produção para comercialização, mas também projetos que visam a segurança alimentar (produção de alimentos para consumo próprio) dos povos tradicionais. São apoiadas, entre outros, a implantação de SAFs, a celebração de acordos de pesca, a implantação de unidades de beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade, a certificação de origem, capacitações e elaboração de planos de negócios, bem como a pesquisa para desenvolver novos produtos a partir dos compostos bioativos da flora amazônica.

²² “Sumário de informações sobre como as salvaguardas de Cancún foram abordadas e respeitadas pelo Brasil durante a implementação de ações de redução de emissão provenientes do desmatamento no bioma Amazônia entre 2006 e 2010”: http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/salvaguardas_1sumario.pdf.

²³ “Second Summary of information on how the Cancun Safeguards were addressed and respected by Brazil throughout the implementation of actions to reduce emissions from deforestation in the Amazon Biome”: http://www.amazonfund.gov.br/export/sites/default/en/.galleries/documentos/monitoring-evaluation/salvaguardas_eng_2sumario.pdf.

**ODS 5 - ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO**

Os resultados de projetos com fins econômicos apoiados pelo Fundo Amazônia devem priorizar benefícios coletivos ou públicos e contribuir para a igualdade de gênero e o protagonismo dos jovens. A partir de 2012, o fundo passou a exigir, nas chamadas públicas de projetos, que estes indiquem sua estratégia para incorporar mulheres e jovens em atividades diretamente relacionadas às cadeias de valor apoiadas e promover a participação de mulheres em posições de liderança.

**ODS 6 - ASSEGURAR ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO**

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia priorizam a restauração florestal das chamadas matas ciliares ou ripárias, isto é, as formações vegetais localizadas nas margens dos córregos, lagos, represas e nascentes. Uma das formas contempladas pelo apoio do fundo prioriza a recuperação de nascentes mediante a implementação de programas que recompensam, por meio de pagamento por serviços ambientais, aqueles que protegem e preservam as nascentes que abastecem a captação de água para o consumo da população.

**ODS 8 - PROMOVER TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO**

Um dos grandes desafios a serem respondidos pela sociedade brasileira e pelo Fundo Amazônia é como implantar na Amazônia um modelo econômico de produção e ocupação do território que seja sustentável ambientalmente, preserve a biodiversidade e promova o bem-estar social. Para esse fim, o fundo tem apoiado dezenas de projetos de produção sustentável que promovem as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, a construção de capacidades e habilidades para promover um modelo econômico viável que seja sustentável e a transformação da atividade agrícola em uma atividade totalmente sustentável, incluindo o aumento de sua produtividade.

**ODS 11 - TORNAR CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS**

O Fundo Amazônia tem contribuído diretamente para salvaguardar o patrimônio natural e cultural do mundo, já que seu objetivo é a redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. Para tanto, o fundo apoia ações que salvaguardam direta ou indiretamente o patrimônio natural representado pelas florestas, bem como é um importante financiador de ações que visam a valorização do patrimônio material e imaterial dos povos indígenas, incluindo a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais em seus territórios.

**ODS 12 - ASSEGURAR CONSUMO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS**

As ações de monitoramento ambiental foram reforçadas com o apoio do fundo, incluindo o apoio à melhoria do monitoramento do desmatamento por meio de satélites no Brasil e em outros países da América do Sul (limitrofes à Amazônia), que estão desenvolvendo ou aprimorando seus próprios sistemas de monitoramento. O apoio do fundo também abrange a expansão das missões de fiscalização ambiental, bem como ações para prevenir e combater os incêndios florestais, incluindo o treinamento de bombeiros militares, o estabelecimento de brigadas de incêndio civis e a aquisição de equipamentos especializados.



ODS 13 - COMBATER A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Fundo Amazônia é o maior fundo de conservação florestal REDD+ do mundo segundo diversos critérios, tais como doações recebidas e valores aprovados a projetos.²⁴ Todos os recursos aplicados pelo fundo devem contribuir, direta ou indiretamente, para a redução do desmatamento. As emissões totais do Brasil de gases de efeito estufa (GEE) foram reduzidas de 3,7 bilhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente, em 2004, para 1,7 bilhão de toneladas de CO₂eq, em 2015.²⁵ Esse resultado representou uma significativa contribuição do Brasil para a mitigação do aquecimento global e decorre da redução das emissões nacionais de GEE decorrentes da mudança de uso da terra e florestas, ou seja, resulta principalmente da queda do desmatamento.



ODS 15 - PROTEGER E PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES

Com o apoio do Fundo Amazônia, foram apoiadas ações em 190 UCs e 101 TIs, abrangendo atividades de proteção e vigilância territorial, consolidação de sua gestão e fomento de atividades produtivas sustentáveis em UCs de uso sustentável, isto é, UCs que têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.



ODS 17 - FORTALECER A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Fundo Amazônia foi criado pela sociedade brasileira em diálogo com a comunidade internacional, contando com várias parcerias, incluindo governos que doam recursos para o Fundo Amazônia; um acordo de cooperação com uma agência de cooperação técnica internacional e o apoio do fundo a um projeto internacional que está sendo implementado pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), tendo como objetivo o monitoramento da cobertura florestal na Amazônia Regional, isto é, para além das fronteiras do Brasil.

Promoção da equidade de gênero em projetos de produção sustentável

Alcançar a igualdade de gênero, acabando com todas as formas de discriminação contra as mulheres e garantindo a igualdade de oportunidades, é um dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS 5). O Fundo Amazônia, por meio do apoio a projetos que contribuem para a componente 1 de seu quadro lógico (“atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica”) busca contribuir para a promoção da equidade de gênero.

Desde 2008, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável pela gestão do Fundo Amazônia, incluiu em todos os seus contratos de financiamento a chamada cláusula social, que explicita o combate à discriminação de

²⁴ <https://climatefundsupdate.org/the-funds/>

²⁵ Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene) – https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/dados_setor_comunicacoes/SIRENE.html

raça ou de gênero, ao trabalho infantil e escravo no Brasil. No contexto dos projetos apoiados pelo fundo, a promoção da equidade de gênero foi introduzida como critério de seleção em três chamadas públicas.²⁶

O fundo também dispõe de indicadores em projetos de produção sustentável para verificar em que medida as mulheres participam em atividades e em tomadas de decisão, incluindo o monitoramento do número de mulheres em posições de coordenação nas organizações apoiadas e o número de mulheres capacitadas em novas tecnologias de produção sustentável. Desde 2015, também observa em avaliações externas independentes (avaliações *ex post*) como os projetos concluídos contribuíram para a promoção da equidade de gênero.

Em 2019, foi publicado no *website* do Fundo Amazônia, o estudo *Igualdade entre homens e mulheres em projetos de atividades produtivas sustentáveis apoiados pelo fundo*,²⁷ que teve como objetivos sistematizar a contribuição dos projetos da componente 1 ("produção sustentável") para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, mapear a situação das mulheres nos projetos visitados em dois estados da Amazônia (Rondônia e Mato Grosso) e formular recomendações que estimulem a igualdade.

Para a realização do estudo, foram visitadas 61 propriedades, a maioria localizada em áreas de assentamentos da reforma agrária, caracterizadas pelo regime da agricultura familiar e de empreendimentos familiares rurais, no qual as mulheres são majoritariamente responsáveis pelo trabalho doméstico, além da criação de pequenos animais, da horta e dos trabalhos agrícolas.

O resultado mostrou um número bastante expressivo de mulheres desenvolvendo atividades produtivas que promovem a redução do desmatamento em pequenas propriedades na Amazônia, contribuindo diretamente para o objetivo final do Fundo Amazônia, com uma participação proeminente para o uso sustentável da floresta e a redução de desmatamento. Foi possível verificar também que, quando as mulheres ampliam sua renda, elas internalizam novas habilidades, conhecimentos, direitos e oportunidades, melhoram sua participação e visibilidade nos diferentes espaços da convivência social.

A partir desses resultados, foram identificadas boas práticas relacionadas à igualdade de gênero dentro dos projetos, levantadas lições aprendidas e elaboradas recomendações para o Fundo Amazônia.

²⁶ Em 2012, na chamada pública de Projetos de Atividades Produtivas Sustentáveis (APS); em 2014, na chamada pública voltada para o apoio a PGTAs; e, em 2017, no âmbito das chamadas públicas de consolidação e fortalecimento de cadeias de valor sustentáveis e inclusivas e de recuperação da cobertura vegetal (APS II).

²⁷ http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/biblioteca/GIZ_Estudo-genero.pdf

Avaliação de efetividade

O ano de 2019 foi um ano especial para a equipe do Fundo Amazônia na temática de monitoramento e avaliação de efetividade, destacando-se a conclusão da avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia, compreendendo o período de 2008 a 2018.

A carteira do Fundo Amazônia tem 103 projetos, dos quais 27 concluídos. Os resultados e impactos dos projetos concluídos são avaliados pela equipe do Fundo Amazônia e são divulgados nos relatórios anuais do Fundo Amazônia (no capítulo “Projetos concluídos”) e na página do fundo na internet.²⁸

Em 2016, com o apoio técnico da agência de cooperação técnica alemã GIZ,²⁹ foi elaborado e divulgado o marco conceitual para a realização de avaliações de efetividade independentes dos projetos executados com recursos do Fundo Amazônia.³⁰

Até 2019, foram realizadas avaliações de efetividade independentes de 11 projetos concluídos (avaliações *ex post*), sendo que seis foram concluídas em 2019. Os seis projetos que tiveram suas avaliações concluídas em 2019 foram: Bolsa Floresta, da Fundação Amazonas Sustentável (projeto de produção sustentável) e cinco projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, implementados pela Universidade Federal do Pará (UFPA)/Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp), a saber: Biodiversidade, Compostos Bioativos da Amazônia, Florestas de Mangue, Ilhas de Belém e Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia.

A avaliação desses cinco projetos foi realizada em conjunto, tendo um cunho temático, já que os cinco projetos contribuem para a componente 4 do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, a saber: “ciência, inovação e instrumentos econômicos”. Eles tiveram início entre 2012 e 2014 e foram concluídos entre 2015 e 2018. O valor do apoio do Fundo Amazônia variou entre R\$ 1,1 milhão e R\$ 4,6 milhões para cada projeto, totalizando R\$ 12 milhões.

As avaliações de efetividade independentes podem ser conferidas em sua íntegra na página do Fundo Amazônia na internet.³¹ A condução dessas avaliações tem as seguintes finalidades principais:

- auxiliar o Fundo Amazônia na prestação de contas a seus doadores sobre o tipo de projeto apoiado e seus impactos;
- possibilitar a aprendizagem institucional dos executores de projetos e do próprio fundo, contribuindo para melhorar a qualidade dos projetos e a priorização dos investimentos, subsidiando, assim, a tomada de decisões;

²⁸ http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/carteira-de-projetos/busca/index.html?reloaded&facet_Situacao_prop=concluido

²⁹ Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

³⁰ http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/_galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/FA_Marco_Conceitual_Avaliacao_Efetividade_Projetos_2016.pdf

³¹ <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>

- verificar a observância pelos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia das salvaguardas de Cancún acordadas no âmbito da UNFCCC para ações de REDD+; e
- verificar o alinhamento dos projetos com o PPCDAm, os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento e com a Estratégia Nacional de REDD+.

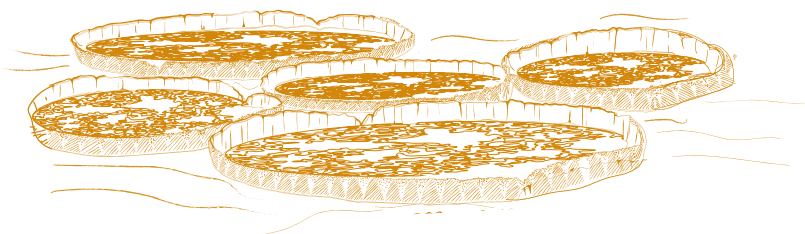
O destaque de 2019 foi a conclusão da avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia, compreendendo o período de 2008 a 2018. Essa avaliação foi realizada por uma equipe de consultores independentes, com a coordenação técnica da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), da ONU.

Essa avaliação incluiu também dois estudos complementares, sendo um dedicado à análise da distribuição de benefícios para os beneficiários das ações apoiadas pelo Fundo Amazônia e o outro ao impacto dos projetos de implementação do CAR.

Essa avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia abrangeu seus dez primeiros anos de operação, podendo-se afirmar que são raros os programas governamentais que cumprem as etapas de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de seus impactos, dessa forma fechando um ciclo completo. Esse é agora o caso do Fundo Amazônia, que com essa avaliação de meio termo ganhou uma análise técnica de sua efetividade de padrão internacional.

Em 7 de agosto de 2019, foi realizada uma rodada de consultas com especialistas, como etapa da avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia, quando foram discutidos o relatório preliminar elaborado pelos avaliadores independentes e os estudos complementares. Essa rodada com especialistas foi realizada em Brasília, contando com uma participação expressiva de especialistas na temática ambiental e de conservação florestal, incluindo representantes do MMA, dos governos da Alemanha e Noruega, diretores de diversas instituições como o KfW e a Cepal, além da equipe do Fundo Amazônia.

Essa ampla avaliação da efetividade do Fundo Amazônia fez recomendações de aperfeiçoamentos e concluiu que existem evidências claras de que o Fundo Amazônia tem contribuído para reduzir o desmatamento na Amazônia. Tanto a avaliação quanto seus estudos complementares podem ser consultados no *website* do Fundo Amazônia.³²



³² Disponíveis em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/Relatorio-Avaliacao-Meio-Termo-Fundo-Amazonia.pdf>; <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/Relatorio-Distribuicao-de-Beneficios.pdf>; e <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/Relatorio-de-Estudo-CAR.pdf>

Avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia

A seguir, são apresentados alguns destaques do relatório da avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia, que compreende o período de 2008 a 2018. Essa avaliação foi realizada por uma equipe de consultores independentes, com a coordenação técnica da Cepal da ONU.

Achados e conclusões sobre governança e efetividade do Fundo Amazônia:

- i. A implementação do fundo ao longo de dez anos foi um caminho de aprendizagem, de construção de confiança entre distintos atores e de aprimoramento contínuo das estratégias de operacionalização do apoio a projetos.
- ii. A alta qualificação dos empregados do BNDES, a solidez das práticas operacionais e a transparência na utilização dos recursos consolidaram, ao longo dos dez anos, um modelo de gestão que pode ser replicado em outros países.
- iii. O trabalho com as organizações do terceiro setor permitiu aumentar a capilaridade do Fundo Amazônia, como também aumentar a presença do estado em áreas remotas.
- iv. Embora existam evidências claras de que o Fundo Amazônia tem contribuído para reduzir o desmatamento na Amazônia é um grande desafio estimar quantitativamente essa contribuição.
- v. A conclusão é que o fundo não alterou as tendências do desmatamento dos últimos anos, mas que sem a implementação do Fundo Amazônia o desmatamento teria sido maior.
- vi. A maior parte dos projetos avaliados no eixo de produção sustentável mostra reduções do desmatamento nas áreas de implementação.
- vii. Merece destaque o processo de aprendizagem do fundo na construção de parcerias que pudessem viabilizar o apoio às demandas das comunidades indígenas e, ao mesmo tempo, promover a proteção das florestas nas TIs.
- viii. Os projetos com os corpos de bombeiros tiveram impactos positivos na prevenção e combate de incêndios e contribuíram para a articulação interestadual das corporações estaduais de bombeiros.
- ix. Um dos grandes problemas é a falta de informação sobre os impactos econômicos e sociais dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, especialmente aqueles ligados a atividades produtivas sustentáveis.
- x. Nos projetos que foram encerrados e avaliados, até o momento, com informação dos impactos econômicos, observam-se melhoria da qualidade de vida, aumento de renda (embora às vezes de pouca magnitude), cumprimento das salvaguardas de Cancún e fortalecimento da perspectiva de gênero.

- xi. O apoio do Fundo Amazônia ao CAR demonstra que o desmatamento é percentualmente menor nas áreas cadastradas do que nas áreas não cadastradas.
- xii. As análises realizadas demonstraram que os projetos de CAR apoiados contribuíram para evitar o desmatamento de 8.571 km² nos biomas Amazônia e Cerrado no período de 2014 a 2018. Este valor de desmatamento evitado é superior ao desmatamento ocorrido na Amazônia Legal em 2018.
- xiii. A estruturação das secretarias estaduais de meio ambiente com infraestrutura física e tecnológica, sistemas de análise geoespaciais e bancos de dados com informações ambientais georreferenciadas, contribuiu diretamente para o aumento da capacidade de controle e monitoramento dos estados. O CAR é utilizado no licenciamento ambiental em todos os estados, e a maioria também o utiliza na fiscalização e responsabilização de proprietários rurais por ilícitos ambientais.
- xiv. No componente de ciência, inovação e instrumentos econômicos, o monitoramento do desmatamento e análises complementares tem se fortalecido. Nesse aspecto, são importantes o apoio do Fundo Amazônia ao monitoramento em outros biomas, para que se tenha um panorama completo do desmatamento no Brasil, e o apoio ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para o Inventário Florestal Nacional.
- xv. Há também experiências interessantes de pagamento por serviços ambientais, como instrumento econômico para a conservação de florestas, especialmente aquelas destinadas à proteção de nascentes.

No que tange aos resultados não esperados os avaliadores mencionam:

- xvi. Ao longo desses dez anos, as entidades do terceiro setor aprenderam a trabalhar de acordo com as exigências do BNDES. Os critérios de análise e seleção de projetos do BNDES contribuíram para as entidades se profissionalizarem em administração financeira e gestão de projetos, o que as ajudou a acessar outras fontes de recursos mais exigentes como os fundos internacionais. Alguns entrevistados mencionaram que acessar recursos do fundo serviu como um “carimbo” que atestava a boa governança da entidade.
- xvii. Embora já existissem espaços de coordenação e colaboração entre os estados, a participação no COFA também permitiu fortalecer a cooperação, a troca de experiências e potencializou a articulação da gestão ambiental entre os estados.
- xviii. A aproximação entre um grande banco de desenvolvimento e atores públicos e privados dedicados à sustentabilidade na Amazônia Legal é percebida como um impacto indireto positivo do Fundo Amazônia, ao trazer dois mundos relativamente desconectados para um trabalho conjunto.
- xix. O fundo tornou-se uma referência global para fundos de clima, biodiversidade e pagamentos por resultados. A experiência com o Fundo Amazônia ajudou a Noruega e sua iniciativa NICFI (em inglês, Norway’s International Climate and Forest Initiative) a estabelecer outros fundos e atividades em diversos outros países. Essas outras cooperações não alcançaram a escala do Fundo Amazônia, por

ausência de instituições com o tamanho e a capacidade do BNDES. Além disso, o esforço da NICFI para incluir as florestas na agenda das negociações climáticas globais resultou na inserção desse tema como parte do Acordo de Paris de 2015.

Alguns desafios e recomendações apontados pelos avaliadores independentes:

- xx. Os desafios e as recomendações abrangem distintas áreas, sendo que algumas estão fora do escopo do financiamento do Fundo Amazônia, como os gargalos relacionados com a infraestrutura e condições logísticas e a expansão do uso das tecnologias de comunicação e informação. No contexto atual, para empreender novos negócios é necessário acesso adequado à internet em toda a região amazônica. Outras tecnologias para rastreamento dos produtos devem ser testadas e apoiadas para reduzir a concorrência das produções ilegais, especificamente de madeira e pesca.
- xxi. Induzir a apresentação de projetos para a produção de subsídios e instrumentos que contribuam para a agilização do processo de regularização fundiária nos estados e detalhar critérios orientadores mais abrangentes com foco em regularização fundiária para estimular a apresentação de projetos.
- xxii. Para que o uso do CAR seja ampliado para diversas políticas de gestão ambiental, será preciso avançar na análise da base, o que exigirá um esforço significativo dos estados. A continuidade do apoio à análise do CAR é entendida pelos estados como fundamental para a sustentabilidade dos resultados obtidos nos projetos já apoiados.
- xxiii. A área de governança e gestão do fundo enfrenta desafios diversos. A sustentabilidade do fundo no longo prazo requer a diversificação de doadores, assim como explorar arranjos com o setor privado (brasileiro ou internacional) e possibilidades de financiamentos mistos.
- xxiv. A equipe de trabalho do Fundo Amazônia no BNDES deve ser ampliada para responder mais rapidamente às propostas de projetos e ao acompanhamento dos projetos aprovados. O tempo desde a aprovação até o desembolso dos recursos pode ser diminuído. Para começar, o *pipeline* com um valor de além de R\$ 1 bilhão para projetos em análise e em consulta poderia ser aprovado rapidamente para aumentar o impacto do fundo.
- xxv. A distância física entre as organizações da Amazônia e a equipe do BNDES no Rio de Janeiro poderia ser melhorada com a presença de representação do fundo com escritório na região Amazônica.
- xxvi. A porcentagem de 3% do valor das doações para cobertura de seus custos operacionais e das demais despesas relacionadas ao Fundo Amazônia deveria ser renegociada para fortalecer a gestão nas áreas mencionadas. Muitas das organizações que gerenciam recursos similares aplicam porcentagens acima de 10%.

- xxvii. O COFA tem desempenhado um papel crucial na governança do Fundo Amazônia. Recomenda-se fortalecer essa instância, mantendo uma representação equilibrada de todas as partes interessadas. O COFA deve ser um espaço de diálogo e construção de consensos para a orientação e apoio do fundo que deve ser continuamente aprimorado.
- xxviii. Os bons resultados dos projetos e do Fundo Amazônia não são disseminados amplamente o que fragiliza sua imagem e reduz o potencial de mobilização de recursos para o fundo e para projetos. Apesar da comunicação extensa por meio da página *web*, é possível usar outros meios de comunicação e eventos para difundir seus resultados.
- xxix. Também é necessário melhorar a gestão de conhecimento dos projetos já que suas aprendizagens não são sistematizadas suficientemente. Melhorar a troca de experiência e aprendizagem mútua entre os projetos facilitaria criar oportunidades de *spillovers*, aumentos de escala e/ou replicabilidade de projetos com bons resultados e sinergias entre as ações desenvolvidas. Deveria aproveitar-se o potencial do COFA como espaço de troca de experiências, debate e colaboração para investir em maior sinergia entre os atores sociais.
- xxx. A redução da desigualdade de gênero como critério transversal de apoio a projetos precisa ser potencializada com incentivo às ações que promovam a participação das mulheres e apoio à equidade.
- xxxi. A implementação do Fundo Amazônia tem tido problemas com os parceiros públicos. No nível federal, o contexto recente de restrição fiscal (contingenciamentos) tem levado a dificuldades na execução dos projetos do Fundo Amazônia e das políticas federais, gerando risco de perda da adicionalidade. No nível estadual, as frequentes mudanças políticas (ciclo eleitoral) e o reduzido número de servidores permanentes levam a descontinuidade nas prioridades e nas equipes, gerando riscos de cancelamentos de atividades, perda de memória/aprendizado institucional e baixo potencial de sustentabilidade. Os projetos gerenciados pelos municípios têm tido problemas generalizados de implementação, excetuando um projeto.
- xxxii. Os órgãos públicos (federal, estadual e municipal) são atores-chave para atingir os objetivos do fundo. É necessário apoiar os estados e municípios na implementação dos projetos, explorando fórmulas de trabalho em arranjos mistos entre governo, setor privado e sociedade civil que permitam aos estados e municípios executar com agilidade e flexibilidade os projetos.
- xxxiii. Nas áreas de trabalho do fundo existe espaço para intensificar os esforços já iniciados para envolver o setor privado e trabalhar nas cadeias produtivas de produtos de produção sustentável.
- xxxiv. O Fundo Amazônia teve poucos avanços em incrementar as áreas sob concessões florestais. Deveriam ser analisadas as possibilidades de apoio do fundo para agilizar a produção sustentável de madeira nas concessões florestais. São investimentos estratégicos que, com apoio do fundo no início das operações, poderiam atrair mais investimento privado.

- xxxv. Na área de ciência, tecnologia e inovação, o conhecimento da biodiversidade amazônica e seu potencial aproveitamento comercial são também uma área estratégica em que o fundo deve participar apoiando projetos de pesquisa aplicada.
- xxxvi. Os investimentos feitos em apoio às políticas direcionadas à regularização ambiental (principalmente ao CAR) precisam ter continuidade, bem como as políticas sinérgicas para que os resultados atingidos sejam sustentáveis.
- xxxvii. Finalmente, uma porcentagem dos recursos do fundo deve dirigir-se a projetos que permitam experimentar e inovar, embora possam ter resultados incertos. A inovação tecnológica, comercial e de gestão poderia incentivar novas oportunidades de utilização de recursos naturais da Amazônia e promover novos modelos de negócio.

Gestão de riscos do Fundo Amazônia

A gestão de riscos é parte integrante da gestão do Fundo Amazônia e dos projetos que apoia. Consideram-se riscos os fatores externos que possam influenciar negativamente a execução dos projetos ou a manutenção dos resultados alcançados pelo fundo.

Para a gestão de riscos do Fundo Amazônia, definiu-se o seguinte formato:

- apresentação dos riscos identificados com base no quadro lógico, partindo da lógica de intervenção representada pelo objetivo geral do Fundo Amazônia e seus efeitos indiretos;
- avaliação no que diz respeito à probabilidade de ocorrência de cada risco identificado; e
- definição de medidas prevendo sua mitigação, quando possível, pelo Fundo Amazônia ou outros atores.

A gestão de riscos ocorre por meio da revisão periódica do comportamento tanto dos riscos quanto dos efeitos das medidas de mitigação. Na revisão realizada em 2019, um risco foi reavaliado de médio para alto, a saber: “crescimento da demanda por novas terras para cultivo e pastagem”, e foi identificado um novo risco, avaliado como médio: “nova governança e prioridades das políticas públicas alteram o modelo de desenvolvimento”.

OBJETIVO GERAL: Redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal		
Risco identificado	Probabilidade	Resposta/mitigação
Fluxos migratórios na Amazônia pressionam o meio ambiente		A Amazônia Legal registra as taxas de fecundidade mais elevadas do país e recebe fluxos migratórios que acompanham a expansão das atividades agropecuárias e a demanda de mão de obra para os grandes projetos ligados à infraestrutura, tais como hidrelétricas e rodovias. Um evento que merece registro é o recrudescimento em 2019 da imigração de venezuelanos para o estado de Roraima, na Amazônia. Segundo dados das Nações Unidas (fevereiro de 2019), o Brasil já recebeu 96 mil migrantes e refugiados venezuelanos.³³ A pressão representada pelo conjunto destas atividades reforça a necessidade de adoção de medidas de combate ao desmatamento e promoção de um novo modelo sustentável de ocupação ordenada do território amazônico. O Fundo Amazônia atua fortemente para esse objetivo por meio de todas as componentes que apoia: produção sustentável, monitoramento e controle do desmatamento, ordenamento fundiário e territorial e desenvolvimento científico e tecnológico. O Fundo Amazônia continua avaliando o risco como médio.
Novas estratégias e tecnologias são incorporadas pelos infratores para desmatar ilegalmente		O desenvolvimento de tecnologias de monitoramento e controle tem sido acompanhado por parte dos infratores, que adotam tecnologias de geoprocessamento para selecionar os territórios onde desmatam ilegalmente. É provável que a mudança no padrão de tamanho das áreas desmatadas guarde correlação com o emprego dessas novas tecnologias pelos infratores ambientais. Observou-se que os polígonos maiores que 100 hectares eram responsáveis em 2017 por 27% da área desmatada na Amazônia Legal,³⁴ percentual que aumentou para 31% em 2018³⁵ e 35% em 2019 (dados de 2018 e 2019 são ainda preliminares). A continuidade do processo de destinação de terras públicas na região amazônica e a execução dos instrumentos de controle em áreas privadas pode ter um impacto positivo na contenção do desmatamento, pois essas duas categorias fundiárias são responsáveis, em conjunto, por cerca de 61% do desmatamento na Amazônia (dado preliminar de 2018³⁶). Considerando-se o fato de que a implementação do CAR se encontra razoavelmente adiantada nos estados da região, cabe enfatizar a importância de avançar na etapa de implantação dos programas de regularização ambiental, bem como realizar as atividades de monitoramento ambiental e controle do desmatamento. O Fundo Amazônia vem apoiando os órgãos públicos na implementação do CAR e no desenvolvimento e implementação de melhorias nos sistemas de monitoramento e controle da floresta amazônica com o uso de imagens de satélites (óticos e de radar), além de apoiar missões de fiscalização ambiental. O risco continua sendo avaliado como médio.
Mudanças na legislação ambiental brasileira reduzem a proteção da floresta		Em outubro de 2019, foi promulgada a Lei 13.887/2019, modificando dois artigos do Código Florestal (Lei 12.651/2012) que tratam, respectivamente, do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de Regularização Ambiental (PRA). De acordo com a nova legislação, foi excluído o prazo para a inscrição dos imóveis rurais no CAR, embora a adesão aos PRAs esteja garantida somente aos proprietários que façam a inscrição no CAR até 31 de dezembro de 2020. Tais medidas poderão produzir efeitos tais como o avanço do desmatamento e a consolidação de áreas desmatadas irregularmente na Amazônia. Diante das incertezas quanto às consequências imediatas destas iniciativas, mantém-se a avaliação de risco como médio.

(Continua)

³³ <https://nacoesunidas.org/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-mundo-atinge-34-milhoes/>

³⁴ http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/_galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/PPCDAm-PPCerrado_Balanco_2017.pdf

³⁵ http://combateadesmatamento.mma.gov.br/images/Doc_ComissaoExecutiva/Balanco-PPCDAm-e-PPCerrado_2018.pdf

³⁶ http://combateadesmatamento.mma.gov.br/images/Doc_ComissaoExecutiva/Balanco-PPCDAm-e-PPCerrado_2018.pdf

(Continuação)

OBJETIVO GERAL: Redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal		
Risco identificado	Probabilidade	Resposta/mitigação
Nova governança e prioridades das políticas públicas alteram o modelo de desenvolvimento		Ao longo de 2019, e até o momento em que este relatório é escrito, houve alterações na composição de alguns órgãos colegiados responsáveis pela formulação de programas e políticas ligadas ao meio ambiente. As principais modificações foram produzidas por meio dos normativos a seguir: (i) Decreto 9.806, de 28 de maio de 2019 – reduziu substancialmente o número de integrantes do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama); e (ii) Decreto 10.224, de 6 de fevereiro de 2020 – alterou a composição do conselho deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), que passou a ser integrado exclusivamente por membros do Governo Federal. Por sua vez, o Decreto 10.239, de 11 de fevereiro de 2020, promoveu a transferência do Conselho Nacional da Amazônia Legal do Ministério do Meio Ambiente para a Vice-Presidência da República, o que pode sinalizar uma maior capacidade de coordenação e acompanhamento das políticas públicas relacionadas à Amazônia Legal. Mudanças na composição de órgãos colegiados podem afetar diretamente o controle do desmatamento, além de impactar as políticas de fomento como aquelas praticadas pelo Fundo Amazônia. O risco é avaliado como médio.
Mudanças climáticas provocam a ocorrência de períodos de estiagem prolongada e incêndios florestais		A adesão do Brasil ao Acordo de Paris e o cumprimento das metas nele estabelecidas contribuem para a mitigação das mudanças climáticas no Brasil e no mundo. Em 2019, já sob novo governo, a permanência do Brasil no Acordo de Paris foi confirmada no âmbito do tratado de livre-comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia.³⁷ A associação entre Mercosul e União Europeia só será vinculante para as partes após a conclusão dos procedimentos legais necessários para sua entrada em vigor. Os relatórios anuais de monitoramento do clima elaborados pela Nasa e pela National Oceanic and Atmospheric Administration (Nooa) informam que a temperatura média de 2019 foi a segunda mais elevada de uma série iniciada em 1880, acrescentando que os cinco anos mais quentes foram exatamente aqueles desde 2015.³⁸ Por sua vez, o relatório preliminar de 2019 elaborado pela World Meteorological Organization (WMO), divulgado na COP 25 em 2019, aponta que a temperatura média global nesse ano foi 1,1° C superior à do período pré-industrial.³⁹ Tais resultados reforçam as projeções sobre mudanças climáticas no Brasil produzidas pelo Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMCI), nas quais se prevêem a diminuição das chuvas na Amazônia e o consequente aumento na intensidade do período seco e na frequência de incêndios florestais. Em 2019, o maior número de focos ativos de incêndios florestais e queimadas na Amazônia Legal foi registrado no mês de agosto, segundo dados do programa Queimadas do Inpe.⁴⁰ No total, o ano encerrou com aumento de cerca de 39% no número de focos ativos detectados por satélite quando comparado com 2018. A ocorrência de focos de calor varia em função de alterações do clima e de ações antrópicas, que compreendem desde o uso do fogo na agricultura para limpeza e preparo do solo até a remoção da vegetação nativa por invasores de terras públicas. O Fundo Amazônia apoia projetos que contribuem para o alcance das metas do Acordo de Paris, incluindo restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até 2030; ampliar a escala dos sistemas de manejo sustentável de florestas nativas; fortalecer o cumprimento do Código Florestal; e alcançar, na Amazônia brasileira, o desmatamento ilegal zero até 2030. O Fundo Amazônia continua avaliando o risco como alto.

³⁷ Artigo 6º do capítulo "Trade and Sustainable Development" do pilar comercial do documento da Associação entre Mercosul e União Europeia, disponível em http://www.itamaraty.gov.br/images/2019/Comrcio_e_Desenvolvimento_Sustentvel.pdf

³⁸ https://data.giss.nasa.gov/gistemp/graphs/graph_data/Global_Mean_Estimates_based_on_Land_and_Ocean_Data/graph.txt

³⁹ <https://public.wmo.int/en/media/press-release/wmo-confirms-2019-second-hottest-year-record>

⁴⁰ http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/

Componente 1 – Produção sustentável		
Risco identificado	Probabilidade	Resposta / mitigação
A desaceleração das atividades econômicas prejudica o desenvolvimento da economia de base florestal sustentável	  	A atividade econômica na Amazônia apresentou melhora em 2019. Foi estimado em 4,2% o crescimento econômico da região Norte,⁴¹ no período de 12 meses encerrado em novembro de 2019, comparativamente a 0,9% no Brasil nesse mesmo período.⁴² O volume de produção anual da cesta de produtos do extrativismo de base florestal acompanhada pelo Fundo Amazônia apresentou crescimento de 2% em 2018 na comparação com 2017, e de 7% nas receitas nominais obtidas. Na composição dos principais produtos integrantes da referida cesta, merece destaque positivo o aumento de 30% na produção de castanha-do-brasil; por outro lado, houve retração significativa de 26% na produção de oleaginosas. O Fundo Amazônia tem apoiado a estruturação e a ampliação de cadeias produtivas de base florestal e a sustentabilidade ambiental das atividades agrícolas dos pequenos produtores rurais. A integração dos elos de produção, distribuição e comercialização é um fator decisivo na agregação de valor das atividades econômicas de base florestal, em especial para a produção realizada pelas populações que habitam regiões remotas e com pouco acesso a serviços públicos. Esse risco é avaliado como médio.

Componente 2 – Monitoramento e controle		
Risco identificado	Probabilidade	Resposta/mitigação
Política de reforma agrária não alinhada com a política ambiental	  	Em 2019, a legislação sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União Federal ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (Lei 11.952, de 2009) sofreu alterações por meio da Medida Provisória (MP)⁴³ 910, de 2019, ainda em discussão na Câmara de Deputados por ocasião em que este relatório de atividades é escrito. Entre as modificações introduzidas pela MP 910/2019 destacam-se: (i) aumento, de quatro para 15 módulos fiscais,⁴⁴ do limite de área de terras a serem regularizadas, para que a averiguação dos requisitos de regularização fundiária possa ser feita por mera declaração do ocupante; e (ii) ampliação de 2008 para 2014 (no caso de compras de terras, até 2018), do marco temporal para titulação de terras públicas ocupadas, ou seja, da data a partir da qual é admitida a pretensão à regularização fundiária das referidas terras. Para o Fundo Amazônia, reforça-se a necessidade de reafirmar como ações prioritárias a implementação do CAR e dos PRAs, o apoio à produção sustentável em áreas de assentamentos da reforma agrária e a órgãos públicos para implementação de melhorias nos sistemas de monitoramento e controle. O risco continua sendo avaliado como médio.

(Continua)

⁴¹ A região Norte do Brasil congrega sete dos nove estados da Amazônia Legal.

⁴² Informações consolidadas no Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central (IBCR), que é um indicador antecedente do comportamento do PIB com desagregação regional: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/202001/br202001c1p.pdf>. O crescimento do PIB brasileiro em 2019 foi de 1,1%, conforme divulgação do IBGE em março de 2020.

⁴³ Medida Provisória (MP) é um ato unipessoal do Presidente da República, com força imediata de lei, sem a participação do Poder Legislativo, que somente será chamado a discuti-la e aprová-la em momento posterior.

⁴⁴ Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei 6.746, de 1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município.

(Continuação)

Componente 2 – Monitoramento e controle		
Risco identificado	Probabilidade	Resposta/mitigação
Ações de fiscalização e repressão do desmatamento insuficientes em decorrência de restrições fiscais	  	A repressão da extração madeireira ilegal – que apresenta menores custos em relação às atividades legais – é um dos componentes fundamentais para que haja o desenvolvimento de uma economia madeireira legal e competitiva, bem como para impedir a apropriação privada de terras públicas por grileiros que promovem o desmatamento ilegal. Embora a atividade econômica venha apresentando recuperação continuada desde 2017, permitindo inclusive a recuperação das receitas tributárias (em 2019, as receitas totais do Governo Federal cresceram 6,1%, em termos reais, sobre 2018), permanece o desafio de controle da despesa pública, o que se traduz em contingenciamento orçamentário. Para ilustrar a dimensão deste desafio, observe-se que a despesa orçamentária do Ibama, o principal órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente para licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental, manteve-se inalterada nos últimos anos. A importância das ações de monitoramento e controle do desmatamento para o Fundo Amazônia pode ser medida pelo fato de que metade dos dez maiores apoios do Fundo Amazônia (por valor de apoio) foi dedicada a projetos de monitoramento ambiental por satélite e apoio a missões de fiscalização e repressão policial a infrações e crimes ambientais. O desafio de recuperação fiscal permanece na agenda do governo e deverá ainda se refletir em pressão pelo controle de gastos, dificultando a expansão das ações e exigindo esforços de priorização e novas formas de fiscalização e monitoramento por parte dos agentes públicos. Diante da grande escala territorial da Amazônia e da persistência das referidas restrições fiscais, o Fundo Amazônia mantém o risco como alto.

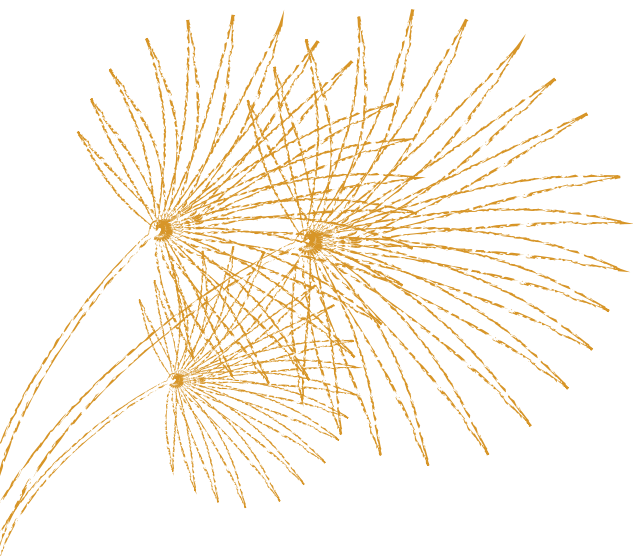
Componente 3 – Ordenamento territorial		
Risco identificado	Probabilidade	Resposta/mitigação
Crescimento da demanda por novas terras para cultivo e pastagem	  	O Inpe, em parceria com a Embrapa, por meio do projeto TerraClass,⁴⁵ mapeou a utilização dada às áreas desmatadas na Amazônia Legal, considerando o período de dez anos entre 2004 e 2014. Utilizando diferentes classes temáticas, foi identificado que das áreas desmatadas na Amazônia 63% estão sendo usadas como pastagens e 6% para agricultura anual.⁴⁶ A expansão das pastagens e dos cultivos agrícolas em grande escala representa um dos maiores fatores de pressão sobre a demanda de terras na Amazônia. O rebanho bovino na Amazônia cresceu 17% entre 2009 e 2018, atingindo 86,6 milhões de cabeças.⁴⁷ Por sua vez, a área dedicada ao plantio de soja na Amazônia cresceu 7% entre 2009 e 2018, atingindo 12,2 milhões de hectares. Ao longo de 2019, dois eventos podem acarretar um possível impacto no crescimento da demanda por novas terras na Amazônia: i) a revogação do Decreto 6.961/2009, que estabelecia o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar (ZAE Cana) e excluía explicitamente, para fins de expansão da produção, os biomas Amazônia e Pantanal, além da bacia do Alto Paraguai, onde nascem os rios pantaneiros; e ii) demanda de uma parte dos produtores de soja para a suspensão do compromisso voluntário celebrado em 2006 pelas indústrias e pelas maiores <i>tradings</i> atuantes no país, denominado “moratória da soja”, que tem como premissa a não comercialização da produção oriunda de áreas desmatadas após 2008 no bioma Amazônia. Avalia-se que esse pacto setorial vem sendo capaz de limitar o desmatamento voltado para a expansão agrícola na Amazônia. O Fundo Amazônia apoia projetos de órgãos federais como Inpe, Censipam e Ibama, para realizar ações de monitoramento e fiscalização ambiental; projetos de atividades produtivas sustentáveis, para apoiar atividades rurais produtivas de baixo impacto ambiental e projetos para promover a regularização ambiental, como por exemplo o apoio ao CAR. O risco passa a ser avaliado como alto.

⁴⁵ http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/dados_terraclass.php

⁴⁶ <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/152807/1/TerraClass.pdf>

⁴⁷ <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939#resultado>

Componente 4 – Ciência, inovação e instrumentos econômicos		
Risco identificado	Probabilidade	Resposta/mitigação
Evasão da região de quadros técnicos qualificados e pesquisadores	  	Diversos indicadores associados à formação de profissionais e à intensidade das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) atestam que a Amazônia permanece em patamar inferior ao das demais regiões do país. As informações regionalizadas da Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal (Capes) para 2018 revelam que nos estados da Amazônia Legal se localizam 10,7% dos programas de pós-graduação e apenas 6,8% das bolsas de pós-graduação do país.⁴⁸ Em ambos os casos, são participações inferiores à representatividade da população e do PIB da região no país. Percentuais igualmente modestos são encontrados no apoio a projetos de pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na região e no depósito de patentes, em suas diversas modalidades, no INPI. Com tais percentuais, a região continua tendo baixa atratividade para pesquisadores e alto risco de evasão daqueles que lá se formam. Em 2019, a atividade das instituições de fomento da pesquisa foi alterada por contingenciamento de recursos orçamentários, especialmente no congelamento parcial do pagamento de bolsas, situação regularizada no final do ano. Esse ambiente de fragilidade desestimula a formação e fixação de pesquisadores, impactando mais fortemente os ecossistemas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) menos consolidados, como os da Amazônia Legal. O Fundo Amazônia apoia o desenvolvimento científico e tecnológico, assim como a fixação de pesquisadores, por meio do fomento a projetos que realizam pesquisas temáticas específicas, o que inclui, entre outras atividades, a construção e aparelhagem de laboratórios de ponta e a concessão de bolsas. Um exemplo é a disseminação de técnicas de manejo florestal sustentável para cerca de duas mil pessoas e o consequente aumento da adoção desse modelo como resultado de um projeto de CT&I apoiado executado pelo Instituto Floresta Tropical. Ainda em 2019, o Fundo divulgou um conjunto de avaliações de efetividade <i>ex post</i> de cinco projetos concluídos na componente CT&I: Biodiversidade, Compostos Bioativos da Amazônia, Florestas de Mangue, Ilhas de Belém e Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, todos realizados pela Universidade Federal do Pará (UFPA). A partir dessas avaliações, foi possível sistematizar lições aprendidas que deverão trazer insumos para apoios futuros visando o fortalecimento dessa componente de atuação.



⁴⁸ <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>

Avaliação de impactos dos riscos do Fundo Amazônia em 2019

A partir dos riscos identificados (ver seção imediatamente anterior) que possam influenciar negativamente a execução dos projetos ou a manutenção dos resultados alcançados pelo Fundo Amazônia, foi desenvolvida uma avaliação dos impactos de alguns desses riscos, indicando a gravidade de suas consequências para o alcance do objetivo geral de redução do desmatamento.

1. Com relação ao risco “mudanças na legislação ambiental brasileira reduzem a proteção da floresta”, avalia-se que as mudanças legais já verificadas e as propostas submetidas ao Congresso Nacional podem vir a ter um impacto negativo sobre a proteção da floresta, contribuindo para o aumento do desmatamento na Amazônia. Caso isso ocorra, ficaria comprometida a capacidade de captação de recursos do Fundo Amazônia, bem como o alcance de seu objetivo geral de redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal.

2. Sobre o risco “nova governança e prioridades das políticas públicas alteram o modelo de desenvolvimento”, observaram-se em 2019 alterações na composição de diversos órgãos colegiados ligados ao tema do meio ambiente. Essas alterações buscaram, entre outros objetivos, racionalizar o processo decisório por meio da redução do número de integrantes desses colegiados. No início de 2020, contemporaneamente à elaboração do presente relatório de atividades, ocorreu a transferência do Conselho Nacional da Amazônia Legal do Ministério do Meio Ambiente para a Vice-Presidência da República, sinalizando um esforço adicional de coordenação em alto nível entre os diversos ministérios para a implementação das políticas públicas relacionadas à Amazônia Legal.

Essa nova governança enfrentará o desafio de dar continuidade ao papel do Brasil como *player* internacional no tema das mudanças climáticas, avançando com o planejamento de ações que contribuam para a implementação do Acordo de Paris e o alcance das metas voluntárias propostas pelo país.

3. Em relação ao risco “política de reforma agrária não alinhada com a política ambiental”, cabe atentar para os efeitos da eventual conversão em lei da MP 910/2019, em especial no que se refere à extensão do marco temporal de 2008 para 2014 para titulação de terras públicas ocupadas e ao aumento, de quatro para 15 módulos fiscais, das áreas das terras regularizáveis por instrumentos de autodeclaração do ocupante.

A eventual contribuição positiva dessas medidas para a legalização de terras, inclusive de assentamentos da reforma agrária na Amazônia, deve estar associada a ações de regularização ambiental, ao emprego de instrumentos de assistência técnica e extensão rural (Ater) e do fomento de atividades produtivas de uso sustentável da floresta, sem os quais poderão ser observados impactos negativos decorrentes de novos desmatamentos.

4. Com relação ao risco de “evasão da região de quadros técnicos qualificados e pesquisadores”, o cenário de baixo investimento em CT&I na Amazônia limita a produção e transferência de conhecimentos e tecnologias que podem contribuir para a recuperação, conservação e uso sustentável da floresta. No médio prazo, os impactos de tal deficiência se traduzem na redução da agregação de valor às cadeias da sociobiodiversidade e na perpetuação de práticas econômicas não sustentáveis.

Para o Fundo Amazônia, adicionalmente, uma baixa intensidade de pesquisa e inovação impacta negativamente a oferta de recursos humanos qualificados para a implementação de projetos de CT&I e a produção de informações e estatísticas necessárias ao desenho qualificado de políticas públicas para a região.





PROJETOS CONCLUÍDOS

*Projetos concluídos são aqueles que: (i) executaram as atividades previstas; (ii) tiveram sua prestação de contas aprovada; e (iii) realizaram uma avaliação de seus resultados.



Proteção Florestal Tocantins

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Estado do Tocantins, tendo como executor o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBMTO)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Estado do Tocantins, com ênfase em sua região centro-norte, a partir do Batalhão de Proteção Ambiental, localizado no município de Araguaína

BENEFICIÁRIOS

População do estado do Tocantins, em especial de sua região centro-norte

OBJETIVO

Apoiar ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Tocantins, com ênfase em sua região centro-norte, por meio de capacitação, da estruturação de mecanismos de gestão integrada e da aquisição de materiais e equipamentos para a instrumentalização do Batalhão de Proteção Ambiental, localizado no município de Araguaína

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 6.697.880,00

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 4.958.910,00

PRAZO DE EXECUÇÃO

4º trimestre de 2012 ao 2º trimestre de 2019

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	DATA DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA
27.3.2012	9.8.2012	R\$ 4.958.910,00	100%



Contextualização

Com população estimada de 1,6 milhão de habitantes,⁴⁹ o estado do Tocantins ocupa uma área de 278 mil km², representando 3,3% do território brasileiro. A ocupação do estado deu-se por meio de programas governamentais de desenvolvimento e integração da Amazônia na economia nacional, realizados nas décadas de 1960 e 1970; da construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153); e da criação do estado, em 1988.

Atualmente, o estado do Tocantins integra a região da grande fronteira agrícola nacional, denominada Matopiba, que compreende o bioma Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e da Bahia e responde por importante parcela da produção brasileira de grãos e fibras. No Tocantins, os três produtos agropecuários de maior relevância econômica são, respectivamente, a soja, a carne e o milho.

Na Amazônia, o fogo é um dos instrumentos mais utilizados nas atividades produtivas, pela cultura do corte-queima para a limpeza de roçados e transformação da floresta em pastagem. Apesar de a utilização do fogo controlado no Cerrado cumprir, por vezes, funções ecossistêmicas, os incêndios florestais e as queimadas não autorizadas impactam a fertilidade dos solos, destroem a biodiversidade, fragilizam ecossistemas, destroem linhas de transmissão, comprometem a qualidade do ar, aumentam o risco de acidentes em estradas e limitam o tráfego aéreo, entre outros efeitos negativos.

Contemporaneamente à apresentação do projeto Proteção Florestal Tocantins, em 2012, foi anunciada uma ampla mobilização estadual em torno do Programa de Ações de Combate às Queimadas do Tocantins (PACQTO), que aglutinou 24 instituições governamentais, da iniciativa privada e do terceiro setor.

O projeto

O projeto teve como executor o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBMTO) e visou contribuir para a redução das emissões de gases intensificadores do efeito estufa decorrentes de incêndios florestais e queimadas não autorizadas.

O projeto apoiou ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Tocantins, com ênfase em sua região centro-norte, por meio de capacitação de gestores, da estruturação de mecanismos de gestão integrada e da aquisição de materiais e equipamentos para a instrumentalização do Batalhão de Proteção Ambiental, localizado no município de Araguaína.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>

Lógica da intervenção

O projeto insere-se na componente “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seu efeito direto foi assim definido no quadro lógico do projeto: “Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins (CBMTO) mais bem estruturado para o monitoramento e combate ao desmatamento provocado por incêndios florestais e queimadas não autorizadas”.

A ocorrência de incêndios florestais está relacionada com a duração dos períodos de estiagem e com o emprego do fogo nas atividades produtivas. Costuma ser também uma das etapas do processo de desmatamento ilegal com vistas à grilagem de terras,⁵⁰ quando, depois da remoção das árvores de maior porte (e valor), o fogo é utilizado para a abertura de novas áreas para fins agropastoris.

A estruturação do CBMTO para a ampliação de ações de monitoramento e combate a incêndios florestais, a capacitação de gestores, a formação de brigadistas civis e o treinamento da comunidade contribuem diretamente para reduzir a perda de cobertura vegetal decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas. Isso, por sua vez, contribui para o objetivo geral do Fundo Amazônia de redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Atividades realizadas

O projeto foi estruturado em torno de quatro componentes, tendo sido integralmente executado. A seguir são detalhadas as principais atividades realizadas por componente:

- Fortalecer as atividades de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento provocado por incêndios florestais e queimadas não autorizadas

No âmbito desse objetivo, foi adquirida uma extensa relação de equipamentos essenciais para a atividade finalística do CBMTO, com destaque para três caminhões florestais de grande capacidade (quatro mil litros) e de transporte de combatentes para combate a incêndios florestais de grande proporção, além de 13 veículos tipo 4x4 (caminhonetes) para ações rápidas e iniciais de prevenção e combate a incêndios. Adicionalmente, foram adquiridos equipamentos de comunicação e localização, tais como rádios móveis, *notebooks* e aparelhos de GPS, além de *kits* móveis de combate a incêndio e equipamentos e material de apoio logístico: um caminhão com capacidade de oito toneladas de transporte de materiais, dois ônibus para transporte de bombeiros e brigadistas, 264 mochilas flexíveis com bombas costais e barracas para até 150 combatentes.

- Promover a capacitação dos gestores dos principais órgãos governamentais envolvidos na gestão de combate a incêndios florestais e queimadas e o treinamento da comunidade em geral

⁵⁰ Grilagem de terras, no Brasil, é a prática ilegal de tomar posse de terras devolutas (públicas), incluindo, muitas vezes, a falsificação de documentos.

No âmbito da capacitação de gestores, foram realizadas oficinas sobre mapeamento de áreas de risco, coordenação de operações de incêndios e análise e interpretação de imagens. Houve desde o início a preocupação de envolver o maior número de gestores ligados aos órgãos que compõem o denominado Comitê do Fogo,⁵¹ que se reúne para planejamento e execução das atividades de prevenção e combate a incêndios florestais no estado. Assim, foram treinados profissionais dos seguintes órgãos: CBMTO, Defesa Civil, Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seagro), Secretaria Estadual da Saúde (Sesau), Companhia Independente de Polícia Ambiental (Cipama), Departamento de Estradas de Rodagem (Dertins), Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruralatins), Ministério Público Estadual (MPE), Secretaria da Educação e Cultura (Seduc), Secretaria da Segurança Pública (SSP/TO), por meio da Delegacia de Meio Ambiente (Dema), Secretaria dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SRHMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Exército Brasileiro, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Guarda Metropolitana de Palmas e Federação de Agricultura do Estado do Tocantins (Faet). No total, foram capacitados 466 servidores públicos.

Os treinamentos na comunidade compreenderam oficinas para formação de 1.626 brigadistas civis e capacitação em prevenção e combate a incêndios florestais. Os eventos foram realizados por bombeiros do CBMTO em espaços cedidos pelas prefeituras e viabilizados com a utilização dos equipamentos e materiais adquiridos com recursos do projeto.

- Estruturar a sala de situação do Comitê Estadual do Fogo

A sala de situação é uma unidade técnica responsável pela compilação e a sistematização de dados sobre eventuais incidentes e a ocorrência de queimadas e incêndios florestais, gerando informações sobre as principais características da área afetada. Constituída por equipes interdisciplinares, a sala de situação conferiu agilidade na identificação dos focos e a imediata mobilização dos órgãos responsáveis. Entre outras, as atividades do projeto consistiram na aquisição de cinco computadores *desktop*, dois *notebooks*, um projetor *datashow* e uma televisão LCD 52".

- Implementar as ações previstas no Programa de Ações de Controle às Queimadas no Tocantins (PACQTO), elaborado no âmbito do Comitê Estadual de Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas, sob a responsabilidade da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil

As atividades associadas a esse objetivo promoveram a sensibilização e a orientação dos produtores rurais do estado por meio de notificações preventivas e informações sobre manejo do solo, construção de aceiros e uso legal do fogo (autorização e queima controlada). Foram realizadas quatro campanhas de educação e conscientização com veiculação de peças publicitárias em diversas mídias, além de 93 ações nos municípios com maior índice de queimadas.

⁵¹ O Comitê do Fogo foi instituído pelo Decreto Estadual 645, de 20 de agosto de 1998, com o objetivo de aperfeiçoar as ações de controle e prevenção das queimadas no estado do Tocantins.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Efeito direto 2.1: CBMTO mais bem-estruturado para o monitoramento e combate ao desmatamento provocado por incêndios florestais e queimadas ilegais.

Os principais indicadores pactuados para o monitoramento desse objetivo foram:

- Número de servidores capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: 466

Foi verificado que 466 gestores do CBMTO e de parceiros, capacitados por meio de oficinas sobre mapeamento de áreas de risco, coordenação de operações de incêndios e análise e interpretação de imagens, estão utilizando os conhecimentos adquiridos.

- Número de cidadãos capacitados (indicador de eficácia)

Meta: 500 | Resultado alcançado: 1.626

Durante o projeto, foram difundidas técnicas de prevenção e combate de incêndios florestais mediante a formação de 1.626 brigadistas civis.

- Número de focos de calor (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: 7.108

Em 2018, foram contabilizados 7.108 focos de calor no estado do Tocantins. Como linha de base desse indicador, registraram-se 14.132 focos de calor, apurados com base na média correspondente ao período de 2003 a 2012 (dez anos anteriores a 2013, primeiro ano de implementação do projeto⁵²). Portanto, no período da execução do projeto, o número de focos de calor no estado do Tocantins foi reduzido para cerca da metade.

É importante ressaltar que o crescimento ou a redução do número de focos de calor no estado do Tocantins são influenciados por questões meteorológicas, variando muito de um ano para o outro em função da duração dos períodos de estiagem. Entretanto, o projeto atuou diretamente na prevenção e no combate de incêndios florestais, o que contribui para a redução dos focos de calor. Nesse contexto, o indicador em tela não é suficiente para aferir a efetividade do projeto apoiado pelo Fundo Amazônia, embora seja uma sinalização favorável e uma referência para avaliação dos demais indicadores do projeto.

⁵² A definição da linha de base desse indicador como sendo uma média dos anos anteriores à implementação do projeto decorre do fato de a ocorrência de focos de calor variar significativamente em função de alterações do clima. Ou seja, em certos anos ocorre substancial crescimento dos focos de calor que não resultaram diretamente da ação humana, mas sim de eventos climáticos, como o fenômeno atmosférico-oceânico denominado El Niño. A utilização de uma média de anos permite, portanto, atenuar esses anos com variações atípicas.

TABELA 23 | FOCOS DE CALOR NO ESTADO DE TOCANTINS

Linha de base	2013	2014	2015	2016	2017	2018
14.312	8.975	11.890	12.514	12.903	14.070	7.108

Fonte: Elaboração própria, com base em informações do Banco de Dados de Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

- Número de incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos diretamente pelo CBMTO (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: 1.320

Durante o ano de 2018, foram combatidos 1.320 incêndios florestais e queimadas não autorizadas, sendo que em 2012 (linha de base do projeto), haviam sido combatidos 710 incêndios florestais ou queimadas, o que evidencia um crescimento de 86% na capacidade de combate a incêndios florestais e queimadas. Essa variação deixa claro o aumento da capacidade de resposta da corporação com base nas intervenções do projeto, o que demonstra que, a partir do apoio do Fundo Amazônia, os bombeiros do estado do Tocantins vêm ampliando sua atuação no combate a incêndios florestais.

TABELA 24 | NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS OU QUEIMADAS NÃO AUTORIZADAS COMBATIDOS DIRETAMENTE PELO CBMTO

Linha de base	2013	2014	2015	2016	2017	2018
710	734	861	1.003	1.115	1.415	1.320

Fonte: Elaboração própria, com base em informações do CBMTO.

- Desmatamento anual no estado do Tocantins

Meta: não definida | Valor verificado: 25 km²

O desmatamento anual por corte raso verificado em 2018 no estado do Tocantins foi de 25 km². Considerando que, em 2012, essa taxa havia sido de 52 km² (linha de base), verificou-se uma redução de cerca de 50% da taxa de desmatamento anual.

TABELA 25 | DESMATAMENTO ANUAL NO ESTADO DO TOCANTINS (KM²)

Linha de base	2013	2014	2015	2016	2017	2018
52	74	50	57	58	31	25

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe/Prodes.⁵³

⁵³ O sistema Prodes do Inpe realiza o inventário de perda de floresta primária por meio do uso de imagens de satélite de observação da Terra para toda a extensão da Amazônia Legal.

Aspectos institucionais e administrativos

A experiência do estado do Tocantins na mobilização de parceiros deu passos significativos com o lançamento do já mencionado Programa de Ações de Controle às Queimadas no Tocantins (PACQTO) em 2011, que envolveu diversos órgãos federais e estaduais em torno de três eixos de ação: educação e conscientização; mobilização e prevenção; fiscalização e combate aos incêndios florestais e controle de queimadas.

A compreensão de que a prevenção e o combate aos incêndios florestais e ao desmatamento dependem da ação integrada de órgãos públicos de diversas esferas de governo e da mobilização da sociedade civil se traduziu na criação, em 2016, do Comitê de Proteção da Amazônia Legal (Copal), entidade civil sem fins lucrativos criada para coordenar e executar ações de monitoramento, preservação, conservação e proteção do bioma Amazônia pelos corpos de bombeiros militares dos nove estados que compõem a Amazônia Legal.

Com sede em Palmas, o Copal representou uma mudança de paradigma na forma de atuação dos corpos de bombeiros militares dos estados da Amazônia Legal, com a inversão de uma lógica predominantemente reativa e isolada para uma abordagem de cunho preventivo e estratégica, a partir da cooperação técnico-operacional entre os diferentes órgãos.

Riscos e lições aprendidas

Em linhas gerais, pode-se dizer que o projeto Proteção Florestal Tocantins se desenvolveu de forma satisfatória, tendo executado as atividades previstas e alcançado bons resultados. O indicador “número de incêndios florestais ou queimadas ilegais combatidos diretamente pelo CBMTO” apresentou evolução favorável ao longo do projeto, bem como a ação de capacitação de gestores do CBMTO, parceiros e cidadãos.

Vale assinalar, com relação à aquisição de itens do projeto, a ocorrência de dificuldades nos processos licitatórios, resultando em atraso em sua execução. Como solução para esse problema, o CBMTO optou pela modalidade de Atas de Registro de Preços, no caso da aquisição de bens.

Outra dificuldade foi a deficiência no acompanhamento do trabalho realizado pelas brigadas existentes em municípios do estado, assim como o registro de ocorrências atendidas por elas. A solução encontrada foi desenvolver um aplicativo de *smartphone* que oferece maior agilidade no registro e no dimensionamento dos danos causados pelo fogo, por meio de fotos com coordenadas geográficas.

As características específicas da Amazônia, com grande extensão territorial e áreas de difícil acesso, tornam mais arriscada e complexa a atuação dos bombeiros, exigindo estratégia diferenciada em relação ao fogo. Veio dessa percepção a iniciativa de criação do já mencionado Copal, com a finalidade de estabelecer um regime de estreita cooperação técnico-operacional entre esses estados.

Sustentabilidade dos resultados

A sustentabilidade de longo prazo dos resultados alcançados com o apoio do Fundo Amazônia, dada a natureza desse projeto, depende principalmente das condições orçamentárias do estado do Tocantins, a quem cabe a manutenção dos principais equipamentos adquiridos no âmbito do projeto, bem como prover os recursos de custeio do CBMTO.

Cumpre mencionar que as capacitações e qualificações de servidores públicos, realizadas em decorrência do projeto, tendem a produzir efeitos duradouros e ampliados, considerando-se a difusão de conhecimento que naturalmente ocorre nas organizações e praticamente independe de novos aportes de recursos públicos.

O apoio de brigadistas locais nos municípios rurais, treinados para a prevenção e o combate a incêndios florestais em sua fase inicial, é igualmente um elemento que contribuirá para a redução das áreas queimadas, devendo se sustentar mesmo depois da conclusão do projeto.

Registre-se que o projeto Proteção Florestal Tocantins se somou aos projetos de outros corpos de bombeiros militares dos estados da Amazônia Legal (Acre, Mato Grosso, Rondônia e Pará), e ao projeto Prevfogo (Ibama), todos implementados com apoio do Fundo Amazônia. A criação do Copal, integrado por todos os corpos de bombeiros militares estaduais da Amazônia Legal, representa um primeiro passo na conjugação de esforços dessas corporações para combater os incêndios florestais na região.

Por fim, apesar do progresso já obtido com o apoio do Fundo Amazônia, entende-se que resta ampliar ainda mais a capacidade de resposta do CBMTO, para que esteja estruturado para realizar ações de verificação da natureza dos focos de calor apontados pelos sistemas de monitoramento e adequadamente aparelhado, com recursos humanos e materiais, para combater todos os incêndios florestais e queimadas não autorizadas identificados.



Sentinelas da Floresta

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Oito municípios do noroeste do estado de Mato Grosso (Aripuanã, Brasnorte, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juara, Juína e Juruena)

BENEFICIÁRIOS

Quatro etnias indígenas (Apiaká, Caiaby, Munduruku e Cinta Larga), agricultores familiares e extrativistas do assentamento Vale do Amanhecer e a Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia (Amca)

OBJETIVO

Fortalecer a cadeia da castanha-do-brasil, desde a coleta até o beneficiamento e comercialização, aumentando a renda das comunidades extrativistas que vivem de produtos florestais no noroeste do estado de Mato Grosso

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 6.528.000,00

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

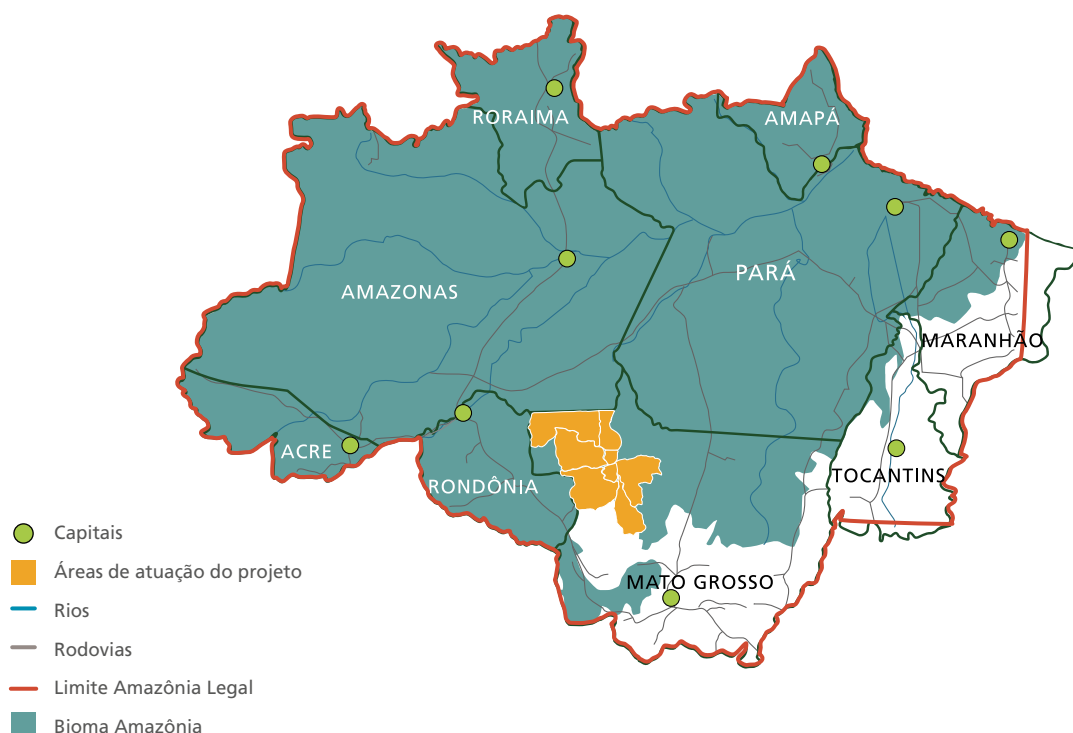
R\$ 5.175.522,50

PRAZO DE EXECUÇÃO

2º trimestre de 2014 ao 3º trimestre de 2018

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	DATA DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA
4.2.2014	17.4.2014	R\$ 5.175.522,50	100%



Contextualização

A região noroeste do estado de Mato Grosso está inserida no chamado arco do desmatamento e caracteriza-se como uma das fronteiras florestais que mais sofrem pressão de desmatamento decorrente de interesses econômicos diversos, tais como a expansão da pecuária e a exploração de minérios e de madeira. Dos oito municípios abrangidos pelo projeto, cinco constavam da lista de municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento na Amazônia (Aripuanã, Colniza, Cotriguaçu, Juara e Juína).⁵⁴

Nessa região, encontram-se também unidades de conservação (UC) da natureza, terras indígenas (TI) e assentamentos da reforma agrária, que constituem corredores de biodiversidade ao longo dos rios Arinos, Juruena, Aripuanã, Guariba e Roosevelt. A conservação dessas áreas é estratégica para a prevenção da degeneração dos recursos hídricos e a proteção da biodiversidade da Amazônia.

As atividades de extração e beneficiamento da castanha-do-brasil nessa região, a partir da riqueza de seus castanhais, configuram-se como uma alternativa econômica para a manutenção da floresta em pé, gerando renda para as populações tradicionais e, ao mesmo tempo, reduzindo a pressão por desmatamento. A castanha-do-brasil, também conhecida como castanha-do-pará, é colhida do fruto (ouriço) da castanheira, que é uma das árvores mais altas da floresta amazônica.

O projeto

Selecionado no âmbito da chamada pública de projetos produtivos sustentáveis do Fundo Amazônia, lançada em 2012, o projeto Sentinelas da Floresta visou fortalecer a cadeia de valor da castanha-do-brasil no noroeste do estado de Mato Grosso, promovendo inclusão social e igualdade de gênero. Atuou em parceria com quatro comunidades indígenas – Associação Comunitária da Aldeia Indígena Mayrob (representante Apiaká), Associação Indígena Kawaiwete (representante Kayabi), Instituto Munduruku (representante Munduruku) e Associação Indígena Pasapkareej (representante Cinta Larga) – e uma organização de mulheres, Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia (AMCA).

O projeto visou o aprimoramento do processo de coleta da castanha-do-brasil – com a construção de barracões de armazenamento e mesas de secagem de castanha-do-brasil nas comunidades extrativistas – e a modernização da capacidade produtiva das unidades de beneficiamento da castanha, com ampliação das fábricas da Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam) e da AMCA. Também foi elaborado um plano de negócio para a expansão do mercado de derivados da castanha-do-brasil; além de capacitação técnica em gestão e em boas práticas de manejo de atividade florestal não madeireira para indígenas, extrativistas e trabalhadores das unidades de beneficiamento.

⁵⁴ http://combateadesmatamento.mma.gov.br/images/conteudo/lista_municipios_prioritarios_AML_2017.pdf

Lógica de intervenção

O projeto insere-se na componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Os efeitos esperados pelo projeto nessa componente foram:

(i) atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade desenvolvidas na região do noroeste de Mato Grosso; (ii) cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado na região noroeste de Mato Grosso; e (iii) capacidades gerencial e técnica ampliadas para o desenvolvimento de boas práticas de manejo de produtos florestais não madeireiros, cooperativismo e gestão de associações na região noroeste de Mato Grosso.

Dessa forma, o projeto visou fortalecer a cadeia de valor da castanha-do-brasil, promovendo a inclusão produtiva dos agricultores familiares, mulheres extrativistas e indígenas, incentivando modelos produtivos que preservam a floresta.

Atividades realizadas

Para facilitar o trabalho de coleta da castanha, foram elaborados mapas dos castanhais da TI Apiaká-Kaybi de Juara e da TI Aripuanã (povo Cinta Larga), em conjunto com os indígenas, com as estradas de acesso, a localização dos barracões construídos pelo projeto, as vias de transporte dos castanhais até os barracões e para fora da floresta. Essas ações visaram reduzir os custos de coleta, aumentando a capacidade de produção e melhorando as condições de trabalho.

Para a etapa de secagem e armazenamento da castanha *in natura*, foram construídos vinte barracões distribuídos entre a TI Apiaká-Kaybi, TI Aripuanã e o Assentamento Vale do Amanhecer, que somam uma área total construída de 1.120m² com capacidade de armazenamento suficiente para estocar, em sua totalidade, 1.100 toneladas de castanha *in natura*.

O projeto adquiriu um conjunto de veículos para auxiliar a logística da produção de castanha na floresta e unidades de beneficiamento, entre os quais: três tratores com carretas, três motocicletas 150 cilindradas, três barcos, três caminhonetes e um caminhão com capacidade de transporte de até vinte toneladas por viagem, para potencializar a coleta e o transporte das castanhas. Como consequência, a cooperativa reduziu seus custos de transporte, como no caso do óleo da castanha distribuído para uma multinacional brasileira de cosméticos, em Benevides (PA), transportado com o caminhão adquirido pelo projeto.

Foram também construídas duas novas fábricas, sendo uma de beneficiamento de castanha para a Coopavam e a outra de produção de macarrão e biscoitos de castanha para a AMCA, com uma área total de 325 m².

Durante o período de execução do projeto, foram aprovadas três certificações orgânicas pela Ecocert⁵⁵ para a TI Aripuanã, a TI Apiaká-Kaybi e para o Assentamento

⁵⁵ A Ecocert é uma empresa de certificação criada na França, em 1991, estabelecida no Brasil desde 2001 e dedicada à inspeção e certificação de produtos da agricultura orgânica.

Vale do Amanhecer, referentes aos anos de 2015, 2016 e 2017. Nesses anos, foram realizadas três inspeções pela certificadora Ecocert na fábrica da Coopavam e nos castanhais das três áreas certificadas, para avaliar as condições de coleta, de armazenamento e de beneficiamento.

Uma nova marca comercial foi criada para os derivados de castanha, denominada Aruí, junção dos termos indígenas *aruanã* (guardiões ou sentinelas) com *impui* (floresta). Nessa marca, foi considerada a união dos povos que atuam há tanto tempo como sentinelas de um patrimônio natural que vem sendo guardado há séculos.

Diversos eventos foram realizados para a integração e capacitação dos participantes do projeto, incluindo indígenas e não indígenas, que se deslocaram das TIs até as cidades dos municípios da região, para a capital do estado e para outros estados, como Rondônia, Tocantins e Acre.

Foram realizados três grandes seminários de economia solidária em Juruena, com temas relacionados às ações do projeto, à cadeia produtiva da castanha-do-brasil e ao fortalecimento institucional de mulheres rurais e indígenas. Esses seminários contaram com a participação de mais de 210 indígenas das quatro etnias, além de representantes da Coopavam e da AMCA. O projeto também organizou um intercâmbio de experiências com outros dois projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, o Reca,⁵⁶ em Rondônia, e a Cooperacre,⁵⁷ no Acre, com a participação de quarenta indígenas e não indígenas.

Dois treinamentos foram realizados com os indígenas da etnia Cinta Larga para uso do secador rotativo, instalado no barracão da cidade de Aripuanã. Também foram realizados treinamentos para os extrativistas sobre boas práticas de manejo, coleta, beneficiamento e secagem de castanha-do-brasil com uso de secador rotativo, além de cuidados na produção orgânica para garantir a certificação Ecocert, envolvendo participantes do projeto no Assentamento Vale do Amanhecer, TI Apiaká-Kaybi e TI Aripuanã.

Para facilitar a aprendizagem de todos os temas abordados durante os treinamentos com os indígenas e agricultores familiares, foi elaborado e distribuído o *Manual de boas práticas de manejo, coleta e beneficiamento da castanha-do-brasil*,⁵⁸ que apresenta detalhadamente todas as informações repassadas, além de um quadro geral com as referências dos aspectos legais e as exigências dos órgãos de controle sanitário, fiscal e de origem do produto.

Simultaneamente, foi realizado o acompanhamento técnico do armazenamento da castanha com casca, com orientações de posicionamento dos sacos, bem como a verificação das condições dos sacos que acondicionam a castanha, com o objetivo de reduzir as possibilidades de contaminação. Tal atividade também visa facilitar o acompanhamento de formação dos lotes, o controle da origem de produção da castanha e a rastreabilidade de toda a linha de produção dos produtos acabados na fábrica.

⁵⁶ <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Concretizar/>

⁵⁷ <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Fortalecendo-a-Economia-de-Base-Florestal-Sustentavel/?contrato>

⁵⁸ <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/acervo-de-projetos-cartilhas-outros/Coopavam-Manual-boas-praticas-Castanha.pdf>

Indicadores de eficácia e de efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. A seguir, apresentam-se os resultados dos principais indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos diretos esperados.

Efeito direto 1.1: atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade desenvolvidas na região do noroeste de Mato Grosso.

- Faturamento anual com atividade econômica de uso sustentável – produtos *in natura* (R\$) (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: R\$ 1,1 milhão/ano

A geração de receitas é um dos principais efeitos esperados dos projetos de produção sustentável. Parte-se da premissa de que a produção ambientalmente sustentável aliada à geração de renda aumenta o interesse e apoio ao uso da terra e da biodiversidade de forma compatíveis com a conservação das florestas. No período de execução do projeto, a receita bruta anual com a venda de castanha *in natura* evoluiu de R\$ 559 mil (2013) para R\$ 1,1 milhão (2018).

Efeito direto 1.2: cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado na região noroeste de Mato Grosso.

- Faturamento anual com atividade econômica de uso sustentável – produtos beneficiados (R\$ mil) (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: R\$ 2,8 milhões/ano

Na análise da evolução desse indicador ao longo da implementação do projeto, constata-se que ocorreu um aumento significativo do faturamento anual com a comercialização de produtos beneficiados pela Coopavam e pela AMCA, que passou de R\$ 441 mil em 2013 para R\$ 2,8 milhões em 2018, ou seja, multiplicou-se por seis. Com o apoio do projeto, foi verificado um incremento total de receita de R\$ 5 milhões. O cálculo desse incremento é feito comparando-se anualmente a receita em um determinado ano com a receita de sua linha de base. Esse incremento anual é somado ao longo dos anos da execução do projeto e, consolidado, representa o incremento de receita resultante do projeto.

Pode-se afirmar que os resultados desse projeto, quanto à geração de ocupação e renda, são diferenciados, tendo abrangido a implementação de atividades extrativistas em TIs e em um assentamento da reforma agrária, além da ampliação da capacidade de beneficiamento de castanha-do-brasil por unidades industriais comunitárias, a certificação, a criação de marca própria e a comercialização exitosa dessa produção.

- Número de indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto (indicador de efetividade)

Meta: 1.500 indivíduos | Resultado alcançado: 2.767 indivíduos

Participaram e se beneficiaram diretamente do projeto Sentinelas da Floresta 2.767 pessoas, das quais 999 mulheres e 1.195 indígenas, além de agricultores familiares.

Efeito direto 1.3: capacidade gerencial e técnica ampliada para o desenvolvimento de boas práticas de manejo de produtos florestais não madeireiros, cooperativismo e gestão de associações na região noroeste de Mato Grosso.

- N° de indivíduos capacitados em boas práticas de manejo de produtos florestais não madeireiros, cooperativismo, gestão de associações e beneficiamento da castanha efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (indicador de efetividade)

Meta: 100 indivíduos | Resultado alcançado: 697 indivíduos

- N° de organizações comunitárias fortalecidas (indicador de efetividade)

Meta: seis organizações | Resultado alcançado: seis organizações

Participaram e foram diretamente beneficiadas pelo projeto duas organizações não indígenas (Coopavam e AMCA) e quatro organizações indígenas: (i) Associação Comunitária da Aldeia Indígena Mayrob (Acaim); (ii) Associação Indígena Kawaiwete; (iii) Instituto Munduruku; e (iv) Associação Passapkareej. Além das organizações comunitárias diretamente envolvidas no projeto, outras três etnias indígenas foram fortalecidas com a parceria para a comercialização da castanha com a Coopavam, a saber: Surui Paiter e Zoró, dos estados de Rondônia e Mato Grosso, e Kayapó (Mebêngôkre), de Novo Progresso, no estado do Pará.

- Melhoria da qualidade da castanha *in natura* (indicador de efetividade)

Meta: índice de aflatoxina 0% | Resultado alcançado: índice de aflatoxina 0%

A castanha-do-brasil é saborosa e tem alto valor nutricional, sendo rica em selênio, proteínas, vitaminas e ácidos graxos insaturados. Apesar de ser um alimento de qualidade, há risco de estar contaminado por micotoxinas (toxinas produzidas por fungos) com efeitos prejudiciais à saúde humana.⁵⁹ O projeto realizou treinamentos sobre boas práticas de higiene e manejo da cadeia produtiva da castanha-do-brasil, nos quais foram apresentadas as possíveis fontes de contaminação da castanha por aflatoxinas e as formas de se evitar a contaminação e proliferação dos fungos. Durante a execução do projeto, foram realizadas análises laboratoriais para identificação de aflatoxinas na castanha-do-brasil que não identificaram a presença de fungos em nível maior que o permitido.

- Número de mulheres exercendo cargos de direção ou coordenação na Coopavam e na AMCA (indicador de efetividade)

Meta: 15 mulheres | Resultado alcançado: 34 mulheres

O projeto buscou potencializar, desde sua concepção, o papel das mulheres no processo produtivo da castanha, sendo que uma das instituições integrantes do projeto é uma

⁵⁹ <https://www.embrapa.br/amazonia-ocidental/busca-de-noticias/-/noticia/1482203/pesquisas-tentam-livrar-castanha-do-brasil-da-contaminacao-por-fungos>

associação de mulheres (AMCA). A partir de uma linha de base de dez mulheres exercendo cargos de direção ou coordenação na Coopavam e na AMCA chegou-se a 34 mulheres com essas atribuições, tendo sido superado o valor previsto para esse indicador (15 mulheres).

Aspectos institucionais e administrativos

O projeto Sentinelas da Floresta foi concebido em parceria com a Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena (Aderjur) e por um grupo de organizações que já trabalhavam em rede desenvolvendo o arranjo produtivo local da castanha-do-brasil no noroeste de Mato Grosso e, portanto, compõe o arranjo institucional desse projeto, a saber: a Coopavam, como instituição aglutinadora responsável pela execução do projeto perante o Fundo Amazônia (BNDES) e cinco instituições parceiras (“aglutinadas”): (i) Associação Comunitária da Aldeia Indígena Mayrob (representante Apiaká); (ii) Associação Indígena Kawaiwete (representante Kayabi), (iii) Instituto Munduruku; (iv) Associação Indígena Pasapkareej (representante Cinta Larga); e (v) AMCA.

A execução do projeto contou com a anuência da Fundação Nacional do Índio (Funai) para realizar atividades comerciais entre a Coopavam e os povos indígenas. No tocante à capacitação e à formação de pessoas, o projeto estabeleceu parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), por meio do Programa SebraeTec, programa nacional para levar inovação para pequenos empreendimentos.

Foram desenvolvidos treinamentos para a formação de pessoas em associativismo e cooperativismo, elaboração de planos de negócios, desenvolvimento de uma nova marca para os produtos, considerando a origem indígena dos produtos e o apelo socioambiental, além da produção de um novo rótulo para a barra de cereais da Coopavam e para a paçoca de castanha da AMCA, além do registro da Coopavam no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), órgão nacional responsável pelo controle da exportação de produtos para outros países.

O projeto também contou com a parceria da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), com a publicação de pesquisas de doutorado, mestrado e trabalhos de conclusão de curso sobre o projeto, sendo que um dos estudos resultou na publicação de um livro sobre ações de boas práticas de coleta e beneficiamento de castanha-do-brasil para distribuição aos participantes do projeto.

Outro parceiro importante foi a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com o apoio financeiro para a formação de estoques de castanha-do-brasil e com o Programa de Aquisição de Alimento (PAA) por meio da aquisição de produtos beneficiados da castanha para o mercado institucional, que alcançou quarenta mil pessoas em oito municípios de Mato Grosso.

Ao longo do projeto também foi estabelecida parceria com a Climate and Land Use Alliance (Clua)⁶⁰ para a criação de um fundo rotativo solidário para apoiar o capital de giro da castanha-do-brasil da rede Sentinelas da Floresta. Por fim, a rede Sentinelas da Floresta foi incluída na Iniciativa Produzir, Conservar e Incluir (PCI) do governo do estado de Mato Grosso, que visa, entre outros, a expansão e o aumento da eficiência da produção agropecuária e florestal, mediante o controle do desmatamento e o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono.

Riscos e lições aprendidas

O projeto Sentinelas da Floresta contou com um conselho gestor que congregou representantes das diversas organizações participantes do projeto. A existência desse conselho possibilitou que as dificuldades encontradas durante a implementação do projeto fossem superadas de forma mais célere e de maneira mais amigável entre as diferentes populações e etnias.

Outro aspecto importante foi a presença *in loco* de uma equipe técnica contratada pelo projeto para auxiliar os indígenas no aprimoramento do processo de coleta e armazenamento da castanha. O contato direto dos técnicos com as comunidades fortaleceu a relação de confiança entre os extrativistas e a cooperativa. Além disso, a Coopavam adotou a estratégia de firmar, no início da safra, contratos entre os extrativistas e a cooperativa com preços e volumes de castanha acordados, o que agilizou o trabalho de coleta e melhorou o planejamento das atividades em campo, reduzindo custos de viagens desnecessárias, com maiores volumes de produto a transportar em cada viagem, aumentando o lucro dos extrativistas.

Como a castanha-do-brasil é um produto oriundo da sociobiodiversidade, sua produtividade é impactada pelas condições climáticas ao longo do tempo. Em especial, durante o projeto, houve uma diminuição da produção das castanheiras na safra 2016-2017 em toda a Amazônia, o que ocasionou a redução dos estoques de castanha da Coopavam e a dificuldade para firmar contratos com clientes, por falta de matéria-prima. Esse problema foi agravado pela presença de compradores intermediários que se espalharam pelo território, aumentando a concorrência para aquisição de matéria-prima. No ano seguinte, observou-se uma forte recuperação da capacidade de produção das árvores, o que ocasionou uma produção acima do normal em toda a Amazônia.

A assimetria entre a oferta e a procura acarretou grandes variações no preço da castanha, que, no caso da Coopavam, pôde ser reduzida em virtude da criação de um mecanismo financeiro que funcionou como um fundo rotativo solidário e que permitiu financiar a aquisição de parte da castanha com juros subsidiados, possibilitando a aquisição de um volume maior de castanha do que o originalmente previsto para a formação de estoques. Outro fator importante para viabilizar a safra foi a diversificação de produtos derivados da castanha, em especial, o óleo de castanha.

⁶⁰ Aliança colaborativa de fundações dedicadas à preservação de florestas e da biodiversidade. Foi criada pelas fundações Ford, Gordon & Betty Moore, David & Lucile Packard e Climate Works.

Sustentabilidade dos resultados

A sustentabilidade dos resultados está relacionada à viabilidade de a cadeia de valor da castanha-do-brasil se manter como principal fonte de renda e melhoria de vida das populações tradicionais que habitam a floresta, constituindo-se uma alternativa ao desmatamento.

As ações de capacitação, com a adoção de boas práticas para a coleta e o manejo da castanha, contribuem para a continuidade das ações, mediante a conscientização e o envolvimento das populações extrativistas na condução das atividades sustentáveis. Ademais, os materiais de divulgação elaborados no âmbito do projeto se constituem em fontes permanentes de consulta, além de colaborarem para a atração de novos clientes e parceiros apoiadores para a região.

Ao longo do projeto, também foi estruturado um plano de negócios, que identifica a visão, missão e os valores da Coopavam, abrangendo uma análise de mercado para os produtos derivados da castanha com potenciais clientes, concorrentes e fornecedores. Entre outras informações, esse plano abrangeu uma análise financeira, com estimativas de investimentos fixos e capital de giro; uma análise operacional, abordando a capacidade produtiva, os processos operacionais e a necessidade de pessoal; e um planejamento das ações de *marketing* para cada um dos produtos derivados da castanha-do-brasil.

O projeto foi exitoso no fortalecimento da cadeia de valor da castanha-do-brasil e a consolidação definitiva desses resultados dependerá da continuidade de investimentos dessa natureza, especialmente mediante a obtenção de novos apoiadores e parceiros. Um desses novos parceiros é a Clua, que, entre 2017 e 2018, apoiou a criação de um fundo rotativo solidário com capital de giro para compra de castanha dos indígenas, com valor total de R\$ 800 mil.

Também foi estabelecida nova parceria com a Partnerships for Forests, que visa melhorar as estratégias de vendas e *marketing* da Coopavam, além de fortalecer a proteção das florestas por meio de planos de manejo territorial indígena.⁶¹ Entre estes e outros apoios menores, o projeto Sentinelas da Floresta vem atraindo investimentos que contribuem para a continuidade do desenvolvimento da cadeia de valor da castanha-do-brasil na Amazônia.



⁶¹ <https://partnershipsforforests.com/partnerships-projects/coopavam-untapping-the-green-power-of-brazil-nuts/>

Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Instituto Socioambiental (ISA)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

A bacia do Rio Xingu com atividades em três sub-regiões: (i) Parque Indígena do Xingu (PIX); (ii) Cabeceiras do Xingu/BR-158; e (iii) Terra do Meio; compreendendo 11 municípios no estado de Mato Grosso e dois municípios no estado do Pará

BENEFICIÁRIOS

Povos indígenas, pequenos agricultores e comunidades extrativistas.

OBJETIVO

Apoiar a estruturação e o fortalecimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade na Bacia do Xingu, abrangendo sementes e mudas florestais, borracha, castanha, pequi e frutas, com populações indígenas, extrativistas e agricultores familiares, visando o aumento da qualidade de vida dessas populações e a produção sustentável, agroflorestal e extrativista

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 8.915.396,00

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 8.023.856,00

PRAZO DE EXECUÇÃO

2º trimestre de 2014 ao 1º trimestre de 2019

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO

3.12.2013

DATA DA CONTRATAÇÃO

20.2.2014

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO

R\$ 8.023.856,00

VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

100%



Contextualização

A bacia do Rio Xingu é um território bastante representativo da diversidade socioambiental e cultural da Amazônia brasileira. Entre os povos tradicionais, são 26 povos indígenas cujos territórios somam 39% da bacia que, em conjunto com as UCs da Terra do Meio, compõem um dos maiores mosaicos de áreas protegidas da Amazônia, abrangendo 28 milhões de hectares (ha), cerca de 60% do total da bacia do rio Xingu. As áreas protegidas desempenham papel fundamental⁶² na contenção do desmatamento na região amazônica, além de promover a manutenção de serviços ambientais, como abastecer o ciclo hidrológico, proteger a biodiversidade e manter os estoques de carbono.

Com vistas ao fortalecimento dessa função ambiental desempenhada pelas áreas protegidas e à promoção da qualidade de vida de suas populações, diversas iniciativas voltadas à produção sustentável de produtos florestais não madeireiros oriundos do extrativismo e da prática agroflorestal têm sido empreendidas, associados a uma crescente exigência dos mercados interno e externo sobre a origem dos produtos.

Embora crescente nos últimos anos, e de importância significativa para as comunidades tradicionais, os produtos da sociobiodiversidade ocupam pequeno espaço na economia formal. A distância dos principais mercados, o acesso limitado ao capital e à informação, infraestrutura deficiente e escassez de pessoal qualificado são alguns dos desafios. Também são necessários aprimoramentos nas tecnologias de plantio, manejo, beneficiamento, armazenamento, controle de qualidade e no tocante aos aspectos regulatórios e legais, sem contar os fatores sociais relacionados à produção comunitária, como organização social e gestão administrativa.

O projeto

O projeto Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu proposto pelo Instituto Socioambiental (ISA) foi selecionado por meio da chamada pública de Projetos Produtivos Sustentáveis do Fundo Amazônia, realizada pelo BNDES em 2012. Essa chamada seguiu o modelo aglutinador em que uma instituição aglutinadora coordena um arranjo integrado de subprojetos de outras organizações, denominadas aglutinadas. Esse projeto envolveu 12 aglutinadas, sendo oito associações comunitárias (indígenas, extrativistas e rurais) e quatro ONGs da área socioambiental.

O objetivo principal foi o desenvolvimento de arranjos institucionais e produtivos agroextrativistas em torno das cadeias de valor de sementes e mudas florestais, da borracha, da castanha-do-brasil, do pequi e de frutas tropicais. Esses arranjos ampliados permitem a construção de soluções mais robustas na busca de conjugar a produção econômica e a conservação ambiental. O projeto também visou o aumento da renda e da qualidade de vida das populações tradicionais e dos agricultores familiares, por meio da produção sustentável agroflorestal e extrativista.

⁶² SOARES-FILHO, B. *et al.* Role of Brazilian Amazon protected areas in climate change mitigation. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, [s.l.], n. 107, v. 24, June 15, 2010. DOI: 10.1073/pnas.0913048107.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Os efeitos diretos esperados pelo projeto na bacia do rio Xingu são: (i) o fortalecimento das atividades de uso sustentável da floresta e de sua biodiversidade; (ii) a agregação de valor nas cadeias dos produtos agroflorestais; (iii) a ampliação das capacidades gerencial e técnica na implantação de sistemas agroflorestais (SAF), na produção agroextrativista e no beneficiamento de produtos agroflorestais; e (iv) a recuperação de áreas desmatadas e degradadas e sua utilização para fins econômicos e de conservação ambiental.

O projeto buscou criar condições para que as atividades econômicas que mantenham a floresta em pé ganhem mais valor, viabilidade e atratividade na bacia do rio Xingu e, dessa forma, contribuam para que as populações que vivem nas florestas e em áreas rurais dessa região continuem a cumprir seu papel na conservação e recuperação das florestas.

Atividades realizadas

O projeto foi realizado em três sub-regiões com características socioambientais distintas, a saber: (i) sub-região do Parque Indígena do Xingu (PIX); (ii) sub-região Cabeceiras do Xingu e BR-158; e (iii) sub-região Terra do Meio.⁶³ As seguintes ações foram realizadas ao longo do projeto:

- Estruturação da cadeia produtiva das sementes florestais no PIX: cadeia produtiva fortalecida com a participação de 150 indígenas, tendo sido construídas quatro casas de sementes e organizada uma publicação sobre o tema.
- Recuperação de pasto degradado por meio do consórcio de pequi; pastos e frutas; e a organização da produção e comercialização do óleo de pequi no PIX: recuperação de 60 ha de pasto degradado e produção e comercialização de óleo de pequi, com aquisição de equipamentos agrícolas tais como trator, grade aradora e distribuidor de sementes e de fertilizantes agrícolas.
- Estruturação e fortalecimento da produção agroflorestal, de sementes e de mudas do povo Xavante: foram construídos um sistema de captação de água, uma casa de sementes e um viveiro de mudas.
- Apoio à produção, armazenamento e comercialização de polpa de frutas congeladas em São Félix do Araguaia (MT), com a reestruturação da fábrica de polpas de frutas, reforma e aquisição de equipamentos, e aquisição de um veículo

⁶³ Terra do Meio é um mosaico de áreas protegidas, localizado bem no centro do estado do Pará, formado pelas reservas extrativistas (Resex) do Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio, a área de proteção ambiental (APA) Triunfo do Xingu, a estação ecológica (Esec) da Terra do Meio, a Resex do Médio Xingu, o Parque Nacional (Parna) da Serra do Pardo e as TIs Cachoeira Seca, Xypaia, Curuaia, cobrindo uma área de 8,48 milhões de ha.

para dar suporte contínuo às famílias assentadas. Para a comercialização foram adquiridos 14 *freezers* e produzido materiais de apoio às vendas.

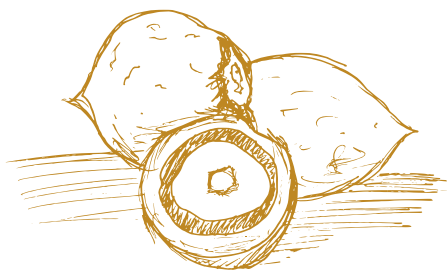
- Estruturação da cadeia produtiva das sementes florestais em São Félix do Araguaia (MT): foi construída a casa de sementes de São Félix do Araguaia, com a aquisição de equipamentos e insumos, além de adequações na sala de beneficiamento.
- Estruturação da cadeia produtiva das sementes florestais e produção de mudas para o plantio de SAFs em Porto Alegre do Norte (MT) e Canabrava do Norte (MT) por meio de: (i) melhorias na casa de sementes e a adequação da estrutura do viveiro de mudas; e (ii) capacitações e eventos integradores com os coletores de sementes.
- Produção, armazenamento e comercialização de polpas de frutas congeladas no assentamento Brasil Novo em Querência (MT): a fábrica de polpas foi reformada e foi construído um viveiro de mudas, o que permitiu a produção de cerca de 3 mil mudas/ano, que foram plantadas nos lotes dos agricultores do assentamento Brasil Novo.

As ações a seguir foram realizadas conjuntamente na sub-região Terra do Meio, de acordo com uma estratégia territorial compartilhada pelas associações extrativistas – Associação Agroflorestal Sementes da Floresta (Aasflor), Associação dos Moradores Extrativistas do Rio Iriri – Maribel (Aerim), Associação de Moradores da Resex do Xingu (Amomex), Associação de Moradores da Resex do Riozinho do Anfrísio (Amora) e Associação de Moradores da Resex do Rio Iriri (Amoreri), que envolveu a estruturação de miniusinas e cantinas com o respectivo sistema de capital de giro, gerenciados pelas comunidades, além da promoção de parcerias comerciais para a venda da produção.

- Foram construídas três miniusinas, nas comunidades Praia Grande (Amora), Baliza (Amomex) e São Lucas (Amoreri), tendo sido adquiridos os equipamentos necessários para seu funcionamento. Foram realizados diversos processos de treinamento, que permitiram que os comunitários iniciassem a produção de castanha-do-brasil, farinha de mesocarpo do babaçu e óleos vegetais.
- Foram montadas vinte cantinas com o respectivo sistema de capital de giro nas três reservas extrativistas da região, que comercializaram nove produtos. Esse sistema possibilitou a liberdade de escolha das atividades desenvolvidas pelas comunidades, trazendo opções de geração de renda ao longo de todo o ano.
- O processo de estruturação do selo Origens Brasil aumentou as possibilidades de negociação para as comunidades da região. Foram iniciadas ou fortalecidas parcerias com diversas empresas para a comercialização de óleo de copaíba, látex, castanha-do-brasil, mesocarpo do babaçu e artesanato.

Entre as ações transversais do projeto, destacam-se:

- A consolidação da Rede de Sementes do Xingu nos estados de Mato Grosso e Pará, atuando em 17 municípios na região Xingu/Araguaia com seiscentos coletores associados, entre indígenas e agricultores familiares.
- A implementação de piloto de certificação de origem na Bacia do Xingu, com a estruturação da iniciativa Origens Brasil.⁶⁴ O selo Origens Brasil visa gerar transparência e consciência sobre a origem da produção, lançando luz ao valor das histórias das pessoas, dos territórios e das conexões responsáveis entre quem produz e quem compra. Esse tipo de selo gera valor adicionado para os produtos certificados.
- O estabelecimento de parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), *campus* de Nova Xavantina, na montagem de um laboratório de análise de sementes nativas resultou em melhorias da qualidade das sementes coletadas e comercializadas.
- A melhoria dos aspectos técnicos na produção e comercialização das sementes florestais no Xingu, mediante a realização de encontros anuais da Rede de Sementes, eventos de intercâmbio, expedições e oficinas de coletores especialistas, bem como a elaboração de materiais gráficos, livros e cartilhas que têm como público os coletores da rede, além de servir como orientação para coletores de outras redes de sementes nativas.
- O estabelecimento de novas parcerias comerciais e a elaboração de guia de critérios de negociação entre populações tradicionais e empresas, com a criação de um banco de dados, para melhor organizar e prospectar novos contatos comerciais, com informações acerca do mercado potencial e da produção disponível das comunidades extrativistas. Durante o projeto foram realizados encontros e conversas com empresas com potencial de parceria, destacando-se a parceria comercial estabelecida com uma grande empresa fabricante de pães e alimentos em geral, que passou a adquirir castanha-do-brasil das reservas extrativistas da Terra do Meio e colocou o selo “Origens Brasil” nos pães que fabrica com esse insumo.



⁶⁴ <https://www.origensbrasil.org.br/>

Indicadores de resultados e impactos

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Efeito direto 1.1: atividades de uso sustentável da floresta e da biodiversidade fortalecidas na Bacia do Rio Xingu.

Efeito direto 1.2: cadeias dos produtos agroflorestais com valor agregado ampliado na Bacia do Rio Xingu.

Os principais indicadores pactuados para o monitoramento desse objetivo foram:

- Faturamento anual com atividade econômica de uso sustentável – produtos *in natura* (R\$) (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: R\$ 483 mil/ano

- Faturamento anual com atividade econômica de uso sustentável – produtos beneficiados (R\$ mil) (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: R\$ 189 mil/ano

Na análise da evolução desses indicadores ao longo da implementação do projeto, constata-se que ocorreu um aumento de 53% no faturamento do conjunto dos produtos comercializados, sendo que o faturamento dos produtos beneficiados mais que quadruplicou quando se compara a linha de base (2013 – anterior às ações do projeto) com o último ano medido (2017). Com o apoio do projeto foi verificado um incremento de receita de R\$ 682 mil, sendo que o cálculo desse incremento é feito comparando-se anualmente a receita em um determinado ano com a receita de sua linha de base. Esse incremento anual é somado ao longo dos anos da execução do projeto e, consolidado, representa o incremento de receita resultante do projeto.

- Nº de agricultores que acessaram os mercados institucionais – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) ou a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) (indicador de efetividade)

Meta: 30 | Resultado alcançado: 2

Esse indicador não atingiu sua meta, com desempenho bastante inferior ao almejado. Não obstante, duas das aglutinadas que participaram do projeto (Aasflor e Ansa) firmaram parceria com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Outras quatro associações extrativistas que participaram do projeto estavam, ao fim do projeto, em vias de acessar o Pnae e fornecer farinha de babaçu para prefeituras da região.

- Número de parcerias comerciais estabelecidas (indicador de efetividade)

Meta: 2 | Resultado alcançado: 6

Esse indicador apresenta o resultado de uma iniciativa inovadora que compreendeu a implementação da certificação de origem das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade apoiadas pelo projeto com a prospecção e o estabelecimento de

novas parcerias comerciais que valorizem os serviços socioambientais prestados pelas populações tradicionais. As parcerias comerciais estabelecidas abrangeram empresas de perfumaria, produtos de borracha, panificação, produtos naturais, comercialização de artesanato e uma das maiores cadeias de supermercados do país (comércio varejista).

Efeito direto 1.3: capacidades gerencial e técnica ampliadas na Bacia do Xingu para a implantação de SAFs, produção agroextrativista e beneficiamento de produtos agroflorestais.

Os principais indicadores pactuados para o monitoramento desse efeito foram:

- N° de indivíduos capacitados em manejo de sementes nativas, atividades de manejo florestal e produção agroextrativista efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (indicador de efetividade)
Meta: 980 | Resultado alcançado: 1.327
- Número de famílias beneficiadas com assistência técnica (indicador de eficácia)
Meta: 480 | Resultado alcançado: 1.642

Esses dois indicadores demonstram bons resultados em um tema central para o sucesso de iniciativas de produção sustentável na Amazônia, que são a capacitação e a prestação de assistência técnica. Eles buscam verificar o enfrentamento de dois desafios nesse tema, que são a efetiva utilização das capacidades adquiridas, e a prestação continuada de assistência técnica para as famílias durante a execução do projeto. São aspectos que, estando contemplados, promovem a sustentabilidade econômica e ambiental dessas iniciativas.

Efeito direto 1.4: áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação na Bacia do Xingu.

Os principais indicadores pactuados para o monitoramento desse efeito foram:

- Área reflorestada com sementes e mudas comercializadas pela Rede de Sementes do Xingu (indicador de efetividade)
Meta: 60 ha | Resultado alcançado: 2.046 ha
- Quantidade de mudas produzidas (indicador de eficácia)
Meta: 12.000 | Resultado alcançado: 19.200

As atividades de reflorestamento e de produção de mudas podem ter finalidades produtivas e de recuperação ambiental e, além disso, são importantes para promoção das cadeias de produção de sementes e mudas de espécies nativas. A meta inicial, 60 ha de área reflorestada, contemplava apenas o reflorestamento efetuado diretamente no âmbito do projeto, com o plantio de pequis para recuperação de um pasto abandonado pelos índios Kisêdjê, que foi realizada a contento. A diferença em relação ao resultado final de 2.046 ha se refere à área estimada reflorestada com as sementes e mudas vendidas pela Rede de Sementes do Xingu no âmbito do projeto. Mais importante do que o resultado final em hectares reflorestados é o fortalecimento da cadeia de produção e venda de sementes, principal insumo para a atividade de reflorestamento.

O bom resultado na produção de mudas também é reflexo do investimento em ampliação e melhorias de viveiros, o que cria uma base de produção importante para expansão das atividades de reflorestamento na região, seja por projetos como esse, seja também por prefeituras e proprietários rurais.

Aspectos institucionais e administrativos

O Instituto Socioambiental executou parte das atividades do projeto e também coordenou as atividades de campo do projeto Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu mediante um conjunto de 12 instituições, conforme tabela a seguir.

TABELA 26 | INSTITUIÇÕES AGLUTINADAS PELO PROJETO

	Organizações parceiras	Atividades principais	Sub-região
1	Associação de Moradores da Resex do Rio Iriri (Amoreri)	Sementes florestais, mudas, óleos, castanha-do-brasil e borracha	Terra do Meio, Altamira (PA)
2	Associação de Moradores da Resex do Riozinho do Anfrísio (Amora)	Sementes florestais, mudas, óleos, castanha e borracha	Terra do Meio, Altamira (PA)
3	Associação de Moradores da Resex do Xingu (Amomex)	Sementes florestais, mudas, óleos, castanha-do-brasil e borracha	Terra do Meio, Altamira (PA)
4	Associação dos Moradores Extrativistas do Rio Iriri – Maribel (Aerim)	Óleos, castanha-do-brasil e borracha	Terra do Meio, Altamira (PA)
5	Associação Agroflorestal Sementes da Floresta (Aasflor)	Óleos, castanha-do-brasil e borracha	Terra do Meio, Altamira (PA)
6	Associação Comunitária Agroecológica Estrela da Paz (Acaep)	Sementes florestais, mudas e polpas de frutas	Cabeceiras do Xingu/BR-158 (MT)
7	Associação Terra Viva de Agricultura Alternativa e Educação Ambiental (ATV)	Sementes florestais e mudas	Cabeceiras do Xingu/BR-158 (MT)
8	Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (Ansa)	Sementes florestais, mudas e polpas de frutas	Cabeceiras do Xingu/BR-158 (MT)
9	Operação Amazônia Nativa (Opan)	Sementes florestais e mudas	Cabeceiras do Xingu/BR-158 (MT)
10	Associação Indígena Kisêdjê (AIK)	Sementes florestais, mudas, óleos, castanha e borracha	PIX – Mato Grosso
11	Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng (Aimci)	Sementes florestais e mudas	PIX – Mato Grosso
12	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)	Certificação, parcerias comerciais e monitoramento	Todas

Tendo em vista a ampla abrangência territorial e o grande número de instituições participantes, o projeto Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu envolveu uma demanda elevada para sua gestão administrativa e para a articulação institucional. Como o projeto desenvolveu muitas de suas atividades em UCs e TIs, houve a necessidade recorrente de consultar os órgãos gestores dessas áreas protegidas (Funai, ICMBio, Ibama e outros), além de parcerias com as prefeituras de alguns municípios.

Como a instituição executora já havia trabalhado em parceria com as instituições aglutinadas em projetos anteriores, a gestão desse projeto foi beneficiada, pois já havia uma experiência prévia que favorece o estabelecimento de uma relação de confiança. Um dos desafios do projeto foi buscar a troca de experiências entre comunidades com diferentes perfis, como indígenas, extrativistas e pequenos agricultores já que, geralmente, os projetos socioambientais atuam somente com um grupo social.

Outro aspecto institucional de destaque no projeto diz respeito às ações desenvolvidas por uma das instituições aglutinadas, o Imaflora. Sendo uma instituição especializada em certificação florestal com experiência em boas práticas de manejo florestal e populações tradicionais, sua participação no projeto, diferentemente das demais aglutinadas que atuaram mais voltadas às atividades de campo, teve um caráter transversal no apoio ao fortalecimento das cadeias produtivas, por meio da criação de mecanismos que valorizem a produção local respeitando suas particularidades. O escopo de atuação do piloto de certificação de origem da região do Xingu abarcou todas as sub-regiões do projeto com foco maior no PIX e na Terra do Meio, onde havia cadeias produtivas sustentáveis mais desenvolvidas.

Riscos e lições aprendidas

As parcerias entre as instituições que integraram o projeto já estavam em curso antes de sua execução, o que foi positivo para a gestão compartilhada de um projeto complexo com tantos atores, além de possibilitar a ampliação de uma estratégia que já estava em andamento. Avançar na consolidação de cadeias de produtos da bioeconomia em territórios isolados leva um tempo que geralmente ultrapassa a duração de um projeto, necessita de um processo continuado de articulação, o estabelecimento de parcerias e a busca constante por melhorias nas condições dos territórios.

Com as comunidades indígenas participantes do projeto, um dos desafios foi a coordenação de processos que eram executados dispersamente em muitas localidades de etnias diferentes. Para enfrentar essa questão, foi estabelecida uma dinâmica com representantes de cada comunidade que possibilitou maior comunicação entre as partes.

Já na sub-região da Terra do Meio, um aprendizado importante se deu a partir do estabelecimento de uma cesta de produtos com processos de comercialização claros por meio da criação das cantinas comunitárias, com o capital de giro para dar liquidez e as parcerias comerciais que trouxeram segurança na destinação da produção extrativista. Isso permitiu maior liberdade de escolha para os comunitários das atividades a serem priorizadas, com opções de geração de renda ao longo de todo o ano e alternativas em caso de baixa produtividade de um determinado produto.

Um importante gargalo que foi identificado, principalmente para a cadeia da castanha-do-brasil, é a necessidade de capital de giro para a compra antecipada da safra. No momento do projeto, o volume comercializado ficou condicionado ao capital de giro disponibilizado pelas instituições que apoiam as comunidades. Esse é um ponto que precisa ser enfrentado e solucionado para garantir a consolidação dessas cadeias produtivas.

Outra lição aprendida decorre do fato de a rede de sementes do Xingu trabalhar em vários municípios da região, possibilitando que espécies que estejam com dificuldades de produção em uma localidade sejam supridas por outras localidades, garantindo estabilidade na entrega das sementes, já que um dos métodos de plantio para recuperação de áreas degradadas se utiliza da técnica denominada “muvuca de sementes”, que envolve o plantio direto conjunto de uma grande variedade de sementes a partir das técnicas e conceitos da agroecologia.

Sustentabilidade dos resultados

As cadeias de produtos da sociobiodiversidade têm desvantagens competitivas quando comparadas aos plantios comerciais contemporâneos e a produtos sintéticos. Tal fato leva à necessidade de ações inovadoras para a agregação de valor aos produtos da floresta, sendo que o projeto apoiou iniciativas como o selo Origens Brasil, que permite dar valor aos serviços socioambientais associados aos produtos, bem como o desenvolvimento e a implantação de tecnologias como as miniusinas de óleos, que adotam soluções tecnológicas compatíveis com a realidade e os saberes das comunidades beneficiadas, contribuindo dessa forma para viabilizar sua sustentabilidade econômica.

Cabe destacar que a estruturação de relações de longo prazo nas cadeias de valor dos produtos da sociobiodiversidade geram aprendizados em toda a cadeia: (i) na gestão e organização social das comunidades no âmbito local e no âmbito territorial por meio da gestão integrada do território; e (ii) no maior entendimento das empresas sobre seus insumos e fornecedores, passando estas a entender melhor a dinâmica da floresta, do extrativismo e das populações tradicionais e indígenas. Promove-se, assim, um ganho de gestão e responsabilidade em toda a cadeia que possibilita que iniciativas inovadoras permaneçam competitivas ante os diversos desafios a serem superados.

Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Terra Indígena (TI) Kaxinawá do Rio Humaitá e TI Rio Gregório (Município de Tarauacá), TI Alto Rio Purus (Municípios de Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano) e TI Arara do Igarapé Humaitá (Município de Porto Walter), no estado do Acre

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	DATA DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA
11.8.2015	29.12.2015	R\$ 3.091.111,21	100%

BENEFICIÁRIOS

Populações indígenas que habitam as quatro TIs apoiadas pelo projeto

OBJETIVO

Fortalecer a produção sustentável, a cultura e o modo de vida das TIs Kaxinawá do Rio Humaitá, Arara do Igarapé Humaitá, Rio Gregório e Alto Rio Purus, no estado do Acre, por meio da organização e promoção da cadeia de valor de produtos agroflorestais e da assistência técnica indígena

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 3.091.111,21

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 3.091.111,21

PRAZO DE EXECUÇÃO

1º trimestre de 2016 ao 2º trimestre de 2019



Contextualização

O histórico de desmatamento na Amazônia Legal, quando analisado por categorias fundiárias (segundo dados do Inpe divulgados pelo MMA⁶⁵), evidencia que as TIs e as UCs de proteção integral são as categorias fundiárias com as menores taxas de desmatamento. É notória, portanto, a centralidade das áreas protegidas, em especial as TIs, na estratégia de controle do desmatamento. Para que as TIs possam permanecer como vetores de preservação da floresta, é estratégico que disponham de uma estrutura de apoio que proteja a integridade dessas terras, reduzindo as pressões de desmatamento em prol da conservação da biodiversidade e das funções climáticas de seus recursos florestais.

A Comissão Pró Índio do Acre (CPI-AC), responsável pelo projeto, é uma associação civil criada em 1979 que se destaca por sua atuação na formulação e articulação de políticas públicas estaduais e nacionais relacionadas aos povos indígenas, especialmente no que tange à gestão territorial e ambiental das TIs e à educação intercultural e bilíngue. Desde 1997, a CPI-AC mantém o Centro de Formação dos Povos da Floresta na zona rural de Rio Branco, no qual conduz atividades de capacitação, com dois currículos aprovados pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Acre, formando professores e agentes agroflorestais indígenas.

O projeto

O projeto Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre foi selecionado no âmbito da chamada pública Apoio a Projetos Produtivos Sustentáveis, lançada pelo Fundo Amazônia em 2012. Essa chamada visou promover a formulação e apresentação de projetos orientados ao desenvolvimento de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade que aglutinassem iniciativas de pequeno porte com comunidades tradicionais e produtores familiares.

O projeto abrangeu quatro TIs no estado do Acre e foi implementado em parceria com as associações indígenas locais representativas de seus habitantes. Visou organizar e promover a cadeia de valor de produtos agroflorestais, abrangendo: (i) a implantação e o enriquecimento de SAFs; (ii) a implementação de meliponicultura (criação de abelhas silvestres sem ferrão); (iii) a implantação de criação e manejo de quelônios e peixes; (iv) a implantação de casas de farinha e de uma moenda de cana-de-açúcar; e (v) o aprimoramento do artesanato indígena.

No âmbito do projeto também foi prestada assistência técnica e foram formados agentes agroflorestais indígenas, com o apoio da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (Amaaiac). O agente agroflorestal indígena desempenha um importante papel na gestão territorial e ambiental em sua comunidade, realizando trabalho de assistência técnica e extensão rural nas aldeias,

⁶⁵ Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/616-preven%C3%A7%C3%A3o-e-controle-do-desmatamento-na-amaz%C3%B4nia>

ajudando as comunidades indígenas na proteção, na recuperação, na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais.

Foi ainda desenvolvida ação de articulação para fornecer produtos das TIs para a merenda escolar no âmbito do PAA e do Pnae.

Lógica da intervenção

O projeto se insere na componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, na qual se conjugam os esforços de produção com a conservação ecológica. Foram definidos três efeitos diretos esperados a partir da implementação do projeto, a saber: (i) atividades econômicas de uso sustentável da floresta, agrofloresta e da biodiversidade desenvolvidas; (ii) cadeias de produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado; e (iii) agentes agroflorestais indígenas fortalecidos e capacitados para a prestação de assistência técnica e extensão rural em atividades econômicas de uso sustentável da floresta, agrofloresta e da biodiversidade.

O projeto buscou contribuir para que atividades que mantêm a floresta em pé tenham atratividade econômica e constituam alternativa ao desmatamento nas TIs. Com as ações realizadas foram fortalecidas cadeias produtivas ambientalmente sustentáveis, gerando alimentos, ocupação e renda, bem como sequestrando carbono com a ampliação da cobertura vegetal por meio da implantação e enriquecimento de SAFs, o que contribui para o objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia”.

Atividades realizadas

Foram implantados 42 ha de SAFs em áreas desmatadas e enriquecidos outros 196 ha de SAFs, perfazendo um total de 238 ha de área recuperada em utilização para fins econômicos. Os SAFs associam atividades econômicas sustentáveis com a reconstituição florestal de áreas degradadas, resultando em uma floresta produtiva.

A ação de implantação e enriquecimento de SAFs incluiu a prestação de assessoria técnica nas comunidades das quatro TIs, para apoio às atividades de plantio, enriquecimento e manejo dessas áreas. No âmbito dessa ação foram ainda:

- (i) distribuídos *kits* de ferramentas agroflorestais e roçadeiras para 41 aldeias;
- (ii) construídos 31 viveiros e produzidas 13 mil mudas de 21 espécies frutíferas; e
- (iii) adquiridos e entregues cinco barcos para escoamento da produção.

A implementação de meliponicultura compreendeu a realização de oficinas para a capacitação dos indígenas nessa atividade produtiva. Foram instaladas 201 caixas de abelhas (130 já em produção), bem como atividades práticas de captura, transferência de enxames, multiplicação de enxames e instalação de meliponários.

Para a implantação do manejo de quelônios e peixes foram construídos por mutirão três açudes na TI Kaxinawa do Rio Humaitá e um açude na TI Alto Rio Purus. Esses quatro novos açudes e os seis açudes já existentes na TI Alto Rio Purus foram estruturados com

o fornecimento de alevinos de quatro espécies amazônicas, ração inicial para criação de alevinos e quelônios e 14 *kits* para produção de ração. Assim, ao fim do projeto, alcançou-se o resultado de dez açudes com criação manejada de quelônios e/ou peixes.

Foram instaladas 118 casas de farinha em três das quatro TIs beneficiadas pelo projeto e uma moenda de cana-de-açúcar na TI Arara do Igarapé Humaitá. A produção de farinha visa garantir a segurança alimentar das comunidades indígenas, destinando-se o excedente ao comércio mediante programas de merenda escolar do governo e venda nas comunidades e municípios vizinhos.

Originalmente estava prevista a instalação de um número menor de casas de farinha (total de vinte), todavia, por proposta das lideranças indígenas, foi decidido substituir a construção das casas de alvenaria centralizadas nas aldeias por *kits* de farinha por demanda de cada comunidade, atendendo diretamente a um número maior de famílias. Dessa forma, as famílias ficaram responsáveis por fazer uma estrutura tradicional para a casa de farinha e o projeto forneceu as ferramentas e o maquinário instalado nessas estruturas tradicionais.

Para o aprimoramento do artesanato indígena, foi realizada uma oficina de artesanato e beneficiamento de sementes, com duração de cinco dias na TI Rio Gregório, visando potencializar o trabalho que as mulheres Yawanawa já realizam. Essa oficina, com a participação de 42 indígenas, foi mediada por três especialistas das áreas de beneficiamento e tecnologia de sementes, estamparia, tecelagem, *design* de artesanato e desenvolvimento de produto. Também foram fornecidas ferramentas e máquinas que permitem beneficiar sementes para a confecção de artesanato.

Para a prestação de assistência técnica, foram contratados em caráter permanente quatro agentes agroflorestais indígenas, em parceria com a Amaaiac, e, pontualmente, consultores, quando necessário conhecimento técnico mais específico. Esses agentes agroflorestais indígenas, além das atividades de assistência técnica, participaram da produção de mudas, plantios e manejo dos SAFs, bem como apoiaram o planejamento e monitoramento das atividades do projeto.

Para a formação de agentes agroflorestais indígenas foram ministrados dois cursos técnicos, sendo um com 39 participantes (com carga horária de 250 horas) e outro com trinta participantes (com 312 horas). Os participantes vieram de nove povos indígenas de 17 TIs. Nesses cursos foram ministrados conhecimentos em agroflorestas; criação e manejo de animais – quelonicultura e meliponicultura; horta orgânica; ecologia indígena; história e arqueologia indígena; matemática; informática e outros.

O projeto promoveu a articulação para fornecimento de produtos oriundos das TIs para merenda escolar no âmbito dos programas PAA e Pnae, mediante a realização de diagnóstico da produção das aldeias e da situação da merenda escolar nas TIs, além de reuniões com as prefeituras municipais e esforços de conscientização das comunidades quanto à necessidade de organizar a produção (planejando e prevendo o que poderiam fornecer ao longo do ano). O principal resultado obtido foi na TI Alto Rio Purus, que conta com quatro escolas com merenda regionalizada que estão sendo abastecidas com a produção local de alimentos.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “produção sustentável” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Efeito direto 1.1: atividades econômicas de uso sustentável da floresta, agrofloresta e da biodiversidade desenvolvidas

Efeito direto 1.2: cadeias de produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado

Os principais indicadores pactuados para o monitoramento desses objetivos foram:

- Faturamento anual com atividade econômica de uso sustentável – produtos *in natura* (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: R\$ 78.500,00

- Faturamento anual com atividade econômica de uso sustentável – produtos beneficiados (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: R\$ 409.121,00

Foram comercializados, como resultado das ações do projeto, produtos agroflorestais, a saber: banana, abacaxi, coco, laranja, melancia, açaí, macaxeira e milho. Todavia, a principal receita foi gerada pelas atividades que agregaram algum valor aos produtos *in natura*, como a comercialização de farinha de mandioca. A linha de base dos produtos *in natura* e beneficiados (ano de 2015) foi, respectivamente, R\$ 20.000,00 e R\$ 84.500,00. Os resultados alcançados referem-se ao ano de 2017. Vale mencionar que a parte da produção que é consumida pelos próprios indígenas (segurança alimentar) não foi medida por este indicador, por não ser comercializada.

- Área recuperada utilizada para fins econômicos (indicador de efetividade)

Meta: 170 ha | Resultado alcançado: 238 ha

As áreas desmatadas recuperadas por meio de implantação ou enriquecimento de SAFs contribuíram para diversificar a alimentação das famílias indígenas, garantindo sua segurança alimentar mediante a produção de alimentos e a geração de renda com a comercialização dos excedentes.

Efeito direto 1.3: capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade

- Indígenas capacitados para a prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: 88

O resultado alcançado – 88 capacitados – abrange os indivíduos que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos, que foram capacitados nos dois cursos de formação de agentes agroflorestais indígenas e nas demais atividades de capacitação promovidas pelo projeto (intercâmbios e assessorias).

Aspectos institucionais e administrativos

Foram estabelecidas parcerias com quatro associações indígenas, representantes dos povos indígenas das quatro TIs beneficiadas pelo projeto, a saber: (i) Organização do Povo Indígena Huni Kuin do Alto Rio Purus (Opiharp); (ii) Associação Sociocultural Yawanawa (Ascy); (iii) Associação Povo Shawadawa do Igarapé Humaitá (APSIH); e (iv) Associação do Povo Indígena do Rio Humaitá (ASPIRH).

Os representantes dessas associações participaram do planejamento e de parte da execução das atividades do projeto em suas TIs. Esses representantes também participaram de seu monitoramento, acompanhando o trabalho do agente agroflorestal indígena contratado para cada TI e participando das reuniões de acompanhamento e avaliação do projeto ao longo de sua implementação. A realização de reuniões de acompanhamento e avaliação do projeto a cada nova etapa de sua execução também contribuiu para desenvolver a capacidade organizacional das associações indígenas parceiras.

Foi realizada parceria com a Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção (Seaprof) do estado do Acre, para apoio no transporte entre municípios dos materiais a serem levados para as TIs e para cessão de um técnico especialista em piscicultura e um técnico especialista em meliponicultura que mediarão oficinas temáticas no âmbito do projeto.

Riscos e lições aprendidas

A despeito dos relevantes resultados alcançados pelo projeto, apontam-se alguns desafios enfrentados cujas medidas corretivas vislumbradas podem ser entendidas como aprendizados e recomendações para projetos similares.

Para implantar a criação e o manejo de quelônios e peixes foram construídas quatro barragens em duas das quatro TIs beneficiadas com ações do projeto. As atividades previstas foram executadas com atraso, em face do demorado processo para obtenção da manifestação do órgão ambiental competente sobre seu licenciamento ambiental.

A lição que ficou é a recomendação de que, quando um projeto prevê atividades que necessitem iniciar um processo de licenciamento ambiental (mesmo que seja para ser dispensado desse licenciamento), é importante começar o quanto antes as articulações com os órgãos competentes para não comprometer a execução da atividade.

O objetivo de desenvolver a cadeia de valor do mel foi atingido parcialmente, pois o projeto concentrou maiores esforços na capacitação e instalação de meliponários, ou seja, em algumas das etapas da cadeia, porém não se aprofundou no desenvolvimento do produto para comercialização.

A perspectiva é de que a criação de abelhas e produção de mel evolua, em virtude do grande interesse demonstrado pelos indígenas e da facilidade deles para aprender a manejar as abelhas nativas. O desafio maior será a comercialização do mel, pois há normas sanitárias específicas para que possa ser comercializado. Não obstante, as famílias indígenas e as crianças ganharam no tema de segurança alimentar, pois, com o projeto, ampliou-se seu acesso a esse alimento nutritivo e medicinal.

A equipe responsável pela execução do projeto percebeu a necessidade de envolver mais a equipe administrativa no planejamento de suas atividades, para que tivessem melhor entendimento sobre os materiais a serem adquiridos para a execução das atividades previstas.

Uma prática positiva adotada pelo projeto, motivada pela precária logística da Amazônia, é criar condições para que a realização das atividades dependa o mínimo de insumos externos. Na implantação dos SAFs, uma das medidas adotadas foi investir na produção de mudas nas próprias TIs beneficiadas pelo projeto, dessa forma diminuindo a necessidade de trazer mudas de longe.

Essa estratégia contornou a dificuldade de encontrar mudas frutíferas nos municípios próximos das TIs, bem como encurtou o trajeto entre os viveiros e as áreas de SAF, reduzindo o desafio do transporte fluvial, que precisa respeitar diversas variáveis, como o peso nas embarcações, o nível da água nos rios e os danos provocados às mudas pelo sol e vento durante seu transporte.

Também é importante incluir e manter diálogo constante com os representantes das comunidades beneficiárias, consultando-os e pensando estratégias conjuntas para superar desafios e/ou tornar mais eficiente alguma proposta. Por exemplo, a atividade com os SAFs se deu de forma diferente do previsto, no que se refere à dimensão do plantio por TI, em decorrência da observância, ao longo do projeto, da vocação de cada comunidade e da respectiva demonstração de empenho para determinada atividade, o que foi se revelando com a evolução das atividades. Essa é uma leitura importante e sensível que projetos dessa natureza devem nutrir, buscando o equilíbrio entre a promoção de novas práticas e o respeito aos desígnios próprios de cada comunidade.

Em relação aos programas de compras governamentais PAA e Pnae, não foi possível realizar, de forma ampla, o cadastramento dos produtores indígenas interessados em comercializar. Para acessar esses programas é necessário obter uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). E a emissão de DAP não se efetivou para a maioria das TIs em razão de dificuldades operacionais, como disponibilidade de sistema e técnicos capacitados pelos municípios para atendimento à população indígena, além das exigências de requisitos mínimos não aderentes à realidade local. A emissão de DAP foi possível apenas no município de Santa Rosa do Purus, para alguns dos beneficiários do projeto, permitindo a comercialização da produção para a merenda escolar.

Sustentabilidade dos resultados

O projeto teve o mérito de beneficiar diretamente 974 indígenas, dos quais 362 mulheres. Entre os principais impactos observados, destacam-se o aumento da produção agroflorestal, a ampliação do beneficiamento da mandioca, a comercialização desses produtos, a capacitação das famílias indígenas para novas atividades produtivas e a formação de agentes agroflorestais indígenas. Estima-se que esses impactos positivos sejam sustentáveis, pois além de garantir a segurança alimentar proporcionam também uma alternativa econômica.

O investimento inicial em insumos, ferramentas e máquinas potencializaram a produção agroflorestal e as demais atividades produtivas apoiadas pelo projeto, que foram também beneficiadas por assistência técnica e capacitação.

Foram também aplicados esforços para que as associações indígenas e as famílias beneficiadas entendessem a importância de serem responsáveis por todos os bens materiais que lhes foram concedidos, assegurando seu bom uso e a adequada manutenção. Um dos desafios é que percebam, ao longo do tempo, a necessidade de reinvestir recursos nas ferramentas e nos insumos necessários para seguir com a produção fortalecida, garantindo a sustentabilidade dessas atividades produtivas e sua autonomia econômica.



Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Toda a Amazônia Legal

BENEFICIÁRIOS

Toda a população da Amazônia Legal

OBJETIVO

Apoiar as atividades do Ibama de fiscalização ambiental e controle do desmatamento na Amazônia Legal

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 56.295.964,63

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 56.295.964,63

PRAZO DE EXECUÇÃO

4º trimestre de 2016
ao 2º trimestre de 2019

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	DATA DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA
19.10.2016	3.11.2016	R\$ 56.295.964,63	100%



Contextualização

Desde a criação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), o Brasil conseguiu reduzir consideravelmente as taxas de desmatamento na Amazônia. Sua elaboração, em 2004, contou com a colaboração de diversos ministérios, além de representantes da sociedade civil e dos estados amazônicos, sendo sua implementação coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

De acordo com a avaliação da segunda fase do PPCDAm, concluiu-se que a queda no desmatamento foi decorrente, principalmente, das ações realizadas no eixo monitoramento e controle ambiental, dentre as quais se destacam as ações de fiscalização ambiental efetuadas pelo Ibama.

Para a realização das atividades de fiscalização ambiental são necessários meios de transporte adequados a esse tipo de operação na região amazônica, tais como: veículos *pick-ups* 4x4 para as ações terrestres e helicópteros para as ações por via aérea.

Historicamente, o Ibama dispunha desses meios e executava suas ações fiscalizatórias com considerável sucesso. No entanto, nos últimos anos o orçamento desse órgão ambiental foi comprimido por contingenciamentos do Governo Federal, em decorrência da situação fiscal do país resultante da recessão econômica.

O projeto

O Ibama é uma autarquia federal, dotada de autonomia administrativa e financeira, vinculada ao MMA. O instituto tem como uma de suas principais atribuições a fiscalização, o monitoramento e o controle ambiental e o exercício do poder de polícia ambiental.

O projeto visou garantir a realização das ações de fiscalização pelo Ibama. Os recursos oriundos do projeto foram utilizados para o pagamento do aluguel de caminhonetes e helicópteros a serem usados nas ações de fiscalização em campo. As atividades foram concentradas nas regiões que sofrem maior pressão de desmatamento, de acordo com alertas emitidos pelo sistema Deter,⁶⁶ entre outros.

Lógica da intervenção

O projeto se insere na componente “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seu efeito direto esperado foi assim definido: “Ibama estruturado para atuar nas ações de repressão aos ilícitos ambientais na Amazônia”.

A estruturação do Ibama mediante a disponibilização de viaturas e helicópteros para atividades de monitoramento e fiscalização ambiental na Amazônia contribuem diretamente para a redução da perda de cobertura vegetal decorrente de desmatamentos ilegais, impactando diretamente o objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia”.

⁶⁶ O Deter é um levantamento rápido de alertas de evidências de alteração da cobertura florestal na Amazônia, feito pelo Inpe utilizando imagens de satélites.

Atividades realizadas

O objetivo do projeto de “fortalecimento do controle e do monitoramento ambiental para o combate ao desmatamento ilegal na Amazônia” foi aumentar a capacidade do Governo Federal de dissuasão do cometimento de infrações ambientais e influenciar a redução da taxa de desmatamento na Amazônia. Tal fortalecimento ocorreu com a locação de veículos e aeronaves para monitoramento e transporte terrestre e aéreo.

As atividades de locação de veículos e fretamento de aeronaves foram realizadas conforme previsto no projeto. No período de outubro de 2016 a maio de 2018 foram empregados 175 veículos por mês e executadas 3.796 horas de voos na Amazônia Legal.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Efeito direto 2.1: Ibama estruturado para atuar nas ações de repressão aos ilícitos ambientais na Amazônia.

Os principais indicadores pactuados para o monitoramento deste objetivo foram:

- Número de ações de fiscalização ambiental efetuadas
Meta: 166 (anual) | Resultado alcançado: 415 (anual)

Foram realizadas 691 ações de fiscalização ambiental durante o período de aproximadamente um ano e meio de execução do projeto (de outubro de 2016 a maio de 2018). A linha de base desse indicador era de 166 ações anuais, e a meta estabelecida visava garantir a realização desse mesmo número de ações de fiscalização, haja vista o cenário de restrições orçamentárias do Governo Federal decorrentes da recessão econômica dos anos 2015 e 2016. O número de ações de fiscalização efetuadas foi significativamente maior que a meta prevista.

- Número de autos de infração lavrados pelo Ibama
Meta: 4.650 (anual) | Resultado alcançado: 3.910 (anual)

As 691 ações fiscalizatórias realizadas pelo Ibama com o apoio do Fundo Amazônia resultaram em 6.516 autos de infração. A linha de base desse indicador era de 4.650 autos de infração (anual), e a meta estabelecida visava alcançar esse mesmo número. O resultado alcançado anualizado ficou um pouco abaixo do valor previsto.

- Valor de multas aplicadas pelo Ibama por infrações contra a flora
Meta: R\$ 1,6 bilhão (anual) | Resultado alcançado: R\$ 1,9 bilhão (anual)

As ações fiscalizatórias resultaram na lavratura de multas totalizando R\$ 3.180.226.402,00. A linha de base desse indicador era de R\$ 1,6 bilhão (anual) e a meta estabelecida visava alcançar esse mesmo montante, que foi superado pelo projeto.

- Desmatamento anual na Amazônia Legal

Linha de base: 7.893 km² (2016) | Resultado alcançado: 7.536 km² (2018)

A taxa de desmatamento anual por corte raso em 2016 (ano anterior ao início das ações do projeto⁶⁷) foi de 7.893 km², ao passo que em 2018 essa taxa foi de 7.536 km² (ano em que foram concluídas as ações apoiadas pelo Fundo Amazônia). Houve, portanto, uma redução de aproximadamente 5% na taxa do desmatamento quando comparada à linha de base e ao ano de 2018, o que sinaliza que as ações do projeto foram efetivas na contenção do desmatamento nesse período.

TABELA 27 | ÁREA DESMATADA NA AMAZÔNIA LEGAL

Ano	Área (km ²)
2016	7.893
2017	6.947
2018	7.536

Fonte: Elaboração própria, com base em Inpe/Prodes.

Aspectos institucionais e administrativos

Ao longo do período de execução do projeto ocorreram alterações na Diretoria de Planejamento, Administração e Logística; na Diretoria de Licenciamento Ambiental e na Coordenação Geral de Fiscalização. Contudo, tais alterações não causaram impacto na implementação do projeto, uma vez que este se encontrava sob a responsabilidade da Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro) do Ibama.

Riscos e lições aprendidas

O Fundo Amazônia não financia os custos com diárias e salários de servidores públicos. No projeto apoiado não se materializou o risco de insuficiência orçamentária do Ibama para arcar, com recursos próprios, com outros custos envolvidos nas ações de fiscalização, como diárias para servidores em campo.

Houve um pequeno atraso na execução do projeto decorrente da indisponibilidade esporádica de aeronaves por conta de manutenções corretivas e preventivas ou por estas não terem sido acionadas em razão de condições meteorológicas desfavoráveis para voo.

⁶⁷ As taxas anuais de desmatamento são calculadas pelo Inpe para os períodos de agosto a julho de cada ano, ininterruptamente, desde 1988.

Sustentabilidade dos resultados

A sustentabilidade dos resultados alcançados com o apoio do Fundo Amazônia, dada a natureza desse projeto, depende principalmente da continuidade das ações de monitoramento, fiscalização e repressão do desmatamento ilegal.

Em 2018, foi aprovado novo projeto do Ibama pelo Fundo Amazônia, no valor de R\$ 140 milhões (projeto Profisc I – B), com o mesmo objetivo de financiar suas atividades de fiscalização ambiental e controle do desmatamento na Amazônia Legal.

Esse novo projeto também visa prover recursos para o pagamento dos meios de transporte adequados para as ações de fiscalização ambiental do Ibama, mediante o aluguel de caminhonetes e helicópteros para serem usados nas ações em campo. O prazo de execução desse novo projeto se estende até 2020.



Jacundá – Município de Economia Verde

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Município de Jacundá

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Município de Jacundá

BENEFICIÁRIOS

Toda a população do município de Jacundá

OBJETIVO

Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo

VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$ 199.352,05

VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA

R\$ 199.352,05

PRAZO DE EXECUÇÃO

2º trimestre de 2014 ao 3º trimestre e 2019

EVOLUÇÃO DO PROJETO

DATA DA APROVAÇÃO	DATA DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO	VALOR TOTAL DESEMBOLSADO EM RELAÇÃO AO VALOR DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA
29.11.2011	31.8.2012	R\$ 199.352,05	100%



Contextualização

O município de Jacundá está localizado no estado do Pará, a aproximadamente 430 km de Belém (por rodovia). Possui um território de 2.008 km² e uma população de cerca de 51 mil habitantes (segundo estimativas de 2010 do IBGE).

Jacundá não está inserido na lista do Ministério do Meio Ambiente de municípios prioritários para ações de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia Legal. No entanto, está localizado nas adjacências de uma área enquadrada como o maior foco de desmatamento na Amazônia, conhecida como “arco do desmatamento”.

As principais atividades econômicas do município estão centradas na pecuária extensiva e no extrativismo vegetal. Além dessas atividades, a produção de frutas, legumes e grãos, tanto na lavoura permanente quanto na temporária, também são bastante relevantes, de acordo com Produção Agrícola Municipal 2009 (IBGE 2010).⁶⁸

O projeto

O projeto originalmente tinha como objetivo apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal, por meio: (i) da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Sematur); (ii) expansão da capacidade de produção do viveiro municipal; e (iii) elaboração de estudo para a caracterização do território municipal. Todavia, durante sua implementação, o escopo do projeto foi reduzido para exclusivamente a estruturação física e operacional da Sematur.

Lógica da intervenção

O projeto se insere na componente “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seu efeito direto esperado foi assim definido: “Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo do Município de Jacundá estruturada e modernizada”.

Ao buscar fortalecer a gestão ambiental municipal por meio da estruturação física e operacional da Sematur, o projeto visou contribuir para o alcance do objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia”.

Registre-se que integrava o projeto a elaboração da fase inicial do zoneamento ecológico econômico (ZEE) municipal, tendo como efeito direto a organização do território do município definida por meio de ZEE aprovado por lei.

Também integrava o projeto a ampliação da capacidade de produção do viveiro objetivando promover a recuperação de áreas desmatadas e degradadas para fins econômicos e de conservação ecológica nesse município.

⁶⁸ Relatório publicado em 2010 pelo IBGE, disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2009_v36_br.pdf

Atividades realizadas

O projeto Jacundá – Município de Economia Verde contribuiu para estruturar física e operacionalmente a Sematur, por meio da conclusão da reforma e ampliação do prédio dessa secretaria, com sua entrada em operação regular. A Sematur executa, em sua competência administrativa, atividades de licenciamento ambiental, fiscalização e cadastramento ambiental rural.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Efeito direto 2.1: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo do município de Jacundá estruturada e modernizada.

O indicador pactuado para o monitoramento deste objetivo foi:

- Desmatamento anual no município de Jacundá

Linha de base: 1,8 km² (2013) | Resultado alcançado: 2,7 km² (2018)

A taxa de desmatamento anual por corte raso em 2013 (ano anterior ao início das ações do projeto⁶⁹) foi de 1,8 km², ao passo que em 2018 essa taxa foi de 2,7 km², ou seja, ocorreu um incremento de 50% na taxa do desmatamento quando comparados a linha de base e o ano de 2018. Esse aumento do desmatamento não é um bom resultado, mas deve ser colocado em perspectiva: a taxa do desmatamento nos seis anos anteriores à linha de base (2007 a 2012) havia sido de 5,3 km²/ano, praticamente o dobro do desmatamento verificado em 2018. Nos anos de 2004 e 2005, foram desmatados no município de Jacundá 42,5 km² e 26,4 km², respectivamente.

TABELA 28 | ÁREA DESMATADA NO MUNICÍPIO DE JACUNDÁ

Ano	Área (km ²)
2013	1,8
2014	1,8
2015	3,3
2016	2,1
2017	2,0
2018	2,7

Fonte: Elaboração própria, com base em informações Prodes/Inpe.⁷⁰

⁶⁹ As taxas anuais de desmatamento são calculadas pelo Inpe para os períodos de agosto a julho de cada ano ininterruptamente desde 1988.

⁷⁰ O sistema Prodes do Inpe realiza o inventário de perda de floresta primária por meio do uso de imagens de satélite de observação da Terra para toda a extensão da Amazônia Legal.

Aspectos institucionais e administrativos

O escopo do projeto foi reduzido em razão das dificuldades do município de Jacundá para se manter em dia com suas obrigações fiscais, já que a legislação somente autoriza a liberação de recursos pelo BNDES a entidades públicas ou privadas que estejam adimplentes perante a Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Em face dessa circunstância, o valor total do apoio do Fundo Amazônia foi reduzido de R\$ 792.200,00 para R\$ 199.352,05, utilizados para a reforma e ampliação do prédio da Sematur, não tendo havido contrapartida financeira do município. Não obstante, foi constatado que a Sematur providenciou a estruturação das novas instalações dessa secretaria de forma satisfatória, com a alocação de mobiliário e equipamento próprios. Por fim, vale mencionar que o Fundo Amazônia não financia os custos com diárias e salários de servidores públicos.

Riscos e lições aprendidas

O Fundo Amazônia aprovou um total de dez projetos para nove municípios. Desse conjunto, quatro foram concluídos até 2018, dos quais dois de maior escala e com avaliação positiva. Outros três projetos foram cancelados e o presente projeto teve seu escopo significativamente reduzido depois da contratação.

As causas que motivaram os cancelamentos ou a redução do escopo dos projetos dos municípios são variadas, tais como atrasos por dificuldades em atender às condições prévias à contratação, superveniência de eleições municipais com desinteresse das novas administrações em realizar os projetos e dificuldade dos municípios em comprovar, inclusive durante o período de implantação dos projetos, sua regularidade fiscal perante a RFB e a PGFN.

A maior parte dos projetos das administrações municipais apoiados pelo Fundo Amazônia também se caracterizou por ter investimentos de pequeno porte. Com base nesse conjunto de constatações, o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) descontinuou, em 2013, a aprovação de novos apoios diretos do Fundo Amazônia a municípios. A nova estratégia definida pelo COFA passou a prever o apoio indireto aos municípios, por meio de projetos de maior porte, coordenados por instituições de referência ou estados da Federação.

Essa nova estratégia estabelecida pelo COFA não ampliou de forma relevante o apoio aos municípios para conter o desmatamento, remanescendo, portanto, o desafio de engajar os municípios, importantes elos da sociedade, em uma agenda de desenvolvimento sustentável que valorize a floresta em pé.

Sustentabilidade dos resultados

O projeto contribuiu para a estruturação física e operacional da Sematur do município de Jacundá, no estado do Pará, sendo que as novas instalações da secretaria, implantadas com o apoio do Fundo Amazônia, além de contribuir para uma melhor acomodação dos funcionários, materiais e documentos, veio proporcionar à população desse município um melhor atendimento no que diz respeito aos serviços públicos relacionados ao meio ambiente.

A sustentabilidade dos resultados alcançados com o apoio do Fundo Amazônia depende da continuada previsão no orçamento do município de Jacundá de recursos suficientes para que a Sematur desempenhe suas atividades de licenciamento, fiscalização e regularização ambiental de competência municipal.



Projetos concluídos até 2018

Além dos projetos concluídos em 2019, há outros 21 projetos apoiados pelo Fundo Amazônia encerrados até o ano de 2018, que se encontram listados a seguir. Informações detalhadas sobre esses projetos, bem como seus resultados e impactos, podem ser conferidos nos relatórios de atividades do Fundo Amazônia de 2013 a 2018 e no portal <fundoamazonia.gov.br>.

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Biodiversidade Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Estado do Pará	Ampliar a infraestrutura de pesquisa da UFPA voltada para o estudo da biodiversidade, compreendendo: (i) construção e estruturação do Centro de Estudos Avançados da Biodiversidade (Ceabio); e (ii) reforma do Laboratório de Planejamento de Fármacos e do Laboratório de Neuroquímica Molecular e Celular e aquisição e instalação de equipamentos para pesquisa em biotecnologia	2.10.2012	2018	4.639.706,98
Compostos Bioativos da Amazônia Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Estado do Pará	(i) Instalar uma planta piloto no laboratório de alimentos da UFPA para produzir e caracterizar extratos ricos em compostos bioativos; e (ii) desenvolver novos produtos e aplicações tecnológicas a partir de compostos bioativos extraídos de plantas e frutas típicas da Amazônia oriental	21.8.2012	2018	1.352.368,48
Florestas de Mangue Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Município de Bragança, estado do Pará	(i) Construção e aparelhamento de um laboratório para pesquisas sobre ecologia de manguezais no campus da UFPA no município de Bragança (PA); (ii) pesquisa e desenvolvimento de conhecimentos e técnicas relacionadas à recuperação de áreas degradadas de mangue na região Norte; e (iii) desenvolvimento de modelos para estimativa da biomassa, sequestro de carbono e avaliação do estoque de carbono das florestas de mangue	17.7.2012	2018	1.982.143,00

(Continua)

(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Pesca Sustentável WWF-Brasil	Municípios de Feijó, Tarauacá e Manoel Urbano, no estado do Acre	Promover a adoção de medidas de manejo aliadas à celebração de acordos de pesca, para reduzir a degradação de ecossistemas aquáticos, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento, no estado do Acre	17.4.2014	2018	3.205.943,00
Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas Estado do Amazonas	Municípios de Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã no estado do Amazonas	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental do estado do Amazonas em áreas sob intensa pressão pelo desmatamento, nos municípios de Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã, por meio: (i) do fortalecimento da gestão ambiental, com foco na realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR); e (ii) da recuperação de áreas desmatadas mediante reflorestamentos com espécies com função econômica e ecológica, por meio de sistemas agroflorestais, silviculturais e agrossilvopastoris	17.12.2010	2018	17.575.286,19
Olhos d'Água da Amazônia – Fase II Município de Alta Floresta	Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso	Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis com vistas à regularização ambiental de propriedades rurais de agricultura familiar no município de Alta	5.9.2013	2018	7.146.563,54
Bombeiros Florestais de Mato Grosso Estado de Mato Grosso/Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso (CBMMT)	Estado de Mato Grosso	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrentes de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado de Mato Grosso, por meio de capacitação e aquisições de aeronaves, veículos e equipamentos de apoio para a Base de Operações Aéreas e Terrestres do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, localizada na cidade de Sorriso	17.1.2012	2017	12.518.230,09

(Continua)

(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Recupera Marcelândia Município de Marcelândia	Município de Marcelândia	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal e a recuperação de áreas degradadas no entorno de cinquenta nascentes da sub-bacia do rio Manissauá-Missu, localizadas próximas à zona urbana no município	24.5.2011	2017	551.556,98
Semas Pará Estado do Pará	Estado do Pará	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no estado do Pará por meio do aprimoramento do processo de emissão do Cadastro Ambiental Rural (CAR), da descentralização e da desconcentração das atividades de sua Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade e do aprimoramento do processo legal de licenciamento ambiental	6.10.2010	2017	15.923.230,00
Acre: Incêndios Florestais Zero Estado do Acre/Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre	Estado do Acre	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Acre, por meio de capacitação e aquisições de veículos e equipamentos de apoio para os batalhões de educação, proteção e combate a incêndios florestais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre	5.7.2012	2016	13.280.709,56
Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Todos os estados do bioma Amazônia	Desenvolver projeto interdisciplinar de pesquisa sobre os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica da Amazônia, no âmbito da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, vinculada ao Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia	9.12.2011	2016	2.660.567,23
Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase 2 Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	Todos os estados do bioma Amazônia	Apoiar a criação e a consolidação de UCs no bioma Amazônia de forma a assegurar a conservação da biodiversidade e a manutenção dos processos e serviços ecológicos da região	22.4.2010	2015	19.949.058,91

(Continua)

(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Bolsa Floresta Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	16 UCs estaduais no Amazonas, abrangendo cerca de dez milhões de hectares	Promover a contenção do desmatamento e a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais residentes nas UCs estaduais do Amazonas	31.3.2010	2015	19.107.547,89
Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável Instituto Floresta Tropical	Estados do Pará, Amazonas e Rondônia	Apoiar a expansão da prática de manejo florestal sustentável por meio de ações de capacitação técnica, sensibilização dos atores- chave e dos trabalhadores e da pesquisa aplicada	15.4.2011	2015	7.449.000,00
Ilhas de Belém Universidade Federal do Pará (UFPA)/Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Estado do Pará	Implementar metodologia para apoio à formulação de zoneamento econômico e ambiental em escala local de ilhas situadas no entorno da cidade de Belém e ampliar a infraestrutura de pesquisa do Programa de Pós-Graduação de Ecologia Aquática e Pesca da UFPA	17.7.2012	2015	1.138.083,93
Nova Cartografia Social na Amazônia Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Fundação de Apoio Institucional Muraki	Todos os estados do bioma Amazônia	Promover o mapeamento social de 27 comunidades do bioma Amazônia e o fortalecimento da rede de pesquisa envolvida no projeto	6.5.2011	2015	4.614.587,03
Gestão Socioambiental de Municípios do Pará Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	11 municípios do estado do Pará: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Moju, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Paragominas, Rondon do Pará, Tailândia e Ulianópolis	Mobilizar os governos estaduais e municipais, os produtores rurais, sindicatos e associações, objetivando acelerar a adesão ao CAR; monitorar o desmatamento por meio de imagens de satélite; e auxiliar no planejamento da paisagem e na restauração de áreas degradadas na bacia do rio Uraim, em Paragominas	29.7.2010	2014	9.736.473,00

(Continua)

(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Virada Verde The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)	Sete municípios do estado de Mato Grosso: Cotriguaçu, Jurueña, Sapezal, Campos de Júlio, Nova Mutum, Tapurah e Nova Ubiratã; e cinco municípios do estado do Pará: Bannach, Cumarú do Norte, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu e Tucumã	Contribuir para a mobilização dos atores locais em 12 municípios de Mato Grosso e do Pará, com vistas à adesão ao CAR, e monitorar o desmatamento na região por meio de imagens de satélite	13.4.2010	2014	16.000.000,00
Olhos d'Água da Amazônia Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso	Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no município, por meio da realização do diagnóstico ambiental e da viabilização do processo de registro das pequenas propriedades rurais no CAR, além de promover ações de fomento à recuperação de áreas de preservação permanente degradadas próximas às nascentes localizadas nas pequenas propriedades	25.1.2011	2013	2.781.340,40
Preservar Porto dos Gaúchos Município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso	Município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso	Fortalecer a gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	12.8.2011	2013	120.655,00
Sementes do Portal Instituto Ouro Verde	Sete municípios que compõem a região conhecida como Portal da Amazônia, no extremo norte de Mato Grosso: Apicás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá	Promover a recuperação ambiental de 1.200 hectares de áreas degradadas (recomposição de áreas de proteção permanente e reserva legal) e a revalorização da agricultura familiar em seis municípios do território Portal da Amazônia, por meio da difusão de SAFs, que combinam o uso sustentável da floresta com geração de renda. Adicionalmente, a comunidade indígena Terena será capacitada a coletar as sementes que serão utilizadas nos SAFs	25.3.2010	2013	5.397.778,87

PROJETOS EM EXECUÇÃO



PROJETOS APOIADOS					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Alto Juruá Associação Ashaninka do Rio Amônia (APIWTXA)	Região do Alto Juruá, no estado do Acre	Promover o manejo e a produção agroflorestal em comunidades tradicionais e indígenas de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento; apoiar iniciativas de monitoramento e controle do território; e fortalecer a organização comunitária local	24.2.2015	6.597.581,00	100%
Amazônia – Regularização Ambiental Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)	Bioma Amazônia	Apoiar o processo de regularização ambiental no bioma Amazônia, por meio de: (i) mapeamento do uso e cobertura do solo; (ii) cálculo do passivo ambiental em áreas de preservação permanente (APP) de corpos hídricos e das áreas potenciais para restauração em unidades de conservação (UC) e terras indígenas (TI); e (iii) integração de base de dados geoespaciais ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar)	3.12.2018	9.267.000,00	24%
Amazônia Agroecológica Federação de Órgãos para Assistência Social e Educativa (Fase)	Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Juruti, Mojui dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém; Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão; Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, São Félix do Xingu e Uruará; Abaetetuba, Igarapé Miri, Acará, Baião, Cachoeira do Piriá, Cametá, Capitão Poço, Irituia, Mãe do Rio, Mocajuba, Moju, Ourém, Santa Isabel, Santa Luzia do Pará, São Miguel do Guamá e Viseu (PA), Cáceres, Poconé, Nossa Senhora Livramento, Chapada dos Guimarães, Cuiabá e Jangada (MT)	Fortalecimento de atividades econômicas sustentáveis por meio de chamada pública para a seleção de pequenos projetos e ações a serem diretamente desenvolvidas pela beneficiária	13.6.2018	17.547.560,00	12%
Amazônia Indígena Sustentável Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé	TIs Igarapé Lourdes (RO), Zoró (MT), Rio Guaporé (RO) e Rio Negro Ocaia (RO)	Contribuir para a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) das TIs Igarapé Lourdes e Zoró e para a elaboração dos PGTA das TIs Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia	4.12.2015	8.188.872,44	92%

(Continua)

(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Amazônia SAR União Federal – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam)	Serão monitorados cerca de 950 mil km ² por ano (23% do bioma Amazônia), compostos da seguinte forma: 764 mil km ² compreendidos em áreas de maior pressão de desmatamento; 144 mil km ² do estado do Amapá; e cerca de 5% adicional, por demanda específica, de pontos isolados no bioma Amazônia	Implantar um sistema de detecção de desmatamento na Amazônia com uso de imagens de radar orbital	23.6.2015	63.923.626,00	75%
APL Babaçu Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão (Assema)	Municípios de Lago do Junco, Lago da Pedra e Bacabal, no estado do Maranhão	Apoiar a conservação e o manejo sustentável de babaçuais e a recuperação de áreas degradadas por meio de sistemas agroflorestais (SAF) em três municípios integrantes do bioma Amazônia, no estado do Maranhão	2.9.2014	5.286.300,00	93%
Arapaima: Redes Produtivas Operação Amazônia Nativa (Opan)	TIs do Rio Biá, Espírito Santo, Acapuri de Cima, Estação, Macarrão e Deni, nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari e Cujubim e na Reserva Extrativista (Resex) Médio Juruá, localizadas nas bacias do médio Juruá e do médio Solimões, no estado do Amazonas	Apoiar: (i) o manejo pesqueiro e de recursos florestais não madeireiros em TIs e UCs; e (ii) o fortalecimento de associações indígenas e de associações de produtores extrativistas	28.10.2014	6.364.730,00	100%
Assentamentos Sustentáveis na Amazônia Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)	Oeste do Pará, municípios de Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio, Mojuí dos Campos e Aveiros	Apoiar, em assentamentos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no oeste do Pará, o desenvolvimento de uma experiência demonstrativa de produção sustentável e a implementação de pagamento pelos serviços ambientais para famílias compromissadas com a redução do desmatamento	29.11.2011	24.939.200,37	94%
Bem Viver Sustentável Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé)	TIs Parque do Tumucumaque (PA e AP), Paru d'Este (PA) e Zo'é (PA)	Implementação do PGTA das TIs Parque do Tumucumaque (AP e PA) e Rio Paru d'Este (PA) e elaboração do PGTA para a TI Zo'é (PA)	19.11.2015	11.858.793,87	100%

(Continua)

(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Bolsa Floresta+ Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	16 UCs do Amazonas com cerca de 10,9 milhões de ha	Dar continuidade e ampliar as ações do Programa Bolsa Floresta, em UCs estaduais no Amazonas, por meio de: (i) apoio ao desenvolvimento de pequenos empreendimentos e arranjos produtivos florestais sustentáveis; (ii) capacitação de lideranças e fortalecimento das associações de moradores locais para a gestão de projetos ambientais, sociais e geradores de renda; (iii) sistematização e disseminação de conteúdos, metodologias, lições aprendidas e soluções inovadoras; e (iv) realização e implantação de chamada pública de pequenos e médios projetos geradores de renda na região do entorno das mencionadas UCs	5.4.2016	31.518.490,00	98%
Cadeias de Valor da Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso Associação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA)	Regiões Portal da Amazônia, médio norte e sudoeste do estado de Mato Grosso	Apoiar o fortalecimento da agricultura familiar em municípios do bioma Amazônia da região sudoeste do estado de Mato Grosso por meio da implantação e consolidação de SAFs, do apoio a estruturas coletivas de beneficiamento da produção e da estruturação de canais de comercialização de produtos oriundos de SAFs	2.9.2014	3.238.032,00	100%
Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros Associação SOS Amazônia	Seis municípios do estado do Acre: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter, Tarauacá e Feijó; e quatro municípios do estado do Amazonas: Pauini, Boca do Acre, Lábrea e Silves	Disseminar e apoiar iniciativas empreendedoras em nove instituições aglutinadas com vistas à geração de trabalho e renda, por meio do desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas dos óleos vegetais, cacau silvestre e borracha	27.1.2015	9.953.000,00	100%
Calha Norte Sustentável Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)	Municípios de Oriximiná e Alenquer, no estado do Pará	Fortalecer o extrativismo e a agricultura familiar como vetores do desenvolvimento da Calha Norte paraense, por meio da implantação de unidades de beneficiamento de alimentos, de viveiro de mudas para SAFs e de marcenaria comunitária, em comunidades quilombolas e assentamentos	26.8.2014	3.312.877,00	93%
Capacitar para Conservar Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam)	Áreas protegidas no estado do Amapá	Formar agentes ambientais e gestores visando o fortalecimento das áreas protegidas no estado do Amapá	23.9.2014	1.452.000,00	99%
CAR Acre Estado do Acre	22 municípios do estado do Acre	Apoiar a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) no estado do Acre	29.10.2013	16.838.000,00	70%
CAR Amazonas Estado do Amazonas	36 municípios do estado do Amazonas	Apoiar a implementação do CAR em imóveis com até quatro módulos fiscais	1.10.2018	29.867.722,00	0%

(Continua)

(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
CAR Bahia Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia (Inema) – Estado da Bahia e Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema)	161 municípios do estado da Bahia, por meio das ações de cadastramento, e indiretamente todo o estado, por meio das ações de capacitação e aprimoramento de infraestrutura para implementação do CAR	Apoiar a implementação do CAR no estado da Bahia	25.3.2014	31.671.000,00	90%
CAR Ceará Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace)	109 municípios do estado do Ceará, por meio das ações de cadastramento, e indiretamente todo o estado, por meio das ações de comunicação e aprimoramento de infraestrutura para implementação do CAR	Apoiar a implementação do CAR no estado do Ceará	23.2.2016	24.583.420,70	28%
CAR Espírito Santo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF)	Todos os municípios do estado do Espírito Santo	Apoiar a implementação do CAR no estado do Espírito Santo	19.6.2018	13.889.440,00	0%
CAR Mato Grosso do Sul Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul)	69 municípios do estado envolvendo os biomas Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica	Promover a implementação do CAR no estado de Mato Grosso do Sul	23.9.2014	8.789.800,00	52%
CAR Paraná Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	Todos os municípios do estado do Paraná	Apoiar a implementação do CAR no estado do Paraná	26.10.2016	14.110.253,86	15%
CAR Roraima Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima (Femarh)	Todos os 15 municípios do estado de Roraima	Apoiar a implementação do CAR no estado de Roraima	4.11.2014	3.075.205,25	100%
CAR: Tocantins Legal Estado do Tocantins	Estado do Tocantins	Apoiar: (i) a implementação do CAR em 96 municípios do Estado; (ii) o aperfeiçoamento do sistema de monitoramento e controle do desmatamento; (iii) a implantação do programa de descentralização da gestão ambiental estadual nos municípios integrantes do bioma Amazônia; e (iv) o desenvolvimento do polo sustentável de silvicultura no bioma Amazônia do estado	21.5.2013	26.800.000,00	92%

(Continua)

(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Cidades Florestais Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam)	14 municípios do Amazonas: Manaus, Itapiranga, Silves, São Sebastião do Uatumã, Apuí, Novo Aripuanã, Borba, Manicoré, Tefé, Carauari, Juruá, Jutai, Lábrea e Urucará	Apoiar o fortalecimento do manejo florestal comunitário no estado do Amazonas por meio de: (i) desenvolvimento da plataforma Cidades Florestais para conexão de atores florestais e suporte às cadeias produtivas de madeira; e (ii) apoio à produção sustentável e comercialização de madeira e óleos vegetais	27.12.2017	12.092.485,00	56%
Companhia de Operações Ambientais União Federal (Ministério da Justiça)	Bioma Amazônia. Eventualmente, poderá ser solicitada a atuação da Cia. de Operações Ambientais em outros biomas	Apoiar a estruturação física e operacional da Companhia de Operações Ambientais do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública para atuação em operações ambientais no bioma Amazônia	27.1.2015	30.631.480,00	3%
Concretizar Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reca (Projeto Reca)	Ponta do rio Abunã – municípios de Porto Velho, no estado de Rondônia, e Acrelândia, no estado do Acre	Fortalecer a cadeia produtiva do cupuaçu e do açaí, por meio da implantação de SAFs e da ampliação e modernização da capacidade produtiva de unidades de beneficiamento de polpas em comunidades tradicionais da Ponta do Abunã, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento	14.10.2014	6.422.748,00	100%
Conhecer para Conservar Museu da Amazônia (Musa)	Município de Manaus, estado do Amazonas	Implantar o Musa e um centro de treinamento no Assentamento Água Branca, em Manaus, visando à disseminação de conhecimentos que contribuam para a valorização e a conservação dos recursos naturais da Amazônia e de seu patrimônio cultural, por meio de um modelo inovador de visitação da floresta	30.11.2010	9.984.629,00	100%
Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	Cinco TIs nos estados do Amazonas, Maranhão e Pará, contemplando 9.375.076 de ha: TI Vale do Javari (AM), TI Krikati (MA), TI Governador (MA), TI Andirá-Marau (PA e AM) e TI Nova Jacundá (PA)	Apoiar a implementação do PGTA da TI Vale do Javari (AM), e do PGTA das TIs Krikati e Governador (MA); e a elaboração de PGTA da TI Andirá-Marau (PA e AM), e da TI Nova Jacundá (PA), no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	28.9.2016	11.934.540,00	99%
Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre)	Oito TIs no estado do Acre	Apoiar a implementação dos PGTA's de oito TIs no Acre, por meio da promoção de ações de proteção territorial, formação de agentes agroflorestais indígenas e manejo de quintais e SAFs	26.2.2018	5.823.061,00	49%

(Continua)

(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Floresta Ativa Tapajós Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – Ceaps (Projeto Saúde e Alegria)	Zonas rurais dos municípios de Santarém, Belterra, Aveiro e Juruti no estado do Pará, contemplando ações em: (i) duas UCs: Floresta Nacional (Flona) do Tapajós e Resex Tapajós-Arapiuns; (ii) cinco projetos de assentamento agroextrativistas (PAE): Lago Grande, Santa Rita, Salé, Valha-me Deus e Balaio; (iii) quatro projetos de assentamentos agroextrativistas (Peaex): Aruã, Vista Alegre, Mariazinha e Curumuci; e (iv) um projeto de assentamento federal (PA): Moju I e II	Fortalecer as cadeias produtivas florestais não madeireiras, o turismo e o empreendedorismo de base comunitária na região do Tapajós, no oeste paraense	2.5.2018	12.493.011,00	14%
Floresta de Babaçu em Pé Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB)	Estados do Maranhão (37 municípios), Tocantins (16 municípios) e Pará (6 municípios)	Apoiar a operação do Fundo Babaçu para seleção e apoio a projetos socioambientais de organizações agroextrativistas dos estados do Maranhão, Tocantins e Pará, associado a ações de desenvolvimento de competências, suporte técnico e fortalecimento do associativismo, mediante editais de seleção aprovados pelo BNDES	27.12.2017	9.222.739,00	16%
Floresta para Sempre Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	Leste do Pará – municípios de Capitão Poço, Dom Eliseu, Paragominas e Ulianópolis	Apoiar a adequação ambiental de imóveis rurais na Amazônia Legal, por meio de: (i) implementação de técnicas de restauração florestal, em uma abordagem territorial no leste do Pará; (ii) formação de agentes multiplicadores; (iii) elaboração de fluxo para acompanhamento das áreas em restauração; e (iv) fomento às atividades de restauração da paisagem florestal	11.12.2017	14.293.105,00	26%
Florestas Comunitárias Instituto Floresta Tropical (IFT)	Estado do Pará	Apoiar a implementação de modelos de manejo florestal comunitário para uso e comercialização de madeira e açaí de modo a fortalecer a organização social, gerar renda e contribuir para a redução do desmatamento em UCs de uso sustentável no arquipélago do Marajó no estado do Pará	6.4.2017	8.100.000,00	44%
Florestas de Valor – Novos modelos de Negócio para a Amazônia Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)	Estados do Pará e Mato Grosso	Apoiar: (i) a consolidação e a expansão do sistema de garantia de origem denominado “Origens Brasil”, contribuindo para o fortalecimento das cadeias produtivas e para a valorização de produtos da sociobiodiversidade em áreas protegidas da Amazônia; e (ii) a produção sustentável de cacau no entorno do território do Xingu	18.1.2017	17.369.442,36	75%

(Continua)

(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre)	14 municípios das regiões administrativas do Alto Acre, Baixo Acre e Purus	Contribuir para o fortalecimento das cadeias de castanha-do-brasil e de polpa de fruta no estado do Acre por meio: (i) da recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas localizadas em pequenas propriedades ou posses rurais familiares; (ii) da otimização da logística de armazenamento de castanha-do-brasil e do transporte de frutas; (iii) da melhoria do processo de beneficiamento da castanha-do-brasil; (iv) da agregação de valor e diversificação dos produtos; (v) da melhoria da estratégia de comercialização dos produtos; e (vi) da capacitação da rede de filiados	23.9.2014	4.981.614,66	100%
Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	Diversos municípios nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia	Apoiar: (i) o fortalecimento da gestão ambiental em municípios prioritários para o desenvolvimento de políticas de prevenção e controle do desmatamento do bioma Amazônia; (ii) estudos para realizar diagnóstico fundiário dos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia e ampliar a divulgação do andamento das atividades de regularização fundiária em curso no Pará; e (iii) o aprimoramento da gestão das UCs na Calha Norte do estado do Pará	6.11.2015	12.104.865,00	100%
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)	Seis TIs localizadas parcialmente em três municípios do estado do Amapá e cinco municípios do Pará	Promover a gestão territorial e ambiental sustentável em seis TIs nos estados do Amapá e Pará, contribuindo para a redução do desmatamento nestas áreas	16.9.2014	15.750.406,00	99%
Fundação Banco do Brasil (Fase 2) – Fundo Amazônia Fundação Banco do Brasil (FBB)	Bioma Amazônia	Apoiar projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do bioma Amazônia	7.10.2014	12.000.000,00	33%
Fundação Banco do Brasil (FBB) – Fundo Amazônia Fundação Banco do Brasil (FBB)	Bioma Amazônia	Apoiar projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do bioma Amazônia	15.5.2012	14.515.520,43	100%
Fundo Dema Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	Comunidades tradicionais no estado do Pará, com foco na área de influência das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas	Apoiar projetos socioambientais de pequeno valor, por meio de oito chamadas públicas a serem lançadas ao longo de três anos	15.3.2011	7.615.854,00	87%

(Continua)

(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	TIs Kayapó, Menkragnoti, Baú e Badjonkôre, no sul do estado do Pará; e TI Capoto-Jarina, no norte do estado de Mato Grosso	Apoiar projetos das organizações Kayapó voltados para atividades produtivas sustentáveis, fortalecimento institucional, prevenção ao desmatamento, conservação da biodiversidade e proteção territorial, por meio da implementação de um mecanismo financeiro e operacional de longo prazo, denominado Fundo Kayapó	21.6.2011	16.900.000,00	45%
Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu Instituto Socioambiental (ISA)	Nove TIs no bioma Amazônia, em uma área superior a 24 milhões de ha, atendendo a mais de 60 mil indígenas	Apoiar a implementação do PGTA do Parque Indígena do Xingu e a elaboração de PGTA's para as TIs Yanomámi e da região do Alto Rio Negro, com a sistematização do conhecimento e fortalecimento de estruturas de governança locais e das organizações indígenas	27.6.2016	11.712.000,00	100%
Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	Oito TIs do sul do Amazonas, contemplando 1.095.169 de ha: TIs Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR-317, Água Preta/Inari, Caititu, Jiahui, Nove de Janeiro, Ipixuna e Tenharim do Igarapé Preto	Apoiar: (i) a implementação dos PGTA's das TIs na bacia do rio Purus (Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR-317, Água Preta/Inari e Caititu) e na bacia do rio Madeira (Jiahui, Nove de Janeiro e Ipixuna), no sul do Amazonas; e (ii) a elaboração do PGTA da TI Tenharim do Igarapé Preto na bacia do rio Madeira	1.11.2016	11.448.505,00	90%
Inventário Florestal Nacional – Amazônia União Federal (Serviço Florestal Brasileiro)	Bioma Amazônia	Implementar o Inventário Florestal no bioma Amazônia para produzir informações acerca dos recursos florestais, estoque de carbono e uso do território pelas populações da região	31.7.2012	65.000.555,12	43%
IREHI – Cuidando dos Territórios Operação Amazônia Nativa (Opan)	TIs Menkü, Manoki, Pirineus de Souza e Maräiwatsédé, todas no estado de Mato Grosso	Concluir e implementar o PGTA da TI Maräiwatsédé e implementar os PGTA's das TIs Manoki, Menkü e Pirineus de Souza	18.12.2015	8.160.140,00	100%
Legado Integrado da Região Amazônica (Lira) Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	Amazônia Legal	Contribuir para o aumento do nível de consolidação e a efetividade de gestão em áreas protegidas da Amazônia Legal, por meio de chamada pública de projetos e ações complementares que visem à conservação dos recursos naturais	30.10.2018	45.000.000,00	3%
Mais Sustentabilidade no Campo Estado do Maranhão	Estado do Maranhão	Apoiar a implementação do CAR no estado do Maranhão	27.12.2017	40.476.077,00	7%

(Continua)

(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Mamirauá Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)	Município de Tefé (AM); Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (municípios de Uarini, Fonte Boa e Maraã – AM); Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (municípios de Maraã, Barcelos e Coari – AM)	Apoiar ações de manejo e gestão participativa nas RDS Mamirauá e Amanã, com pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos nos seguintes temas: agropecuária sustentável, manejo florestal madeireiro sustentável, manejo florestal não madeireiro sustentável, educação ambiental, proteção ambiental e monitoramento	18.12.2012	8.504.678,54	100%
Mato Grosso Sustentável Estado de Mato Grosso	Estado de Mato Grosso, com foco em UCs estaduais e em quarenta municípios do bioma Amazônia	Apoiar: (i) a consolidação de UCs no bioma Amazônia; (ii) o fortalecimento da fiscalização e do licenciamento ambiental estadual; e (iii) a desconcentração e descentralização da gestão ambiental estadual	3.12.2013	35.015.970,00	41%
Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)	Biomas Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal, nas ações de monitoramento do desmatamento e proposição de referência de emissões florestais (FREL); e todo o território nacional nas ações de desenvolvimento de plataforma para análise e visualização de grandes volumes de dados geoespaciais	(i) Desenvolvimento e implementação de sistemas de monitoramento do desmatamento para os biomas Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal; (ii) Cálculo das emissões de CO ₂ relativas às áreas desmatadas e construção de proposta do nível de FREL para cada um desses biomas; e (iii) Desenvolvimento de plataforma para análise e visualização de grandes volumes de dados geoespaciais	25.9.2017	49.778.000,00	34%
Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)	Bioma Amazônia	Apoiar o desenvolvimento de estudos sobre usos e cobertura da terra no bioma Amazônia, bem como a ampliação e o aprimoramento do monitoramento ambiental por satélites realizado pelo Inpe	7.10.2014	66.952.436,00	100%
Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)	Amazônia Regional	Contribuir para o desenvolvimento da capacidade de monitoramento do desmatamento, das mudanças de uso da terra e do aproveitamento florestal nos países-membros da OTCA	30.4.2013	23.693.641,00	100%
Nascentes do Buriti Município de Carlinda	Município de Carlinda, estado de Mato Grosso	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal por meio da estruturação física da Secretaria municipal de Meio Ambiente e Turismo; e ações de recuperação de 1.722 ha de APPs no entorno de nascentes	2.8.2011	1.875.500,94	100%

(Continua)

(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Néctar da Amazônia Instituto Peabiru	Comunidades tradicionais dos municípios de Curuçá, Almeirim e Monte Alegre, no estado do Pará, e Macapá e Oiapoque, no estado do Amapá	Fortalecer a cadeia produtiva do mel de abelhas nativas de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento	13.5.2014	2.030.000,00	100%
Pacto da Floresta Pacto das Águas – Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais	Alta Floresta D'Oeste, Costa Marques, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Nova Mamoré, São Francisco do Guaporé e São Miguel do Guaporé, no estado de Rondônia	Apoiar a consolidação da cadeia produtiva da castanha-do-brasil e o fortalecimento das atividades produtivas relacionadas ao açaí, farinha de mandioca e borracha natural em duas TIs e três reservas extrativistas em Rondônia	13.6.2018	8.700.000,00	36%
Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA)	Estado do Pará	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Pará por meio da estruturação física e operacional de unidades do Corpo de Bombeiros Militar localizadas em dez municípios do estado	27.11.2012	16.830.280,00	100%
Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNI)	Estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, limitados ao bioma Amazônia	Apoiar a realização de quatro chamadas públicas que irão selecionar e financiar projetos socioambientais de pequeno valor voltados para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais em áreas do bioma Amazônia dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão	3.7.2012	12.843.876,04	100%
Plantar Rondônia Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	Estado de Rondônia, nos municípios de: Ariquemes, Castanheiras, Cujubim, Itapuã do Oeste, Jaru, Ji-Paraná, Machadinho D'Oeste, Novo Horizonte, Ouro Preto, Presidente Médici, Rio Crespo e Rolim de Moura	Apoiar a adequação ambiental de imóveis rurais em Rondônia, por meio de atividades de: (i) elaboração e implementação de projetos de recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas em imóveis de até quatro módulos fiscais, de produtores rurais familiares; (ii) extensão rural, capacitação e fortalecimento institucional de associações de produtores rurais familiares; e (iii) monitoramento e avaliação da paisagem	18.12.2017	25.305.337,00	40%
PPP-ECOS na Amazônia Fase 2 Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNI)	Estados de Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão, dentro dos limites da Amazônia Legal	Apoiar projetos de estruturação de cadeias produtivas sustentáveis por meio de chamadas públicas no âmbito do Programa Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS)	18.9.2018	22.766.000,00	18%
Prevfogo/Ibama Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Majoritariamente bioma Amazônia, mas com fortalecimento da central de logística do Prevfogo em Brasília	Apoiar a estruturação física e operacional do Prevfogo e educação ambiental para sensibilizar e capacitar atores locais com a finalidade de monitorar, prevenir e combater incêndios florestais e queimadas não autorizadas no bioma Amazônia	30.12.2013	14.717.270,00	80%

(Continua)

(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Profisc I - B Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Amazônia Legal	Apoiar as atividades do Ibama de fiscalização ambiental e controle do desmatamento na Amazônia Legal	19.3.2018	140.264.000,00	48%
Programa de Qualificação da Gestão Ambiental Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibama)	Municípios do bioma Amazônia	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental em municípios do bioma Amazônia por meio da oferta de capacitação e assistência técnica; da disseminação de conhecimentos e informações em rede; e pelo estímulo à inovação e promoção da articulação com outras esferas de governo e da sociedade em geral, no âmbito das políticas públicas ambientais	18.12.2012	18.853.482,32	100%
Programa Municípios Verdes Estado do Pará	100 municípios no estado do Pará	Apoiar a consolidação do CAR de imóveis rurais e o fortalecimento da gestão ambiental municipal de modo a contribuir para o combate ao desmatamento e à degradação florestal no estado do Pará	10.12.2013	75.296.569,12	55%
Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado (PDSEAI) Estado de Rondônia/ Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (Sedam-RO)	Todo o estado de Rondônia	Apoiar a gestão ambiental, incluindo ações voltadas para a proteção das UCs estaduais, para a consolidação do CAR e para o fortalecimento da gestão ambiental municipal de modo a contribuir para o combate ao desmatamento e à degradação florestal no estado de Rondônia	21.1.2014	31.227.392,40	34%
Projeto Integrado da Amazônia Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundação Eliseu Alves (FEA)	Bioma Amazônia	Promover a produção e a disseminação de conhecimentos e tecnologias voltados para a recuperação, a conservação e o uso sustentável do bioma Amazônia, por meio do apoio à execução dos projetos das unidades descentralizadas da Embrapa selecionados por meio de chamada interna	29.12.2015	33.691.380,00	50%
Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	Bioma Amazônia	Apoiar a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato de forma a assegurar os limites físicos e as riquezas naturais das áreas com a presença dessas populações, de modo a contribuir para a redução do desmatamento na Amazônia	28.10.2014	19.043.330,00	100%

(Continua)

(Continuação)

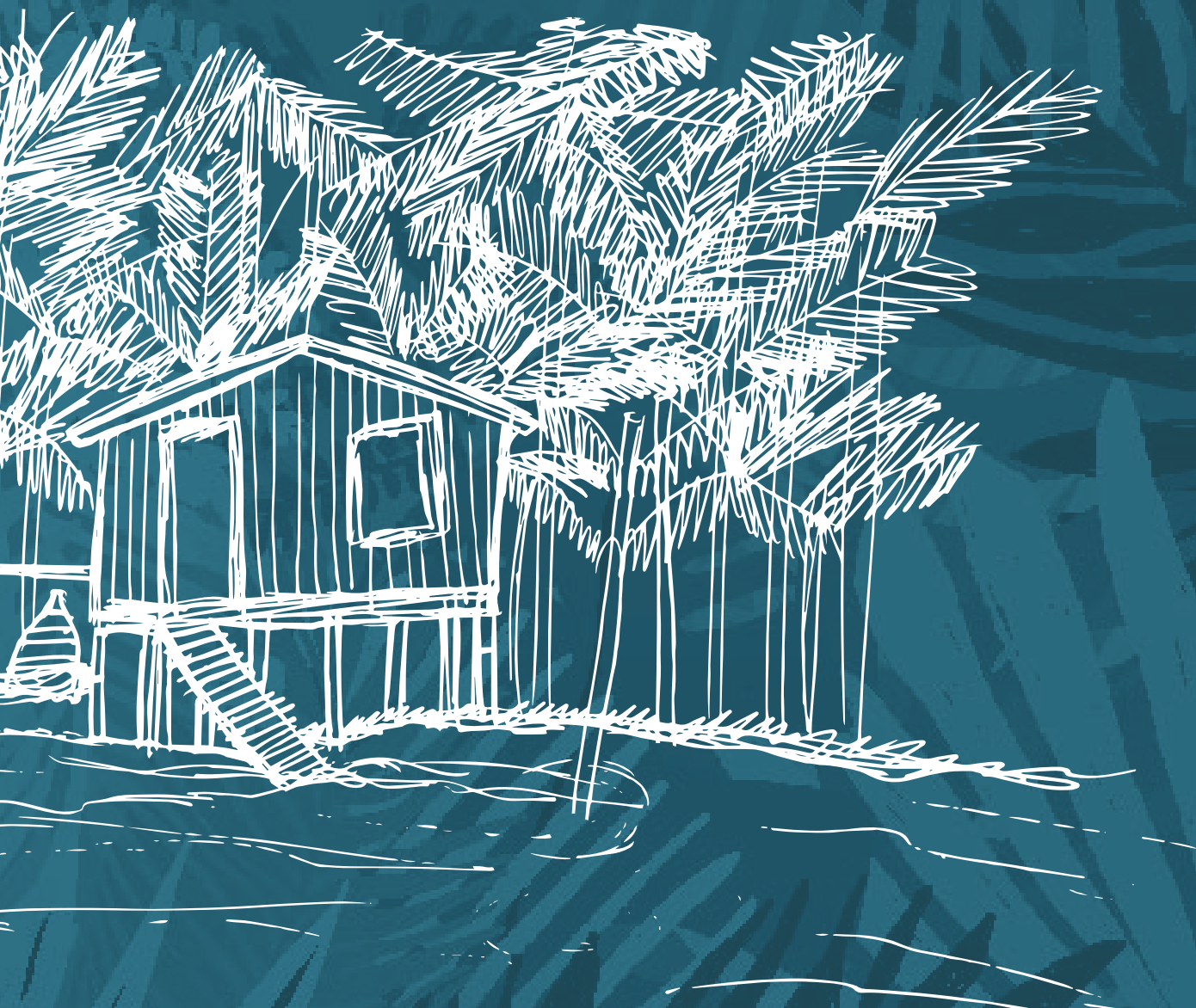
PROJETOS APOIADOS					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Quintais Amazônicos Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	Estado de Rondônia, nos município de Machadinho d'Oeste, Cujubim e Itapuã do Oeste	Apoiar agricultores familiares e assentados da reforma agrária no estado de Rondônia, residentes nos municípios de Itapuã do Oeste, Cujubim e Machadinho d'Oeste, para: (i) a inscrição das propriedades rurais no CAR; e (ii) o plantio e a realização de pesquisas de SAFs para a recuperação de áreas alteradas ou degradadas em reservas legais e áreas de preservação permanente	30.7.2013	8.891.687,09	100%
Rondônia Mais Verde Estado de Rondônia	Área de alcance das ações que serão desenvolvidas a partir da Base de Operações Aéreas e Terrestre – a ser instalada na capital Porto Velho – e das quatro maiores unidades operacionais dos bombeiros, localizadas nos municípios de Ji- Paraná, Guajará-Mirim, Cacoal e Vilhena, que também receberão equipamentos com recursos do projeto. A área de abrangência também englobará importantes áreas de preservação e proteção ambiental, com destaque para os parques nacionais de Pacaás e Serra da Cutia	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado de Rondônia por meio de capacitação e de aquisição de materiais e equipamentos para a instrumentalização: (i) da Base de Operações Aéreas e Terrestre do Corpo de Bombeiros Militar, a ser construída pelo estado na capital Porto Velho; e (ii) de quatro unidades operacionais, localizadas em outros municípios do estado	11.9.2012	15.040.500,00	100%
Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu Município de Cotriguaçu	Município de Cotriguaçu (MT)	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no município de Cotriguaçu por meio da: (i) construção e estruturação física de sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; (ii) recuperação de áreas de preservação permanente degradadas (APPD) em propriedades rurais de até quatro módulos fiscais e no entorno de corpos d'água em áreas públicas; e (iii) implantação de unidades demonstrativas de recuperação e manejo de pastagem	22.7.2014	1.981.511,00	80%
Sementes do Portal – Fase II Instituto Ouro Verde (IOV)	Oito municípios da região conhecida como Portal da Amazônia, no extremo norte de Mato Grosso: Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Colider, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Santa Helena, Terra Nova do Norte	Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento da agricultura familiar na região do Portal da Amazônia, no estado de Mato Grosso, por meio da implantação e consolidação de SAFs, com plantio e enriquecimento de agroflorestas, estruturação de canais de comercialização de produtos e sementes e realização de pesquisas	1.10.2013	16.086.000,00	100%

(Continua)

(Continuação)

PROJETOS APOIADOS					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Tapajós Sustentável Conservation International do Brasil (CI-Brasil)	Estado do Pará, municípios de Santarém, Aveiro, Belterra, Itaituba, Jacareacanga, Placas, Rurópolis e Trairão. Cinco UCs: Floresta Nacional do Tapajós, Floresta Nacional de Itaituba I, Floresta Nacional de Crepori, Floresta Nacional de Trairão e Resex Tapajós-Arapiuns	Apoiar o fortalecimento da produção sustentável florestal de base comunitária e contribuir para a valorização e conservação dos recursos naturais da região do Tapajós	23.10.2017	23.679.628,00	19%
Terra a Limpo Estado de Mato Grosso – Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional (GDR/MT)	Estado de Mato Grosso	Modernizar a gestão fundiária no estado e contribuir para a regularização fundiária de glebas públicas e assentamentos, estaduais e federais	2.4.2018	72.900.000,00	9%
Território, Cultura e Autonomia Kayapó Associação Floresta Protegida (AFP)	Dois TIs no sul do Pará (TI Kayapó e TI Las Casas), totalizando 3,3 milhões de ha	Apoiar a implementação e a atualização do PGTA da TI Kayapó e a implementação do PGTA da TI Las Casas, ambas localizadas no estado do Pará, contribuindo para a proteção e gestão sustentável de seus territórios e recursos naturais, a promoção de sua autonomia econômica e a valorização de sua cultura	4.12.2017	9.089.870,67	19%
Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai)	Comunidades em áreas de influência de empreendimentos hidrelétricos nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins	Implementar unidades familiares de produção agroecológica, contribuindo para a segurança alimentar e geração de renda de forma ambientalmente sustentável de ribeirinhos e agricultores familiares	24.5.2017	9.075.000,00	99%
Valorização do Ativo Ambiental Florestal Estado do Acre	Estado do Acre	Fomentar práticas sustentáveis de redução do desmatamento, com pagamento por serviços ambientais, valorizando o ativo ambiental e florestal para consolidar uma economia limpa, justa e competitiva, fundamentada no Zoneamento Ecológico Econômico	26.10.2010	57.057.461,00	93%
Valorizando Cadeias Socioprodutivas Amazônicas Instituto Centro de Vida (ICV)	Comunidades em quatro municípios do norte e noroeste de Mato Grosso	Apoiar o fortalecimento de arranjos produtivos sustentáveis na Amazônia	11.12.2017	16.405.000,00	70%

ANEXOS



ANEXO 1 – Relatório de auditoria e demonstrações financeiras do Fundo Amazônia

Fundo Amazônia
(Administrado pelo Banco Nacional de
Desenvolvimento Econômico e Social -
BNDES)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

KPDS 472082

Fundo Amazônia
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
 Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
 Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
 Telefone +55 (21) 2207-9400
 kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Administrador do
 Fundo Amazônia
 Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Amazônia ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Amazônia em 31 de dezembro de 2019 e o desempenho das suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.



Responsabilidade do Administrador do Fundo pelas demonstrações financeiras

O Administrador do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1) e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, o Administrador é responsável, dentro das prerrogativas previstas na NBC TG 26, pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que o Administrador pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Administrador.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

4



- Concluímos sobre a adequação do uso, pelo Administrador, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com o Administrador a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à Administradora declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

5

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.581.776	3.482.996
Despesas antecipadas	5	89.490	90.094
Total do Ativo		3.671.266	3.573.090
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Recursos a destinar a projetos	6	3.581.776	3.482.996
Recursos de custeio	7	89.490	90.094
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Superávit/(déficit) acumulado		-	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		3.671.266	3.573.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2019	2018
RECEITAS			
Receitas de doações para investimentos	6	109.034	187.214
Receitas de doações para custeio	7	605	960
Receitas financeiras	4	207.814	203.585
DESPESAS			
Despesas com doações para investimentos	6	(109.034)	(187.214)
Despesas com remuneração de recursos de projetos	6	(207.814)	(203.585)
Despesas administrativas	9	(605)	(960)
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
 (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
 Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de reais)

	Superávit/ (Déficit) acumulado
Saldo em 1º de janeiro de 2018	-
Exercício de 2018	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Exercício de 2019	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Recursos Recebidos			
Recursos recebidos Doações	6	-	273.604
Recursos recebidos retidos - (3%)	7	-	(8.208)
Destinação de recursos para projetos	6	(109.034)	(187.214)
Rendimentos financeiros	4	207.814	203.585
Outras obrigações	8	-	(7)
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		98.780	281.760
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.482.996	3.201.236
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	3.581.776	3.482.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO DE ATIVIDADES

O Fundo Amazônia foi criado pela Resolução BNDES nº 1.640, de 3 de setembro de 2008, dando início às suas atividades operacionais no segundo semestre de 2009, tendo por finalidade captar doações para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas da Amazônia Legal, nos termos do Decreto nº 6.527/2008, alterado pelos Decretos nº 6.565/2008 e 8.773/2016.

O Fundo Amazônia apoia projetos nas seguintes áreas:

- Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- Manejo florestal sustentável;
- Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- Recuperação de áreas desmatadas.

A gestão e administração do Fundo Amazônia são de responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, tendo como incumbência, dentre outras, a captação de recursos, a contratação e o monitoramento dos projetos e ações apoiados, além da atuação como representante judicial.

A governança do Fundo Amazônia estabelecida pelo Decreto nº 6.527/2008 previa a existência de um Comitê Orientador - COFA, com a atribuição de determinar suas diretrizes e acompanhar os resultados obtidos. Em virtude da promulgação do Decreto nº 9.759 em 11 de abril de 2019, que estabeleceu regras para colegiados da administração pública federal, os dois comitês que compunham a governança do Fundo Amazônia, a saber: o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA), foram extintos a partir do dia 28 de junho de 2019. Em decorrência dessas alterações na governança do fundo, iniciaram-se negociações entre o governo brasileiro e os governos dos países doadores visando o estabelecimento de um entendimento comum de uma nova governança.

Essa situação não representou impacto na execução dos projetos que já haviam sido contratados. Nesse sentido o Fundo Amazônia continua operando normalmente, realizando novas liberações e acompanhando a execução dos projetos. Os recursos para a continuidade e conclusão dos projetos já contratados estão garantidos conforme previsão nos contratos de doação. Apenas as análises e aprovações de novos projetos foram suspensas durante o período de negociações que não foram concluídas até o final de 2019.

O Fundo Amazônia não possui personalidade jurídica própria, sendo suas transações escrituradas em contas específicas da contabilidade do BNDES.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucros, em conformidade com a Interpretação ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução no 1.409, de 21 de setembro de 2012, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras, registradas como "Caixa e equivalentes de caixa" e mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

b) Moeda Funcional

O Administrador concluiu que o real é a moeda funcional do Fundo.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata em dois fundos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM, que possuem carteira de investimento conservadora com baixo risco de variação no valor de mercado dos investimentos. Os rendimentos das aplicações feitas junto à BB DTVM estão vinculados à variação da cota dos fundos investidos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.

3.2 Recursos a destinar a projetos

Referem-se ao saldo ainda não destinado de doações recebidas, incluindo os rendimentos oriundos da aplicação desses recursos.

Conforme o Decreto nº 6.527/2008 e alterações posteriores, 97% dos recursos recebidos são destinados a projetos. Esses valores são registrados no passivo e deduzidos pelas despesas incorridas de cada projeto, de modo que não resultam em aumento ou redução do patrimônio líquido, tendo em vista que o Fundo é apenas o agente arrecadador e repassador para execução dos projetos.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

3.3 Doações para custeio

Conforme § 3º do artigo 1º do Decreto nº 6.527/08 e alterações posteriores, o BNDES deve segregar a importância equivalente a 3% do valor das doações para cobertura de seus custos operacionais e das despesas relacionadas ao Fundo Amazônia. A receita de custeio referente aos 3% das doações é contabilizada como "Recursos para Custeio", sendo a receita reconhecida conforme a utilização dos recursos pelo BNDES. O registro da transferência dos 3% para o BNDES é apresentado como "Despesas Antecipadas" e apropriado como "Despesa Administrativa" conforme a utilização pelo BNDES.

3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

O Fundo optou pelo método direto na apresentação desta demonstração. Os recursos recebidos de projetos foram tratados como atividades operacionais, tendo em vista que o Fundo atua como agente arrecadador e repassador destes recursos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São compostos da forma que segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Aplicação financeira junto ao Administrador (*)	3.581.776	3.482.996
TOTAL	3.581.776	3.482.996

(*) O Administrador mantém os recursos do Fundo aplicados junto ao fundo de investimento BB Gaia Fundo de Investimento Renda Fixa ("BB Gaia FIRF"), que possui portfólio concentrado em títulos públicos do governo brasileiro, e, ao BB Gaia II Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa ("BB Gaia II FIC FIRF"), que concentra, no mínimo, 95% de seu patrimônio em cotas do BB Gaia FIRF. Ambos os fundos possuem cláusula de liquidez diária.

Conforme o Decreto nº 6.527/08 e alterações posteriores, o percentual de 97% das doações recebidas é destinado à aplicação em projetos. O Fundo segrega estes recursos em conta de investimento específica. Os recursos, enquanto não direcionados a projetos, são aplicados pelo BNDES nos fundos exclusivos supracitados, administrados e geridos pela BB DTVM, sendo remunerados com base no índice de rendimento de cada um deles.

Adicionalmente, o fundo exclusivo BB Gaia II FIC FIRF foi criado em atendimento à Decisão de Diretoria nº 832/2012, que determinou a segregação contábil dos valores captados de fontes públicas brasileiras, os quais não podem ser destinados a projetos executados pela União Federal.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Até dezembro de 2019, o total de receitas financeiras das aplicações do Fundo Amazônia desde o seu início somaram R\$ 1.460.233 (R\$ 1.252.419 até dezembro de 2018).

Segue abaixo a movimentação de Caixa e Equivalentes de Caixa:

31/12/2019				
	Total	Recursos para projetos (Gaia FI)	Recursos para projetos (Gaia II FIC)	Recursos para custeio
Saldo em 1º de janeiro de 2019	3.482.996	3.463.283	19.713	-
Rendimentos	207.814	206.686	1.128	-
Recursos liberados	(109.034)	(109.034)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.581.776	3.560.935	20.841	-

31/12/2018				
	Total	Recursos para projetos (Gaia FI)	Recursos para projetos (Gaia II FIC)	Recursos para custeio
Saldo em 1º de janeiro de 2018	3.201.236	3.183.846	17.390	-
Rendimentos	203.585	202.468	1.117	-
Recursos retidos pelo BNDES (3%)	(8.208)	-	-	(8.208)
Recursos devolvidos	(7)	(7)	-	-
Transferência entre fundos	-	(4)	4	-
Recursos liberados	(187.214)	(187.214)	-	-
Doações recebidas	273.604	264.194	1.202	8.208
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	272.365	264.194	-	8.171
Petrobras	1.239	-	1.202	37
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.482.996	3.463.283	19.713	-

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

5. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de despesas antecipadas é composto pelo equivalente a 3% do valor das doações, retido pelo BNDES para cobertura dos custos operacionais do Fundo Amazônia, líquido dos valores reconhecidos como "Despesas administrativas" no Fundo Amazônia de acordo com a utilização pelo BNDES.

6. RECURSOS A DESTINAR A PROJETOS

O saldo de recursos de projetos foi recebido dos seguintes doadores: (i) Ministério Norueguês de Relações Exteriores, (ii) KFW e (iii) Petrobras, e se destinam a projetos específicos e vinculados ao objetivo do Fundo Amazônia.

Segue abaixo a movimentação dos recursos de projetos:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	3.482.996	3.201.229
Rendimentos	207.814	203.585
Recursos liberados	(109.034)	(187.214)
Doações recebidas (*)	-	265.396
Saldo no final do exercício	3.581.776	3.482.996

(*) Valor líquido da parcela de 3% destinada à cobertura de custos.

O montante de R\$ 109.034 (R\$ 187.214 em 31/12/2018) está registrado em conta de resultado nas rubricas "Receita de doações para investimentos" e "Despesas com doações para investimentos", anulando-se pelo fato do Fundo Amazônia não ter fins lucrativos.

O Fundo Amazônia não recebeu doações no exercício de 2019. Desde o início de suas atividades até 31 de dezembro de 2019, o Fundo da Amazônia recebeu recursos dos seguintes doadores:

Até 31/12/2019			
Doador	Recursos para custeio 3%	Recursos para projetos 97%	Total 100%
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	95.601	3.091.119	3.186.720
KFW	5.781	186.909	192.690
Petrobras	518	16.767	17.285
Total	101.900	3.294.795	3.396.695

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Até 31/12/2018			
Doador	Recursos para custeio 3%	Recursos para projetos 97%	Total 100%
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	95.601	3.091.119	3.186.720
KFW	5.781	186.909	192.690
Petrobras	518	16.767	17.285
Total	101.900	3.294.795	3.396.695

7. RECURSOS DE CUSTEIO

O saldo de recursos de custeio refere-se à parcela da doação (3%) retida pelo BNDES ainda não reconhecida como "Receita de doação". O reconhecimento da receita de doação ocorre conforme a utilização dos recursos pelo BNDES. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram destinados valores para custeio devido à ausência de recursos recebidos de doações no período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi destinado o montante de R\$ 8.208 para custeio referentes a 3% do total de recurso recebidos de doações no valor de R\$ 273.604.

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi reconhecido como despesa administrativa o montante de R\$ 605 (R\$ 960 em 31/12/2018), sendo as mais relevantes: publicidade, viagens e diárias, seminários e eventos e serviços de auditoria.

9. IMPOSTOS

Todas as obrigações tributárias que porventura venham a existir por conta de operações no âmbito do Fundo Amazônia são de responsabilidade do BNDES, uma vez que o Fundo não possui personalidade jurídica própria, sendo suas transações escrituradas em contas específicas na contabilidade do BNDES.

PIS e COFINS

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 11.828, de 20 de novembro de 2008, com redação dada pela Lei 12.810, de 15 de maio de 2013, ficam isentas da incidência da Contribuição para o PIS-PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) as doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, inclusive programas de remuneração por serviços ambientais, e de promoção da conservação e do uso sustentável dos biomas brasileiros.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Imposto de Renda e Contribuição Social

Não há resultado a ser oferecido à tributação de IRPJ e CSLL, pois a receita de doação é reconhecida no resultado no mesmo momento da apropriação das despesas operacionais com projetos idealizados no âmbito do Fundo Amazônia, conforme aprovação da solução de consulta nº 59 SRRF07/Disit, de 06/08/2009, realizada pelo BNDES junto à Secretaria da Receita Federal. O mesmo ocorre em relação ao resultado financeiro proveniente das aplicações em fundos de investimento.

10. PARTES RELACIONADAS

O Fundo Amazônia possui relacionamento com o BNDES, que está autorizado a destinar o valor das doações recebidas em espécie para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento, combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável do bioma amazônico. O relacionamento mencionado se refere aos valores correspondentes a "Caixa e equivalentes de caixa" (conforme Nota Explicativa nº 4), que se encontram em contas bancárias, cuja titularidade é do BNDES.

Adicionalmente, o BNDES retém a importância equivalente a 3% do valor das doações para cobertura de seus custos operacionais e das despesas relacionadas ao Fundo Amazônia, vide maiores explicações na Nota Explicativa nº 5 "Despesas antecipadas".

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Fundo Amazônia é composto por superávit/(déficit) dos exercícios.

12. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Fundo não apresenta riscos significativos de crédito, liquidez, mercado e operacional, pois possui operações muito limitadas. O Fundo tem concentração de risco de crédito com seu Administrador (fundos investidos) conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4. Os valores contábeis representam o montante do risco de crédito do Fundo. Conforme Nota Explicativa nº 1, os recursos para a continuidade e conclusão dos projetos já contratados estão garantidos conforme previsão nos contratos de doação.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

DIRETORIA

Gustavo Henrique Moreira Montezano – Presidente

Ângela Brandao Estellita Lins

Bianca Nasser Patrocínio

Claudenir Brito Pereira

Fábio Almeida Abrahão

Leonardo Mendes Cabral

Petrônio Duarte Cançado

Ricardo Wering de Barros

Saulo Benigno Puttini

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Luciana Torres Bastos

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Maria da Conceição Viviane Távora de Freitas

Contadora - CRC-RJ 093.073/O-5

ANEXO 2 – Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Ref.: Relatório de asseguração limitada do
auditor independente

JC/CM/LL/LFFMM

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Relatório de asseguração limitada do auditor independente

Conteúdo

Relatório do auditor independente

Introdução

Procedimentos aplicados

Escopo e limitações

Projetos apoiados

Aspectos ambientais nos projetos analisados no âmbito do Fundo Amazônia

Conclusões



Tel.: +55 21 2210 5166
Fax: + 55 21 2224 5285
www.bdobrazil.com.br

Rua Buenos Aires, 48
4º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ 20070-022

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

À
Diretoria do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Fomos contratados com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguarção limitada, a fim de se verificar a conformidade dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia em 2019, no tocante às normas e diretrizes a ele aplicáveis.

Nossa responsabilidade é de emitir um relatório de asseguarção limitada sobre a conformidade dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

Procedimentos aplicados

Os procedimentos de asseguarção limitada foram realizados de acordo com a Norma NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aprovada pela Resolução CFC 1.160/2009, e com a ISAE 3000 - *International Standard on Assurance Engagements*, emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)*, ambas para trabalhos de asseguarção que não sejam de auditoria ou de revisão de informações financeiras históricas.

Os procedimentos de asseguarção limitada compreenderam:

- O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, coerência, o volume de informações quantitativas e qualitativas;
- O entendimento da metodologia de análise dos projetos através de entrevistas com os gestores responsáveis pelas informações;
- Exame dos relatórios de análise, decisões da diretoria e contratos, verificação de conformidade com o Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, que dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em especial ao contido no Artigo 1º, e das normas e diretrizes emanadas pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA);
- Avaliação da conformidade da finalidade (produtos e serviços), resultados esperados e objetivos dos projetos analisados pelas equipes técnicas do BNDES, aprovados pela sua Diretoria, contratados ou a contratar, para verificação de sua conformidade, quando aplicável, com as orientações estratégicas contidas no Plano Amazônia Sustentável (PAS), com as diretrizes tático-operacionais do Plano de Ação para a Prevenção e o Controle de Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) e com a Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (ENREDD+);
- Confronto das informações quantitativas e qualitativas dos relatórios de análise e suas conclusões com as decisões da diretoria e os contratos assinados entre o BNDES e os executores dos projetos.



Escopo e limitações

Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguarção limitada quanto ao cumprimento, pelo BNDES, das exigências constantes no Decreto nº 6.527/2008 no que tange às ações apoiáveis, das diretrizes e critérios estabelecidos pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e, quando aplicável, das orientações estratégicas contidas no Plano Amazônia Sustentável (PAS), das diretrizes tático-operacionais do Plano de Ação para Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) e da Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (ENREDD+), não incluído a avaliação do cumprimento, pelos beneficiários dos projetos, das obrigações contratadas pelo BNDES.

A realização dos procedimentos e das análises pertinentes esteve restrita aos documentos disponibilizados pelo BNDES e não foi objeto de validação da autenticidade dos mesmos.

Os procedimentos aplicados não representam um exame de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria das demonstrações contábeis.

Nosso relatório não proporciona asseguarção limitada sobre o alcance de metas, resultados e expectativas e sobre informações que estão sujeitas à avaliação subjetiva.

Adicionalmente, não foi prevista a realização de perícias documentais e de procedimentos de identificação de fraudes.

Projetos apoiados

Na realização dos trabalhos de asseguarção limitada foram analisadas as aprovações e contratações de colaboração financeira não reembolsável a projetos no decorrer do exercício de 2018 e 2019, compreendendo o seguinte estágio e executores:

a) Projetos aprovados e contratados em 2018:

- Operação nº 6079754 (*): CAR Espírito Santo.

b) Projetos aprovados em 2018 e contratados em 2019:

- Operação nº 5834967 (*): CAR Amazonas;
- Operação nº 6104073 (*): Amazônia - Regularização Ambiental.

(*) Numeração interna do BNDES

Aspectos ambientais nos projetos analisados no âmbito do Fundo Amazônia

Ao final deste trabalho, dispomos de elementos que contribuem para um melhor entendimento do tema, em relação ao seu estágio atual e perspectivas futuras, de modo a auxiliar o processo de tomada de decisão. Há uma grande oportunidade para promoção do desenvolvimento ambiental, social, econômico e de preservação da floresta nas áreas de abrangência do fundo, com real perspectiva de contenção do desmatamento na Amazônia Legal e viabilização de alternativas de proteção e uso sustentável da floresta, com base nos mecanismos e processos expostos no PPCDAM - Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, no PAS - Plano Amazônia Sustentável, na ENREDD+ - Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal e no arcabouço legal, por meio do Decreto nº 6.527/2008 e da Lei nº 12.187/2009.



Na análise dos projetos propostos e dos procedimentos e critérios usados na concessão dos recursos provenientes do Fundo Amazônia, ficam explicitados os eixos que norteiam o escopo desses projetos, bem como a concessão dos recursos: ordenamento fundiário e territorial; monitoramento e controle; fomento às atividades produtivas sustentáveis; ciência, inovação e instrumentos econômicos.

Conclusões

a) Confrontamos as cláusulas dos contratos de concessão de colaboração financeira aos projetos listados no item 4, subitens "a e b" (projetos aprovados e contratados em 2018 e projetos aprovados em 2018 e contratados em 2019, respectivamente) com o texto das decisões de Diretoria do BNDES que aprovaram a colaboração financeira.

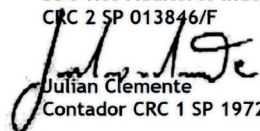
Verificamos que foi mantida nos contratos a finalidade prevista nas decisões de Diretoria do BNDES que aprovaram a colaboração financeira aos projetos. Também verificamos que os instrumentos contratuais não introduziram quaisquer alterações que possam ter afetado a conformidade dos projetos em relação ao Decreto nº 6.527/2008, aos critérios e diretrizes do COFA e, quando aplicável, ao PAS, ao PPCDAM e à ENREDD+.

Os relatórios de análise e as decisões da Diretoria referentes a esses projetos foram objeto de nossa análise de assecuração, referente ao exercício de 2018. O relatório de auditoria emitido em 27 de março de 2019 concluiu pela conformidade dos projetos em relação ao Decreto nº 6.527/2008, aos critérios e diretrizes do COFA e, quando aplicável, ao PAS, ao PPCDAM e à ENREDD+.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F


Julian Clemente
Contador CRC 1 SP 197232/0-6 - S - RJ



Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/0-2

ANEXO 3 – Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos e focos de atuação para o biênio 2017-2018 (válidos até 28 de junho de 2019)

Projetos na Amazônia Legal		Projetos no Brasil fora da Amazônia Legal		Projetos em outros países tropicais	
A	Critérios orientadores	G1-G4	Critérios orientadores	H1-H3	Critérios orientadores
B	Condicionantes mínimos para projetos	G5-G14	Condicionantes mínimos para projetos	H4-H11	Condicionantes mínimos para projetos
C	Modalidades de aplicação dos recursos	G15-G16	Modalidades de aplicação dos recursos	H12-H13	Modalidades de aplicação dos recursos
D	Restrição de uso dos recursos	G17-G19	Restrição de uso dos recursos	H14-H16	Restrição de uso dos recursos
E	Critérios de equidade na aplicação dos recursos	G20	Critérios de equidade na aplicação dos recursos	H17	Critérios de equidade na aplicação dos recursos
F	Limitações na aplicação dos recursos				

Focos para o apoio do Fundo Amazônia no biênio 2017-2018	
I1-I3	Orientações gerais
I4-I6	Modalidades operacionais
I7-I10	Amazônia Legal – Eixo Monitoramento e Controle
I11-I13	Amazônia Legal – Eixo Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis
I14-I18	Amazônia Legal – Eixo Ordenamento Fundiário e Territorial
I19-I24	Amazônia Legal – Foco Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos
I25-I26	O apoio do Fundo Amazônia no Brasil fora da Amazônia Legal
I27	O apoio do Fundo Amazônia em outros países tropicais

CONSOLIDADO EM: 9.11.2018

Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia na Amazônia Legal

Área de aplicação	Limite de aplicação do total dos recursos disponíveis no ano	Tabelas
Projetos na Amazônia Legal	Sem limite	A-F

A. Critérios orientadores

Código	Critérios
A1	Temático
A2	Geográfico
A3	Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada
A4	Público-alvo
A5	Relevância

B. Condicionantes mínimos para projetos

Código	Condicionantes
B1	Indicadores de resultados
B2	Proponentes/executores
B3	Participação social
B4	Coerência com áreas temáticas Fundo Amazônia
B5	Coerência com o PPCDAm, os PPCDs estaduais e a Proveg
B6	Coerência com a ENREDD+
B7	Adicionalidade de recursos
B8	Contrapartida
B9	Base territorial
B10	Publicidade e transparência
B11	Sustentabilidade do projeto
B12	Desconcentração dos recursos
B13	Benefícios de uso coletivo
B14	Não substituição de outras fontes de financiamento

C. Modalidades de aplicação dos recursos

Código	Modalidades
C1	Aplicação direta – Investimento
C2	Aplicação direta – Custeio
C3	Pagamento por serviços ambientais
C4	Aplicação indireta

D. Restrição de uso dos recursos

Código	Restrições
D1	Diárias
D2	Pagamento de pessoas físicas
D3	Impostos e tributos

E. Critérios de equidade de aplicação dos recursos

Código	Critérios
E1	Equidade na aplicação de recursos por Estado
E2	Equidade por tipo de proponente

F. Limitações na aplicação dos recursos

Código	Limitações
F1	Projetos com fins econômicos
F2	Projetos com fins econômicos de apoio a grupos sociais fragilizados
F3	Projetos com fins econômicos de pesquisa científica e tecnológica desenvolvidos em cooperação entre instituições tecnológicas (IT) e entidades com fins econômicos

CRITÉRIOS ORIENTADORES

A1 – Temático

O Fundo Amazônia apoia projetos nas seguintes áreas temáticas:

- Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- Manejo florestal sustentável;
- Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- Recuperação de áreas desmatadas.

Os projetos deverão seguir os focos estabelecidos nessas diretrizes na Tabela I.

A2 – Geográfico

- Projetos realizados nos municípios prioritários para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento (a definição desses municípios é realizada em conformidade com o art. 2 do Decreto 6.321/2007);
- Projetos realizados nos municípios sob área de influência de grandes obras de infraestrutura;
- Projetos realizados nos municípios/regiões com maior conservação da cobertura florestal; e
- Projetos realizados em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade ou a melhoria do *status* de conservação das espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção.

A3 – Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada

Projetos que envolvam a articulação entre diversos atores, do setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais, com estrutura de governança compartilhada.

A4 – Público-alvo

Projetos envolvendo benefícios diretos a comunidades tradicionais, assentamentos e agricultores familiares.

A5 – Relevância

Projetos com maior potencial de replicabilidade; e

Projetos com maior potencial de impacto (ex. R\$/hectare de floresta protegido ou manejado sustentavelmente).

CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS

B1 – Indicadores de resultados

Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados aos objetivos do Fundo Amazônia.

B2 – Proponentes/executores

Projeto deve incluir anuência de todos os parceiros e coexecutores.

B3 – Participação social

Projetos envolvendo comunidades tradicionais e povos indígenas devem, obrigatoriamente, apresentar documento que comprove o consentimento prévio dessas comunidades ou de suas instituições representativas. As comunidades envolvidas deverão ser explicitadas no projeto.

B4 – Coerência com áreas temáticas Fundo Amazônia

Projeto deve se enquadrar em pelo menos uma área temática do Decreto 6.527/2008.

B5 – Coerência com o PPCDAm, os PPCDs estaduais ou a Proveg

Projeto deve demonstrar clara coerência com ações previstas no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), nos planos estaduais de prevenção e combate ao desmatamento (PPCD) e, quando cabível, com a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg).

B6 – Coerência com a ENREDD+

Projeto deve demonstrar clara coerência com a Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (ENREDD+).

B7 – Adicionalidade de recursos

Projetos devem respeitar o princípio da adicionalidade aos orçamentos públicos diretos destinados às áreas de aplicação do Fundo Amazônia. Na aplicação desse critério, poderão ser considerados os seguintes aspectos:

- orçamento médio público direto executado nos 2 (dois) anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta;
- variação do orçamento da instituição ou órgão responsável comparado com a variação do orçamento do ente federativo a que se vincula ou integra (em relação ao ano anterior); e
- previsão nos planos plurianuais de governo vigentes (PPAs).

B8 – Contrapartida

Deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidades aos recursos tomados no Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do fundo. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

B9 – Base territorial

Projetos devem explicitar a sua base territorial de aplicação (estado e, onde aplicável, município).

B10 – Publicidade e transparência

Projetos devem contar com mecanismo de divulgação de sua implementação pela internet.

B11 – Sustentabilidade do projeto

Apresentar estratégias de sustentação dos resultados do projeto depois da implantação.

B12 – Desconcentração dos recursos

Deve-se buscar equilibrar, no conjunto da atuação do fundo, o apoio a todas as suas áreas temáticas, de acordo com as prioridades que forem definidas.

B13 – Resultados dos projetos com fins econômicos

Os resultados dos projetos com fins econômicos devem priorizar benefícios coletivos ou públicos, relacionados a:

- infraestrutura produtiva, serviços e insumos de uso coletivo, sem prejuízo da apropriação individual de benefícios pelo público-alvo do Fundo Amazônia (item A4);
- estudos e levantamentos com resultados disponibilizados à coletividade;
- treinamento e capacitação abertos à coletividade;
- desenvolvimento tecnológico com resultados abertos à coletividade, sempre que viável;
- inovações replicáveis e de aplicação prática; e
- outros benefícios coletivos identificados no processo de avaliação dos projetos.

B14 – Não substituição de outras fontes de financiamento

Os recursos do Fundo Amazônia não podem substituir outras fontes de financiamento disponíveis.

MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**C1 – Aplicação direta – Investimento**

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

C2 – Aplicação direta – Custeio

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo e comunicação, entre outros. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

C3 – Pagamento por serviços ambientais

Pagamentos realizados aos provedores de serviços ambientais. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

C4 – Aplicação indireta

Aplicações indiretas por intermédio de iniciativas agregadoras de pequenos projetos, aí incluídos fundos e outras organizações implementadoras de projetos.

RESTRIÇÃO DE USO DOS RECURSOS**D1 – Diárias**

Não poderão ser pagas diárias para agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública. Não se aplica essa restrição em caso de financiamento a atividades de pesquisa.

D2 – Pagamento de pessoas físicas

Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).

D3 – Impostos e tributos

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto (a restrição não se aplica a tributos relacionados às atividades dos projetos, como ICMS incluído nos preços dos produtos e INSS sobre o pagamento de serviços de pessoa física).

CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**E1 – Equidade na aplicação de recursos por estado**

Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo estado.

E2 – Equidade por tipo de proponente

Evitar a concentração de recursos entre os tipos de proponentes: órgãos públicos, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil. No contexto do Fundo Amazônia, incluem-se em sociedade civil as organizações não governamentais, representações de classe, empresas e outras instituições de direito privado.

LIMITAÇÕES NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

F1 – Projetos com fins econômicos

Participação máxima do Fundo Amazônia:

90% para projetos que envolvam micro e pequenas empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual menor ou igual a R\$ 3,6 milhões;

70% para projetos que envolvam médias empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 3,6 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões;

50% para projetos que envolvam grandes empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 300 milhões.

Observação: Na hipótese de início de atividades no próprio ano-calendário, os limites acima referidos serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses. Nos casos de empresas em implantação, será considerada a projeção anual de vendas utilizada no empreendimento, levando-se em conta a capacidade total instalada. Quando a empresa for controlada por outra empresa ou pertencer a um grupo econômico, a classificação do porte se dará considerando-se a receita operacional bruta consolidada.

F2 – Projetos com fins econômicos de apoio a grupos sociais fragilizados

Participação máxima do Fundo Amazônia, em casos devidamente justificados: 100%. Os resultados econômicos que resultem dos projetos de apoio a grupos sociais fragilizados deverão ser distribuídos aos integrantes destes, independentemente de quem seja o proponente.

F3 – Projetos com fins econômicos de pesquisa científica e tecnológica desenvolvidos em cooperação entre instituições tecnológicas (IT) e entidades com fins econômicos

Participação máxima do Fundo Amazônia:

90% para projetos que envolvam micro e pequenas empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual menor ou igual a R\$ 3,6 milhões;

80% para projetos que envolvam médias empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 3,6 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões;

70% para projetos que envolvam grandes empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 300 milhões.

- Os beneficiários dos recursos financeiros do Fundo Amazônia serão as instituições tecnológicas (IT) e/ou instituições de apoio (IA).
- Instituição tecnológica (IT): pessoa jurídica de direito público interno ou entidade direta ou indiretamente por ela controlada ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tenham por missão institucional, entre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, bem como desenvolvimento tecnológico.
- Instituições de apoio (IA): instituições sem fins lucrativos criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e instituições criadas ao amparo da Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que tenham essa mesma finalidade.
- As empresas e/ou demais entidades com fins econômicos com interesse estratégico nas pesquisas não serão beneficiárias diretas dos recursos. Elas serão intervenientes nas operações de financiamento e deverão aportar contrapartida financeira complementando os recursos do Fundo Amazônia.
- São apoiáveis os investimentos realizados em benefício da instituição tecnológica (IT), com propósito específico de atender aos objetivos do projeto.
- A participação na propriedade intelectual e nos resultados econômicos provenientes da exploração das criações resultantes do projeto obedecerá aos dispositivos previstos na Lei da Inovação (Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004). Assim, as partes deverão prever, em contrato, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados. Essas serão asseguradas, desde que previsto no contrato, na proporção equivalente ao montante do valor agregado do conhecimento já existente no início da parceria e dos recursos humanos, financeiros e materiais alocados pelas partes contratantes no projeto.
- Durante a etapa de análise, o BNDES verificará aspectos relacionados aos direitos de propriedade intelectual resultantes do projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação com o intuito de evitar, quando pertinente, práticas restritivas de utilização e cessão desses direitos. Além dos aspectos referidos, o BNDES verificará, também, na etapa de análise, os critérios de rateio dos resultados financeiros do projeto.

Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia em projetos de desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento no Brasil fora da Amazônia Legal

Área de aplicação	Limite de aplicação do total dos recursos	Tabelas
Projetos no Brasil fora da Amazônia Legal e em outros países tropicais	20%	G e H

CRITÉRIOS ORIENTADORES

G1 – Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada

Projetos que envolvam a articulação entre diversos atores, do setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais, com estrutura de governança compartilhada.

G2 – Relevância

Projetos que desenvolvam e implementem metodologia de monitoramento de longo prazo para REDD+.

G3 – Escala

No âmbito do apoio no Brasil fora da Amazônia Legal, terão prioridade os projetos de sistema de monitoramento por bioma, de caráter permanente, que contribuam para o monitoramento em escala nacional e de sistema de controle do desmatamento, queimadas e incêndios florestais, conforme planos de prevenção e controle.

G4 – Escopo

Projetos de cadastramento ambiental rural (CAR) e de integração dos dados de gestão florestal estaduais ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor) são considerados parte dos sistemas de controle ambiental.

CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS

G5 – Indicadores de resultado

Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados à implantação de sistema de monitoramento de desmatamento ou degradação florestal.

G6 – Proponentes/executores

Projeto deve incluir anuência de todos os parceiros e coexecutores.

G7 – Participação social

Projetos envolvendo comunidades tradicionais e povos indígenas devem, obrigatoriamente, apresentar documento que comprove o consentimento prévio dessas comunidades ou de suas instituições representativas. As comunidades envolvidas deverão ser explicitadas no projeto.

G8 – Contribuição para REDD+

Projeto deve contribuir direta ou indiretamente para levar à REDD+.

G9 – Adicionalidade de recursos

Projetos devem representar adicionalidade aos orçamentos públicos destinados às áreas de aplicação do Fundo Amazônia. Na aplicação desse critério, poderão ser considerados os seguintes aspectos: orçamento médio público direto executado nos 2 (dois) anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta; variação do orçamento da instituição/órgão responsável comparado com a variação do orçamento do ente federativo a que se vincula ou integra (em relação ao ano anterior); e previsão nos planos plurianuais (PPA) de governo vigentes.

G10 – Contrapartida

Deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidades aos recursos tomados no Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do fundo. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

G11 – Base territorial

Projetos devem abordar prioritariamente o monitoramento da vegetação de um bioma por completo.

G12 – Publicidade e transparência

Sistemas de monitoramento apoiados pelo Fundo Amazônia devem ser constituídos com base em plataformas que permitam ampla divulgação, transparência e acesso aos dados produzidos, por meio da internet.

G13 – Sustentabilidade do projeto

Demonstração da capacidade de sustentação econômica do projeto depois de sua implantação.

G14 – Desconcentração dos recursos

Deve-se buscar equilibrar, no conjunto da atuação do fundo, o apoio a todas as suas áreas temáticas, de acordo com as prioridades que forem definidas.

MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**G15 – Aplicação direta – Investimento**

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

G16 – Aplicação direta – Custeio

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo e comunicação, entre outros. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

RESTRIÇÃO DE USO DOS RECURSOS**G17 – Diárias**

Não poderão ser pagas diárias para agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública. Não se aplica essa restrição em caso de financiamento a atividades de pesquisa.

G18 – Pagamento de pessoas físicas

Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto (a restrição não se aplica a tributos relacionados às atividades dos projetos, como ICMS incluído nos preços dos produtos e INSS sobre o pagamento de serviços de pessoa física).

CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**G20 – Equidade na aplicação de recursos por estado**

Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo estado.

Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia em projetos de desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros países tropicais

Área de aplicação	Limite de aplicação do total dos recursos	Tabelas
Projetos no Brasil fora da Amazônia Legal e em outros países tropicais	20%	G e H

CRITÉRIOS ORIENTADORES

H1 – Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada

Projetos que envolvam a articulação entre diversos atores, do setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais, com estrutura de governança compartilhada. Projetos que envolvam articulação regional.

H2 – Relevância

Países com maior cobertura florestal.

H3 – Escopo

Em outros países tropicais, o apoio do Fundo Amazônia será limitado a projetos que contribuam para a criação ou o aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal e sistemas de controle do desmatamento.

Entende-se por sistemas de monitoramento da cobertura florestal a aplicação de técnicas que envolvam o processamento (exemplo: georreferenciamento, reais e classificação) de imagens da superfície terrestre (satelitais ou aerotransportadas) para fins de mapeamento da cobertura e do uso do solo, do desmatamento, da degradação florestal e da recuperação florestal (regeneração e reflorestamentos), com o uso da informação produzida (exemplo: elaboração de mapas, análises espaciais e estatísticas) para o subsídio à gestão florestal. Entende-se por sistemas de controle do desmatamento a elaboração de planos de ação para a redução do desmatamento, o desenvolvimento de plataformas de mensuração, reporte e verificação dos dados sobre a cobertura florestal, organização, gestão e disponibilização de informações sobre o processo de supressão da floresta, como planos de manejo, autorizações, licenças, guias de comercialização e transporte e outros documentos de controle florestal. Inclui-se ainda o apoio à criação e ao aprimoramento de sistemas de rastreabilidade de produtos florestais (definição de metodologias e procedimentos, desenvolvimento de base de dados e sistemas de gestão da informação).

CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS

H4 – Indicadores de resultado

Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados à implantação de sistema de monitoramento de desmatamento ou degradação florestal.

H5 – Proponentes/executores

Projeto deve ser apresentado pelo governo central do país beneficiário, por instituições multilaterais ou, ainda, por instituições brasileiras governamentais, devendo contar com a anuência formal, nos dois últimos casos, do governo central do país que se beneficiará com as ações a serem desenvolvidas pelo projeto.

H6 – Contribuição para REDD+

Projeto deve contribuir direta ou indiretamente para levar à REDD+.

H7 – Contrapartida

Deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidade aos recursos tomados no Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do fundo. Poderão ser considerados os seguintes aspectos: orçamento médio direto executado nos 2 (dois) anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta; variação do orçamento da instituição ou órgão responsável comparado com o orçamento do ente federativo a que se vincula ou integra (em relação ao ano anterior); e previsão nos planos plurianuais de governo vigentes. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

H8 – Publicidade e transparência

Sistemas de monitoramento apoiados pelo Fundo Amazônia devem ser constituídos com base em plataformas que permitam ampla divulgação, transparência e acesso aos dados produzidos, por meio da internet.

H9 – Sustentabilidade do projeto

Demonstração da capacidade de sustentação econômica do projeto após a implantação.

H10 – Desconcentração dos recursos

Deve-se buscar equilibrar, no conjunto da atuação do fundo, o apoio a todas as suas áreas temáticas, de acordo com as prioridades que forem definidas.

H11 – Etapa prévia

Como etapa de consideração de projetos internacionais, o BNDES solicitará, previamente ao seu processo de enquadramento de projetos, avaliação formal do Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre a prioridade e os impactos do projeto no que se refere às relações externas do Brasil.

MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**H12 – Aplicação direta – Investimento**

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

H13 – Aplicação direta – Custeio

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo e comunicação, entre outros. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

RESTRIÇÃO DE USO DOS RECURSOS**H14 – Diárias**

Não poderão ser pagas diárias para agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública. Não se aplica essa restrição em caso de financiamento a atividades de pesquisa.

H15 – Pagamento de pessoas físicas

Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).

H16 – Impostos e tributos

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto.

CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**H17 – Equidade na aplicação de recursos por país**

Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo país.

Focos para o apoio do Fundo Amazônia no biênio 2017-2018

ORIENTAÇÕES GERAIS

I1 – Focos para o biênio 2017-2018

Nos itens a seguir, são definidos os focos de atuação do Fundo Amazônia para o biênio 2017-2018 e estabelecidos diretrizes e critérios adicionais. Caso não tenha ocorrido a revisão desses focos até 31 de dezembro de 2018, os focos aqui definidos terão vigência até a reunião imediatamente subsequente do Comitê Orientador do Fundo Amazônia ou até a aprovação das novas diretrizes.

I2 – Condicionantes do apoio aos estados

O apoio a novos projetos apresentados por governos estaduais estará condicionado a que o estado interessado esteja em processo de implantação do CAR em seu território, com recursos do Fundo Amazônia, próprios ou de outras fontes, devendo ser priorizados os novos projetos apresentados por estados que estejam integrados ou em processo de integração ao Sinaflor, em cumprimento ao art. 35 da Lei 12.651/2012.

Deverá ser incluída nos contratos do Fundo Amazônia com os estados da Amazônia Legal obrigação contratual prevendo a revisão, pelos estados, de seus planos de prevenção e combate ao desmatamento (PPCD), caso estejam desatualizados, bem como obrigação de produzir e divulgar anualmente um relatório de monitoramento de seus PPCDs.

I3 – Excepcionalização à condicionante de adicionalidade de recursos na Amazônia Legal

Projetos que visem dar continuidade ou aprimorar a fiscalização ambiental e o controle do desmatamento, apresentados por órgãos ou instituições públicas federais ou estaduais com mandato legal para realizar ações de fiscalização, no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), e projetos relacionados ao item I12 poderão, excepcionalmente, ser dispensados da condicionante mínima de adicionalidade de recursos, citada no item B7. Para tanto, serão necessárias a realização de uma consulta formal ao Ministério do Meio Ambiente e a apresentação de declaração do referido órgão/instituição proponente no sentido de que inexistente fonte de recursos disponíveis para o apoio financeiro pleiteado. A justificativa técnica e a declaração acima mencionadas são documentos obrigatórios e conjuntos à proposta protocolada formalmente no BNDES, o qual verificará, para fins de enquadramento, aderência à condicionante no âmbito dos contratos de doação ao Fundo Amazônia.

MODALIDADES OPERACIONAIS

I4 – Modalidades operacionais

Os focos aqui definidos serão apoiados por meio da apresentação direta de projetos estruturantes ou de projetos selecionados através de chamadas públicas promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES) ou por intermédio de instituições parceiras.

O apoio a projetos de desenvolvimento científico e tecnológico se dará exclusivamente pela modalidade chamada pública (promovida diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES) ou por intermédio de instituição parceira) ou por meio de projetos estruturantes que tenham por objetivo o subsídio à formulação ou à implementação de políticas públicas, conforme critérios a serem definidos pelo COFA.

Poderão ser definidos pelo COFA critérios orientadores para induzir a apresentação de projetos aderentes aos focos do biênio, que estabeleçam aspectos como público-alvo, escopo mínimo, itens apoiáveis, prazos e outras condicionantes.

I5 – Projeto estruturante

Projeto estruturante é aquele que atenda cumulativamente aos critérios a seguir:

- contribua para a implementação de uma política pública;
- seja resolutivo em relação à situação problema; e
- tenha escala no território (sempre que o projeto desenvolva as suas ações no território).

Os projetos estruturantes poderão ser propostos por: (i) entidades do Governo Federal; (ii) entidades dos governos estaduais; (iii) organizações privadas sem fins lucrativos; ou (iv) empresas ou (e) instituições multilaterais.

Será considerado atendido o critério “ter escala no território” quando, por exemplo, as ações do projeto abrangerem em sua totalidade um conjunto de municípios, de assentamentos ou de áreas protegidas, uma região estadual de planejamento, o entorno de grandes obras de infraestrutura etc. A definição da escala territorial deve ser balizada de acordo com as características do projeto e as respectivas políticas públicas.

I6 – Chamada pública

Além das chamadas de projetos promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES), será admitido o apoio a instituições parceiras para que estas promovam chamadas públicas de projetos. As instituições parceiras deverão comprovar experiência, conhecimento e capacidade operacional para conferir qualidade e escala às chamadas públicas, entendendo-se por instituições parceiras as entidades do terceiro setor e dos governos federal e estadual.

O Fundo Amazônia estará aberto permanentemente à apresentação, por instituições parceiras, de pedidos de colaboração financeira que busquem o seu apoio para a realização de chamadas públicas de projetos, com foco nas ações priorizadas para o biênio 2017-2018 na Amazônia Legal.

As chamadas públicas promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia ou apoiadas indiretamente por meio das instituições parceiras deverão ser objeto de publicidade, com a sua divulgação na página na internet do Fundo Amazônia ou das instituições parceiras responsáveis, conforme o caso.

AMAZÔNIA LEGAL – EIXO MONITORAMENTO E CONTROLE

I7 – Fiscalização e combate a crimes e infrações ambientais

Promoção da fiscalização, investigação e combate a crimes e infrações ambientais, incluindo o apoio: (i) ao aumento da capacidade de fiscalização ambiental, de investigação e de combate dos governos federal e estaduais; (ii) à integração dos sistemas estaduais de inteligência e fiscalização aos sistemas federais; (iii) a ações integradas de fiscalização, envolvendo órgãos estaduais de meio ambiente, Ibama, Funai e ICMBio; (iv) à informatização integrada dos dados de gestão florestal estaduais ao Sinaflor, inclusive autorizações de supressão de vegetação e de planos de manejo; e (v) destinação de bens apreendidos.

I8 – Implementação e efetivação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental

Promoção do processo de regularização ambiental por meio de: (i) apoio à inscrição no CAR de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até quatro módulos fiscais), terras indígenas e quilombolas; (ii) suporte à integração dos sistemas estaduais de CAR ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) e adaptação de módulos complementares de análise e monitoramento, de gestão dos programas de regularização ambiental (PRA) dos estados e de cotas de reserva ambiental (CRA); (iii) apoio ao desenvolvimento e à implementação dos PRAs; (iv) suporte às atividades para a validação das inscrições no CAR; (v) apoio à elaboração e à validação dos projetos de recuperação de áreas degradadas e alteradas (Prada) de pequenas propriedades ou posses rurais familiares; e (vi) apoio à estruturação e à operacionalização do monitoramento da regularidade ambiental dos imóveis rurais.

O apoio à implantação do CAR e à regularização ambiental dos imóveis rurais será feito prioritariamente através de operações com os estados, que poderão firmar parcerias/contratações para a execução das ações necessárias, respeitada a legislação aplicável. Todavia, será possível apoiar por meio de outros parceiros projetos de CAR e de regularização ambiental em áreas que não foram contempladas nos projetos contratados com os estados.

I9 – Prevenção e combate à ocorrência dos incêndios florestais

Apoio a ações de prevenção e combate à degradação florestal causada por incêndios em vegetação nativa apresentadas por órgãos governamentais com atuação na Amazônia Legal, corpos de bombeiros militares ou organizações não governamentais em parceria com órgãos de governo, prioritariamente em assentamentos, unidades de conservação e terras indígenas.

Promoção da integração das informações sobre autorizações de queimadas emitidas pelos estados com o Sistema Nacional de Informações sobre o Fogo (Sisfogo), por meio de suporte à integração de sistemas.

I10 – Aprimoramento e fortalecimento do monitoramento da cobertura vegetal

Apoio ao monitoramento do desmatamento, da dinâmica da mudança do uso da terra, da degradação florestal e das queimadas na Amazônia Legal.

AMAZÔNIA LEGAL – EIXO FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

I11 – Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade

Estruturação, fortalecimento e consolidação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da agricultura familiar de base sustentável, incluindo valorização da economia extrativista, manejo florestal madeireiro e não madeireiro, aquicultura e arranjos de pesca, sistemas agroecológicos e agroflorestais, turismo de base comunitária, pecuária sustentável e assistência técnica para essas atividades.

I12 – Programa Bolsa Verde e pagamentos por serviços ambientais

Fortalecimento do Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde e de incentivos aos serviços ambientais e ecossistêmicos de base comunitária.

I13 – Recomposição de áreas degradadas e alteradas

Apoio à implementação da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg), especialmente a recomposição de áreas degradadas e alteradas de: (i) pequenas propriedades ou posses rurais de até quatro módulos fiscais, com priorização de implementação de Pradas; e (ii) unidades de conservação da natureza, terras indígenas e comunidades tradicionais.

AMAZÔNIA LEGAL – EIXO ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL

I14 – Regularização fundiária

Apoio à regularização fundiária de terras públicas, com prioridade nas áreas críticas com maior desmatamento e conflitos agrários, incluindo o apoio à destinação de terras públicas e a realização de mutirões de regularização fundiária e ambiental. Não será passível de apoio o pagamento de indenizações por desapropriação.

I15 – Planejamento territorial

Apoio à elaboração, à revisão e ao detalhamento do zoneamento ecológico-econômico (ZEE), contemplando ações de capacitação de gestores e técnicos governamentais e da sociedade civil, e à formulação de planos de ação que prevejam a aplicação do ZEE em outros instrumentos de políticas públicas, como o Plano Plurianual, os programas de regularização ambiental, o licenciamento ambiental, a concessão de crédito rural e a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.

I16 – Terras indígenas

Apoio à elaboração e à implementação dos planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas, alinhados com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), inclusive no que se refere à proteção e à vigilância de terras indígenas.

I17 – Áreas protegidas

Apoio à criação, ao reconhecimento e à consolidação de áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas).

Apoio à formação de corredores ecológicos, conectando terras públicas e privadas, por meio, entre outros: (i) da criação de unidades de conservação; (ii) do aprimoramento da gestão ambiental e territorial de áreas protegidas, inclusive áreas de preservação permanente (APP), de reserva legal e uso restrito; (iii) da recuperação de áreas degradadas, observado o disposto no item I13; e (iv) da formalização dos acordos para manutenção dos corredores.

Apoio à recuperação e à manutenção de áreas prioritárias para gestão de unidades de conservação em zonas de amortecimento, ressalvado que o apoio estará limitado a pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até quatro módulos fiscais).

I18 – Assentamentos

Apoio à regularização ambiental e fundiária dos assentamentos, inclusive à implementação do Programa Assentamentos Verdes (Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia).

AMAZÔNIA LEGAL – EIXO CIÊNCIA, INOVAÇÃO E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

I19 – Novos produtos da sociobiodiversidade

Apoio à pesquisa científica e tecnológica voltada às cadeias de produtos da sociobiodiversidade, inclusive para o desenvolvimento de novos produtos a partir da biodiversidade amazônica – fármacos, fitofármacos, medicamentos, produtos cosméticos e outros de interesse das indústrias química e de alimentos.

I20 – Atividades produtivas sustentáveis

Apoio à pesquisa científica e tecnológica voltada ao manejo florestal madeireiro e não madeireiro, à recuperação de áreas degradadas (incluindo escolha de espécies, manejo de sementes e métodos para otimizar a recuperação), à integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), à pesca e aquicultura sustentáveis, à conservação de recursos hídricos e à conservação do solo.

I21 – Sistemas de monitoramento e controle do desmatamento, da degradação florestal e das queimadas

Apoio ao desenvolvimento, à implementação e ao aprimoramento de sistemas de monitoramento do uso e da cobertura da terra e de controle do desmatamento, da degradação florestal, da regeneração e das queimadas para fins de quantificação do desflorestamento, como subsídio às políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento.

I22 – Estudos, projeções e simulações

Apoio a estudos, projeções e simulações relacionados ao uso e à cobertura da terra, que tenham como objetivo subsidiar a elaboração e a implementação de políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento e visando a redução das emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento, conforme critérios a serem definidos pelo COFA.

I23 – Financiamento comunitário

Apoio à estruturação e aporte de recursos financeiros em fundos rotativos comunitários ou instrumentos semelhantes para viabilizar a expansão das cadeias de valor do manejo florestal, da sociobiodiversidade e da agroecologia.

I24 – Promoção da política de compras públicas

Apoio à ampliação da política de compras públicas dos produtos originários de manejo florestal, da sociobiodiversidade e da agroecologia, visando dar-lhes sustentação e maior escala.

I25 - Instrumentos econômicos e negócios de impacto

Apoio ao desenvolvimento de um ecossistema de negócios de impacto e a outras ações de impacto na Amazônia Legal, bem como a instrumentos econômicos que permitam combinar os recursos do Fundo Amazônia com recursos privados ou de outras fontes.

O APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA NO BRASIL FORA DA AMAZÔNIA LEGAL**I26 – Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental dos imóveis rurais**

Promoção do processo de regularização ambiental por meio de: (i) apoio à inscrição no CAR de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até quatro módulos fiscais); (ii) suporte à integração dos sistemas estaduais de CAR ao Sicar e adaptação de módulos complementares de análise e monitoramento; e (iii) suporte às atividades para a validação das inscrições no CAR.

Os beneficiários de projetos de apoio ao CAR fora da Amazônia Legal deverão necessariamente aportar contrapartida financeira. Nos projetos que contemplem estados em que os biomas Cerrado, Caatinga e Pantanal representam, cumulativamente, mais de 40% do seu território, deverão ser aportadas contrapartidas financeiras de, no mínimo, 10% do valor total do projeto. Nos demais casos fora da Amazônia Legal, deverão ser aportadas contrapartidas financeiras de, no mínimo, 20% do valor total do projeto.

O apoio à implantação do CAR será feito prioritariamente por meio de operações com estados, que poderão firmar parcerias/contratações para a execução das ações necessárias, respeitada a legislação aplicável.

I27 – Sistemas de monitoramento do desmatamento

Apoio a projetos que contribuam para a criação ou o aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal fora da Amazônia Legal, conforme diretrizes e critérios vigentes (ver itens G1 a G20).

Apoio à proteção e vigilância em terras indígenas.

Promoção da informatização integrada dos dados de gestão florestal estaduais ao Sinaflor, inclusive autorizações de supressão de vegetação e de planos de manejo.

O APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA EM OUTROS PAÍSES TROPICAIS**I28 – Sistemas de monitoramento do desmatamento em outros países tropicais**

Apoio a projetos que contribuam para a criação ou o aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal e sistemas de controle do desmatamento em outros países tropicais, conforme diretrizes e critérios vigentes (ver itens H1 a H17).

Anexo 4 – Cancelamentos, alterações de valores e suplementações

PROJETOS CANCELADOS			
Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Ano de cancelamento
S.O.S. Cumaru do Norte	Município de Cumaru do Norte (PA)	755.299,70	2012
Porto de Moz Sustentável	Município de Porto de Moz (PA)	337.206,46	2014
Anapu Rumo ao Selo Verde	Município de Anapu (PA)	431.940,00	2014
Maranhão Sustentável	Estado do Maranhão	20.036.000,00	2016
Bombeiros RR	Estado de Roraima	12.800.000,00	2016
Renda Florestal	Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável (Fundo Vale)	35.000.000,00	2017
Negócios Agroflorestais	Fundação Jari	2.838.549,00	2017
Sepror Agroecológica	Estado do Amazonas	14.900.000,00	2018
Gestão Ambiental Sustentável de Terras Indígenas	Estado do Amazonas	16.465.000,00	2018
Gestão Florestal e Dinamização de Cadeias Produtivas	Estado do Amapá	40.304.200,00	2018
Frutos da Floresta	União Brasileira de Educação e Ensino	4.053.734,00	2018
TOTAL	-	147.921.929,16	-



PROJETOS CUJOS VALORES FORAM ALTERADOS				
Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Valor original do apoio (R\$)	Valor da alteração* (R\$)
Bolsa Floresta	Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	19.107.547,89	19.169.087,00	(61.539,11)
Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) – Fase II	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	19.949.058,91	20.000.000,00	(50.941,09)
Sementes do Portal	Instituto Ouro Verde (IOV)	5.397.778,87	5.433.450,00	(35.671,13)
Preservar Porto dos Gaúchos	Município de Porto dos Gaúchos (MT)	120.655,00	133.890,00	(13.235,00)
Recupera Marcelândia	Município de Marcelândia (MT)	551.556,98	669.126,00	(117.569,02)
Fundo Dema	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	7.615.854,00	9.347.384,00	(1.731.530,00)
CAR: Tocantins Legal	Estado do Tocantins	26.800.000,00	40.504.400,00	(13.704.400,00)
Valorização do Ativo Ambiental Florestal	Estado do Acre	57.057.461,00	60.000.000,00	(2.942.539,00)
Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia	Universidade Federal do Pará (UFPA)	2.660.567,23	2.704.084,90	(43.517,67)
Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas	Estado do Amazonas	17.575.286,19	20.000.000,00	(2.424.713,81)
Jacundá, Município de Economia Verde	Município de Jacundá	199.352,05	792.200,00	(592.847,95)
Bombeiros Florestais de Mato Grosso	Estado de Mato Grosso	12.518.230,09	12.625.000,00	(106.769,91)
Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia	Fundação Banco do Brasil	14.515.520,43	15.000.000,00	(484.479,57)
Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado	Estado de Rondônia	31.227.392,40	32.659.602,00	(1.432.209,60)
Olhos d'Água da Amazônia – Fase II	Município de Alta Floresta	7.146.563,54	7.182.970,00	(36.406,46)
Programa Municípios Verdes	Estado do Pará	75.296.569,12	82.378.560,00	(7.081.990,88)
CAR Roraima	Estado de Roraima	3.075.205,25	10.820.500,00	(7.745.294,75)
Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros	Associação SOS Amazônia	9.953.000,00	9.993.000,00	(40.000,00)
Proteção Florestal Tocantins	Estado do Tocantins	4.958.910,00	5.000.000	(41.090,00)
Quintais Amazônicos	Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	8.891.687,09	9.117.000,00	(225.312,91)
Sentinelas da Floresta	Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam)	5.175.522,50	5.288.817,00	(113.294,50)
Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre)	4.981.614,66	5.081.763,00	(100.148,34)
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre)	3.091.111,21	3.106.064,00	(14.952,79)
Compostos Bioativos da Amazônia	Universidade Federal do Pará (UFPA)	1.352.368,48	1.352.336,00	32,48
Nascentes do Buriti	Município de Carlinda	1.875.500,94	1.870.581,50	4.919,44
Acre: Incêndios Florestais Zero	Estado do Acre	13.280.709,56	13.280.700,00	9,56
TOTAL		354.375.023,39	393.510.515,40	(39.135.492,01)

* Os últimos três projetos da tabela tiveram um aumento de valor, pois previam atualização monetária do valor da colaboração financeira do Fundo Amazônia.

PROJETOS COM SUPLEMENTAÇÃO					
Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Valor original do apoio (R\$)	Valor da suplementação (R\$)	Ano de aprovação da suplementação
Conhecer para Conservar	Museu da Amazônia (Musa)	9.984.629,00	8.454.421,00	1.530.208,00	2015
Concretizar	Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reça	6.422.748,00	4.751.520,00	1.671.228,00	2015
TOTAL		16.407.377,00	13.205.941,00	3.201.436,00	



ANEXO 5 – Modelo de quadro de resultados para projetos apoiados pelo Fundo Amazônia

Objetivos (efeitos diretos)	1.1 Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas	1.2 Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado	1.3 Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade	1.4 Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica
Componente “produção sustentável”				
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Imóveis rurais com projetos de produção sustentável implantados (nº de imóveis)	Unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo implantadas, ampliadas ou reformadas (nº de unidades de beneficiamento)	Capacitação para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis – total (nº de pessoas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – plantio, enriquecimento ou adensamento (hectares)
	Imóveis rurais beneficiados com assistência técnica (nº de imóveis)	Infraestrutura para produção sustentável e recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/galpões implantados (nº de unidades)	Capacitação para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis – mulheres (nº de mulheres)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – condução da regeneração natural (hectares)
	Unidades demonstrativas implantadas – sistemas agroflorestais (SAF)/pecuária sustentável/integração lavoura-pecuária-floresta (nº de unidades demonstrativas)	Equipamentos de transporte adquiridos para produção sustentável – embarcações/carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Capacitação para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis – indígenas (nº de indígenas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal – sistemas agroflorestais (SAF) (hectares)
	Infraestrutura para produção sustentável e recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/galpões implantados (nº de unidades)	Estudos para produção sustentável elaborados – diagnósticos/planos de negócios/planos de comunicação (nº de estudos)	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)	Infraestrutura para produção sustentável e recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/galpões implantados (nº de unidades)
	Equipamentos de transporte adquiridos para produção sustentável – embarcações/carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)	Equipamentos de transporte adquiridos para produção sustentável – embarcações/carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)
	Estudos para produção sustentável elaborados – diagnósticos/planos de negócios/planos de comunicação (nº de estudos)	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)
	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficina realizados (nº de eventos)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	1.1 Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas	1.2 Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado	1.3 Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade	1.4 Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica
Componente “produção sustentável”				
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)
	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)
	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)
	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)	Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)
	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)	Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)		Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)
	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)			Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)
	Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)			
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Faturamento anual com atividade econômica de uso sustentável – produtos <i>in natura</i> (R\$ mil)	Faturamento anual com atividade econômica de uso sustentável – produtos beneficiados e serviços (R\$ mil)	Indivíduos capacitados para a prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)	Área recuperada em utilização para fins econômicos (hectares)
	Área de floresta diretamente manejada (hectares)	Área de floresta diretamente manejada (hectares)	Indivíduos capacitados para a prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de mulheres)	Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ou regularização ambiental – regeneração em andamento (hectares)
	Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)	Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)	Indivíduos capacitados para a prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos – indígenas (nº de indígenas)	Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)
			Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)	

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas	2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades
Componente "monitoramento e controle"		
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – total (nº de indivíduos)	Imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – protocolo (nº de imóveis)
	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – mulheres (nº de mulheres)	Área de imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – protocolo (hectares)
	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – servidores públicos (nº de servidores)	Equipamentos de transporte adquiridos para monitoramento, controle e regularização ambiental – embarcações/carros/caminhões/motocicletas (nº de equipamentos)
	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – servidores públicos mulheres (nº de servidores mulheres)	Imóveis rurais com cadastro analisado (nº de imóveis)
	Equipamentos de transporte adquiridos para monitoramento, controle e regularização ambiental – embarcações/carros/caminhões/motocicletas (nº de equipamentos)	Área de imóveis rurais com cadastro analisado (hectares)
	Equipamentos adquiridos para combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas – aeronave/caminhonete/embarcação/tanque-reboque/caminhão autotanque florestal (nº de equipamentos)	Projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) elaborados (nº projetos)
	Veículos alugados para ações de fiscalização ambiental (nº de veículos)	Área de imóveis com projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) elaborados (hectares)
	Horas de voo executadas em ações de fiscalização ambiental (nº de horas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – plantio, enriquecimento ou adensamento (hectares)
	Missões de fiscalização ambiental executadas (nº de missões)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – condução da regeneração natural (hectares)
	Capacitação em técnicas de combate ao fogo para formação de brigadas civis – total (nº de pessoas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal – sistemas agroflorestais (SAF) (hectares)
	Capacitação em técnicas de combate ao fogo para formação de brigadas civis – mulheres (nº de pessoas)	Eventos integradores para monitoramento, controle e regularização ambiental – seminários/oficinas (nº de eventos)
	Sistemas eletrônicos implantados, aprimorados e/ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de sistemas)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para monitoramento, controle ou regularização ambiental (nº de publicações)
	Eventos integradores para monitoramento, controle e regularização ambiental – seminários/oficinas (nº de eventos)	Infraestrutura para recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/galpões implantados (nº de unidades)
	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para monitoramento, controle ou regularização ambiental (nº de publicações)	
	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de monitoramento e controle (hectares)	
	Órgãos ambientais fortalecidos (nº de órgãos)	
	Capacitação em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo – servidores públicos (nº de servidores)	

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas	2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades
Componente “monitoramento e controle”		
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Capacitação em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo – servidores públicos (nº de servidores mulheres)	
	Capacitação em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo – total (nº de indivíduos)	
	Capacitação em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo – mulheres (nº de mulheres)	
	Operações de combate a incêndios florestais ou queimadas não autorizadas realizadas pelo corpo de bombeiros militar em parceria com órgãos federais (nº de operações conjuntas)	
	Operações de combate a incêndios florestais ou queimadas não autorizadas realizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar em parceria com outros Corpos de Bombeiros Militares (nº de operações conjuntas)	
	Ações de apoio pelo Corpo de Bombeiros Militar à fiscalização ambiental realizadas por outros órgãos estaduais e federais competentes (nº de ações de apoio)	
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Área monitorada na Amazônia Legal (hectares)	Imóveis inscritos no CAR com cadastro analisado e regular (nº de imóveis)
	Área monitorada no Brasil fora da Amazônia Legal (hectares)	Área de imóveis inscritos no CAR com cadastro analisado e regular (hectares)
	Área monitorada em outros países tropicais (hectares)	Projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) aprovados pelo órgão ambiental (nº de projetos)
	Autos de infração lavrados por infrações contra a flora (nº de autos)	Área de imóveis com projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) aprovados pelo órgão ambiental (hectares)
	Multas aplicadas por infrações contra a flora (R\$ mil)	Área recuperada em utilização para fins econômicos (hectares)
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)	Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ou regularização ambiental – regeneração em andamento (hectares)
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de mulheres)	
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos (nº de servidores)	
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos mulheres (nº de servidores mulheres)	
	Indivíduos capacitados em técnicas de combate ao fogo para a formação de brigadas civis aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)	

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas	2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades
Componente "monitoramento e controle"		
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Mulheres capacitadas em técnicas de combate ao fogo para a formação de brigadas civis aplicando os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de mulheres)	
	Focos de calor – primeira medição é a média do número de focos de calor nos cinco anos anteriores à implementação das ações do projeto (nº de focos de calor)	
	Focos de calor verificados pelo Corpo de Bombeiros mediante ida a campo (nº de focos de calor)	
	Incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos pelo Corpo de Bombeiros (nº de incêndios)	
	Indivíduos capacitados em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos (nº de servidores)	
	Indivíduos capacitados em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos (nº de servidores mulheres)	
	Indivíduos capacitados em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)	
	Indivíduos capacitados em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de mulheres)	
	Acessos a sistemas eletrônicos implantados ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de acessos)	
	Organizações utilizando sistemas eletrônicos implantados e/ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de organizações)	

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	3.1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas	3.2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada	3.3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas	3.4 Áreas de terras com organização do território definida através do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) ampliadas
Componente "ordenamento territorial"				
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Estudos para a identificação de áreas prioritárias para a criação de unidades de conservação (UC) ou reconhecimento de terras indígenas (TI) realizados (nº de estudos)	Planos de gestão territorial elaborados ou revisados (nº de planos)	Imóveis rurais com georreferenciamento realizado para fins de regularização fundiária (nº de imóveis)	Estudos de planejamento e/ou diagnóstico e/ou prognóstico para a realização do ZEE (nº de estudos)
	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/ carros/ caminhões/ tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/ carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/ carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)
	Eventos integradores para ordenamento territorial – seminários/ oficinas realizados (nº de eventos)	Eventos integradores para ordenamento territorial – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Eventos integradores para ordenamento territorial – seminários/ oficinas realizados (nº de eventos)	Banco de Dados Geográficos (BDG) estruturado e alimentado com as geoinformações utilizadas para elaboração do ZEE (nº de banco de dados)
	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/ carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)
	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)	Missões de vigilância territorial executadas (nº de missões)	Documentos digitalizados para gestão fundiária (nº de documentos)	Eventos públicos de discussão e validação do ZEE realizados (nº de eventos)
	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indivíduos)	Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – total (nº de indivíduos)	Área de imóveis rurais com georreferenciamento realizado para fins de regularização fundiária (hectares)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)
	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – ordenamento territorial (nº de mulheres)	Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – mulheres (nº de mulheres)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indivíduos)	
	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indígenas)	Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – indígenas (nº de indígenas)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – ordenamento territorial (nº de mulheres)	

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	3.1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas	3.2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada	3.3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas	3.4 Áreas de terras com organização do território definida através do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) ampliadas
Componente "ordenamento territorial"				
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?		Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – servidores públicos (nº de servidores)	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indígenas)	
		Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – servidores públicos mulheres (nº de servidores mulheres)		
		Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)		
		Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – plantio, enriquecimento ou adensamento (hectares)		
		Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – condução da regeneração natural (hectares)		
		Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal – sistemas agroflorestais (SAF) (hectares)		
		Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)		
		Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)		
		Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indivíduos)		
		Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – ordenamento territorial (nº de mulheres)		
		Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indígenas)		
		Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/ chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)		

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	3.1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas	3.2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada	3.3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas	3.4 Áreas de terras com organização do território definida através do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) ampliadas
Componente "ordenamento territorial"				
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Área de UCs da natureza criadas (hectares)	UCs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (nº de UCs)	Imóveis rurais com situação fundiária regularizada (nº de imóveis)	Área de terras com organização do território definida por meio do ZEE (hectares)
	Área de TIs reconhecidas (hectares)	Área de UCs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (hectares)	Área de imóveis rurais com situação fundiária regularizada (hectares)	
		TIs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (nº de TIs)		
		Área de TIs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (hectares)		
		Indivíduos capacitados para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)		
		Mulheres capacitadas para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos (nº de mulheres)		
		Indígenas capacitados para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos (nº de indígenas)		
		Servidores públicos capacitados em gestão de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de servidores)		
		Servidores públicos capacitados em gestão de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de servidores mulheres)		
		Área recuperada em utilização para fins econômicos (hectares)		
		Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ou regularização ambiental – regeneração em andamento (hectares)		
		Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)		

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	4.1 Conhecimentos e tecnologias voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial produzidos, difundidos e utilizados	4.2 Instrumentos econômicos voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial desenvolvidos, difundidos e utilizados
Componente "ciência, inovação e instrumentos econômicos"		
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Pesquisas realizadas (nº de pesquisas)	Plataformas de finanças solidárias estruturadas para apoiar projetos das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade (nº de plataformas)
	Laboratórios construídos ou reformados (nº de laboratórios)	Valor pago por serviços ambientais (R\$ mil)
	Área de laboratórios construídos ou reformados (m²)	Subvenção concedida a extrativistas e pequenos produtores rurais para a promoção das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade (R\$ mil)
	Equipamentos de transporte adquiridos para para ciência e inovação – embarcações/carros/ caminhões/ motocicletas (nº de equipamentos)	Valor pago por programas de compras públicas (R\$ mil)
	Sistemas eletrônicos desenvolvidos e/ou aprimorados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de sistemas)	Imóveis rurais beneficiados com pagamento por serviços ambientais (nº de imóveis)
	Eventos integradores para ciência e inovação – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Equipamentos de transporte adquiridos para implementação de instrumentos econômicos – embarcações/carros/caminhões/motocicletas (nº de equipamentos)
	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de monitoramento e controle (hectares)	Eventos integradores para implementação de instrumentos econômicos – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)
	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para implementação de instrumentos econômicos (nº de publicações)
	Pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica para a execução do projeto – total (nº de indivíduos)	Mapeamento de oportunidades de negócios de impactos socioambientais realizado (nº de mapeamentos)
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Mulheres pesquisadoras e técnicas envolvidas nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica para a execução do projeto (nº de mulheres)	
	Publicações científicas produzidas (nº de publicações)	Operações de finanças solidárias realizadas (capital de giro, prestação de aval etc.) para fomentar atividades produtivas sustentáveis (nº de operações)
	Novos produtos ou tecnologias desenvolvidos (nº de produtos)	Valor do apoio realizado (capital de giro, prestação de aval etc.) por meio de instrumentos de plataforma de finanças solidárias (R\$ mil)
	Patentes depositadas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (nº de patentes)	Inadimplemento financeiro resultante de operações de finanças solidárias (capital de giro, prestação de aval etc.) para fomentar atividades produtivas sustentáveis (R\$ mil)
	Informações geoespacializadas de uso e cobertura da terra geradas por tecnologias desenvolvidas ou aprimoradas – alertas/mapas/laudos (nº de informações)	Área de cobertura florestal beneficiada com pagamento por serviços ambientais (hectares)

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	4.1 Conhecimentos e tecnologias voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial produzidos, difundidos e utilizados	4.2 Instrumentos econômicos voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial desenvolvidos, difundidos e utilizados
Componente "ciência, inovação e instrumentos econômicos"		
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?		Organizações produtivas que venderam produtos no âmbito de programas de compras públicas (nº de organizações)
		Indivíduos que venderam produtos no âmbito de programas de compras públicas (nº de indivíduos)
		Organizações produtivas beneficiadas por subvenções para promoção de produtos da sociobiodiversidade (nº de organizações)
		Indivíduos beneficiados por subvenções para promoção de produtos da sociobiodiversidade (nº de indivíduos)
		Valor aportado por fundo de investimento em negócios de impacto socioambiental com coinvestimento do Fundo Amazônia
		Faturamento anual com atividades econômicas de uso sustentável de organizações comunitárias – produtos <i>in natura</i> (R\$ mil)
		Faturamento anual com atividades econômicas de uso sustentável de organizações comunitárias – produtos beneficiados e serviços (R\$ mil)

ÍNDICE DE PROJETOS

Proteção Florestal Tocantins.....	83
Sentinelas da Floresta.....	91
Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu.....	100
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre.....	110
Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia.....	118
Jacundá – Município de Economia Verde.....	123
Biodiversidade.....	128
Compostos Bioativos da Amazônia.....	128
Florestas de Mangue.....	128
Pesca Sustentável.....	129
Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas.....	129
Olhos d'Água da Amazônia – Fase II.....	129
Bombeiros Florestais de Mato Grosso.....	129
Recupera Marcelândia.....	130
Semas Pará.....	130
Acre: Incêndios Florestais Zero.....	130
Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia.....	130
Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase 2.....	130
Bolsa Floresta.....	131
Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável.....	131
Ilhas de Belém.....	131

Nova Cartografia Social na Amazônia Universidade do Estado do Amazonas (UEA).....	131
Gestão Socioambiental de Municípios do Pará	131
Virada Verde	132
Olhos d'Água da Amazônia	132
Preservar Porto dos Gaúchos.....	132
Sementes do Portal.....	132
Alto Juruá	134
Amazônia – Regularização Ambiental.....	134
Amazônia Agroecológica	134
Amazônia Indígena Sustentável.....	134
Amazônia SAR	135
APL Babaçu	135
Arapaima: Redes Produtivas.....	135
Assentamentos Sustentáveis na Amazônia.....	135
Bem Viver Sustentável	135
Bolsa Floresta+.....	136
Cadeias de Valor da Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso	136
Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros.....	136
Calha Norte Sustentável	136
Capacitar para Conservar	136
CAR Acre	136
CAR Amazonas.....	136
CAR Bahia	137

CAR Ceará	137
CAR Espírito Santo	137
CAR Mato Grosso do Sul.....	137
CAR Paraná	137
CAR Roraima	137
CAR: Tocantins Legal	137
Cidades Florestais.....	138
Companhia de Operações Ambientais.....	138
Concretizar.....	138
Conhecer para Conservar	138
Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas.....	138
Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre	138
Floresta Ativa Tapajós.....	139
Floresta de Babaçu em Pé.....	139
Floresta para Sempre.....	139
Florestas Comunitárias	139
Florestas de Valor – Novos Modelos de Negócio para a Amazônia	139
Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável.....	140
Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia	140
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia	140
Fundação Banco do Brasil (Fase 2) – Fundo Amazônia	140

Fundação Banco do Brasil (FBB) – Fundo Amazônia	140
Fundo Dema.....	140
Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas.....	141
Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu.....	141
Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas.....	141
Inventário Florestal Nacional – Amazônia	141
IREHI – Cuidando dos Territórios	141
Legado Integrado da Região Amazônica (Lira).....	141
Mais Sustentabilidade no Campo.....	141
Mamirauá.....	142
Mato Grosso Sustentável	142
Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros.....	142
Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia	142
Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional	142
Nascentes do Buriti.....	142
Néctar da Amazônia	143
Pacto da Floresta	143
Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas.....	143
Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia	143
Plantar Rondônia.....	143
PPP-ECOS na Amazônia Fase 2	143
Prevfogo/Ibama	143
Profisc I - B	144

Programa de Qualificação da Gestão Ambiental	144
Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado (PDSEAI).....	144
Projeto Integrado da Amazônia.....	144
Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia	144
Quintais Amazônicos	145
Rondônia Mais Verde	145
Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu	145
Sementes do Portal – Fase II.....	145
Tapajós Sustentável	146
Terra a Limpo	146
Território, Cultura e Autonomia Kayapó	146
Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento.....	146
Valorização do Ativo Ambiental Florestal	146
Valorizando Cadeias Socioprodutivas Amazônicas.....	146



Ficha técnica

(composição dos cargos em 31 de dezembro de 2019)

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DO MEIO AMBIENTE

Ricardo Salles

MINISTRO DA ECONOMIA

Paulo Guedes

BNDES

PRESIDENTE

Gustavo Montezano

DIRETOR DA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA E SOCIOAMBIENTAL

Petrônio Cançado

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA E SOCIOAMBIENTAL

Julio Costa Leite

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E GESTÃO DO FUNDO AMAZÔNIA

Nabil Moura Kadri

EDIÇÃO

Gerência de Editoração e Memória do BNDES

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rodrigo Negreiros

COORDENAÇÃO E REDAÇÃO

Gerência de Relações Institucionais
do Fundo Amazônia

PROJETO GRÁFICO

Refinaria Design

PRODUÇÃO EDITORIAL

Expressão Editorial

ILUSTRAÇÕES

Refinaria Design e Getty Images

Fundo Amazônia.
O Brasil cuida.
O mundo apoia.
Todos ganham.

EDITADO PELO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA
JUNHO DE 2020

www.bndes.gov.br



BNDES

*O banco nacional
do desenvolvimento*